A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

**CONTRIBUIÇÃO À FORMULAÇÃO DE UM SISTEMA CONCEITUAL E
OPERACIONAL CONTÁBIL DE APURAÇÃO DE HAVERES
EM PROCESSOS JUDICIAIS**

MARTINHO MAURÍCIO GOMES DE ORNELAS

ORIENTADOR: PROF. DR. ELISEU MARTINS

São Paulo
2000

REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROF. DR. JACQUES MARCOVITCH

DIRETOR

DA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

PROF. DR. ELISEU MARTINS

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

PROF. DR. REINALDO GUERREIRO

T651.73
074c

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA**

DEDALUS - Acervo - FEA

20600003642

**CONTRIBUIÇÃO À FORMULAÇÃO DE UM SISTEMA CONCEITUAL E
OPERACIONAL CONTÁBIL DE APURAÇÃO DE HAVERES
EM PROCESSOS JUDICIAIS**

MARTINHO MAURÍCIO GOMES DE ORNELAS

Tese apresentada à Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade para obtenção do título
de Doutor em Controladoria e Contabilidade.

ORIENTADOR: PROF. DR. ELISEU MARTINS

São Paulo
2000

80554

FICHA CATALOGRÁFICA

Ornelas, Martinho Mauricio Gomes de
Contribuição à formulação de um sistema conceitual
contábil de apuração de haveres em processos judiciais /
Martinho Mauricio Gomes de Ornelas. — São Paulo :
FEA/USP, 2000.
232 p.

Tese - Doutorado
Bibliografia.

1. Empresas – Avaliação 2. Sociedades comerciais 3.
Perícia contábil I. Faculdade de Economia, Administração
e Contabilidade da USP

CDD – 657.73

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho:

A Iracy, mulher e esposa de todas as horas.

A Teo e a Laura, meus filhos, dos quais muito me orgulho.

A meus pais, Maria Laura e Manuel, que, embora ausentes
fisicamente, sempre iluminaram meus caminhos, nesta imensa terra.

AGRADECIMENTOS

Várias são as pessoas a quem devo registrar meu respeito e gratidão.

Sem sombra de dúvida, com primazia, registro meu respeito e agradecimento ao Prof. Dr. Eliseu Martins, por ter aceito ser meu orientador, dedicando seu tempo e compartilhando seu saber comigo.

Não posso deixar de agradecer a todos os professores das disciplinas cursadas, com destaque para aqueles que, direta ou indiretamente, tiveram influência e contribuição no tema escolhido. Meus respeitos e agradecimentos aos Profs. Drs. Armando Catelli, Luiz João Corrar, Nilton Cano, Sérgio de Iudícibus, Stephen Charles Kanitz.

Ao Prof. Dr. Fábio Ulhoa Coelho, eminente comercialista, pela oportunidade que me proporcionou de debater com ele a questão da apuração de haveres sob a óptica contábil.

A meu amigo e colega de turma, já agora Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias, pelo incentivo constante ao desenvolvimento deste trabalho.

Fora da academia, não posso deixar de registrar meus agradecimentos aos MM. Juizes Dr. James Alberto Siano e Dr. José Maria Simões de Vergueiro; o primeiro pela contribuição ao liberar-me importantes dados estatísticos sobre processos de dissolução de sociedades do Foro Central da Capital de São Paulo; o segundo pelo incentivo ao presente trabalho e alegria com que sempre me brinda.

Devo também registrar agradecimentos a meus alunos da cadeira de Perícia Contábil, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que, ao apresentarem seus seminários sobre perícia contábil em apuração de haveres, sempre me apresentaram questões técnicas desafiantes.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	IV
INTRODUÇÃO	1
I Da contribuição pretendida	1
II Dos objetivos perseguidos	1
III Dos pressupostos considerados	2
IV Das justificativas	3
V Da delimitação do tema	4
VI Da problematização do tema	5
VII Da hipótese considerada	6
VIII Da metodologia adotada	7
IX Definição de termos utilizados no trabalho	11
CAPÍTULO 1	
AValiação DE SOCIEDADES NA CONTINUIDADE	13
1.1 A quem interessa	14
1.1.1 Avaliação para fins de alienação: venda ou compra	14
1.1.2 Avaliação para fins de fusão, incorporação e cisão	16
1.1.3 Avaliação para fins de admissão de novos investidores	19
1.1.4 Avaliação para fins de captação de recursos de terceiros	19
1.1.5 Avaliação para fins de reembolso de capital	21
1.1.6 Avaliação para fins judiciais	22
1.1.7 Encerramento de atividade: fechar ou continuar?	22
1.2 Avaliação de sociedades em marcha	23
1.3 Modelos avaliatórios	30
1.4 Métodos avaliatórios	34

CAPÍTULO 6	
PRINCÍPIOS CONTÁBEIS E BALANÇO DE DETERMINAÇÃO	122
6.1 Princípios contábeis	122
6.2 Normas brasileiras de contabilidade	123
6.3 Avaliação patrimonial em processos judiciais	125
6.3.1 Avaliação dos itens monetários	126
6.3.2 Avaliação dos itens não monetários	128
6.3.3 Contingências	132
6.3.4 <i>Goodwill</i>	133
6.4 Balanço de determinação	133
CAPÍTULO 7	
GOODWILL EM APURAÇÃO DE HAVERES: PROPOSIÇÃO	136
7.1 Algumas definições	136
7.2 Classificação do <i>goodwill</i>	142
7.3 Aspectos polêmicos quanto à mensuração do <i>goodwill</i>	145
7.4 <i>Goodwill</i> adquirido e não adquirido	151
7.5 <i>Goodwill</i> negativo ou <i>badwill</i>	152
7.6 Fórmulas de cálculo do <i>goodwill</i>	153
7.7 Proposição	158
7.7.1 Premissas	159
7.7.2 Fórmulas propostas	163
7.7.3 Alguns comentários sobre a proposição	165
7.7.3 Testando o modelo	166
CAPÍTULO 8	
DIFICULDADES E LIMITES PERICIAIS	174
8.1 Alguns aspectos operacionais periciais	175
8.2 Ausência das demonstrações especiais da data do evento	177
8.3 Inexistência de livros mercantis escriturados	178
CONCLUSÕES	181
APÊNDICE	
Proposta de modelo de laudo pericial contábil e roteiro de apuração de haveres	185
BIBLIOGRAFIA	226

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Balanço operacional	41
Figura 2	Balanço de liquidação	62
Figura 3	Balanço de determinação	135
Figura 4	Valor da sociedade inclusive <i>goodwill</i> , sem ajustes avaliatórios	168
Figura 5	Valor da sociedade inclusive <i>goodwill</i> , com ajustes avaliatórios no ativo permanente operacional e contingências	169
Figura 6	Valor da sociedade inclusive <i>goodwill</i> , com ajustes avaliatórios no ativo circulante e permanente operacional e contingências	170
Figura 7	Valor da sociedade inclusive <i>goodwill</i> , com ajustes avaliatórios no ativo circulante e permanente operacional, ativo não operacional e contingências	171
Figura 8	Valor da sociedade inclusive <i>goodwill</i> , com ajustes avaliatórios no ativo circulante, permanente e passivo operacional, ativo não operacional, passivo financeiro e contingências	172
Figura 9	Valor da sociedade inclusive <i>goodwill</i> , com ativo operacional líquido negativo e ajustes avaliatórios no ativo permanente operacional e contingências	173

RESUMO

O presente trabalho trata da avaliação de sociedades em processos judiciais, nos quais é determinada a apuração de haveres realizada por *expert* em contabilidade.

Para introduzir o tema, é abordada preliminarmente a avaliação de sociedades na continuidade operacional, em suas várias possibilidades e interesses, assim como os modelos e métodos avaliatórios, seus limites e fatores influenciadores do processo avaliatório.

Alguns aspectos das teorias do valor, do risco, da taxa de juros e dos preços são tratados, já que tais temas são recorrentes no processo avaliatório, especialmente para marcar a diferença entre *valor* e *preço*, muitas vezes olvidada nos processos judiciais.

A avaliação de sociedades em descontinuidade, voluntária ou involuntária, é enfrentada à luz do ordenamento jurídico nacional de dissolução judicial de sociedades e de seus reflexos contábeis, especialmente quanto aos procedimentos avaliatórios e de elaboração do *balanço de liquidação*.

As diretrizes emanadas da jurisprudência brasileira sobre apuração de haveres, extraídas dos pronunciamentos dos Tribunais Superiores, são interpretadas sob a óptica contábil, e verificada sua aderência aos Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade, que resultam em diretrizes contábeis de avaliação de sociedades em processos judiciais e culminam na elaboração do *balanço de determinação*.

Quanto ao *goodwill* não adquirido, tema inerente à avaliação de sociedades em processos judiciais, após a apresentação das várias vertentes doutrinárias jurídicas e contábeis e das várias fórmulas de cálculo, são propostos caminhos compatíveis com a avaliação judicial.

Por fim, são expostos limites e dificuldades com que se depara o *expert* contábil, especialmente os relativos à ausência de demonstrações contábeis especiais da data do evento e, ainda, quanto à inexistência de livros mercantis escriturados, sugerindo-se, quando viável, procedimentos periciais contábeis alternativos.

Em apêndice, é oferecida proposta de modelo de laudo pericial contábil e roteiro de apuração de haveres.

ABSTRACT

This work deals with companies 'or firms' appraisals in judicial proceedings in which determined asset appraisals are made by an accounting expert.

Introducing the subject, it is discussed preliminarily the appraisal of companies 'or firms' in going concern with its many possibilities and interests, as well as the models and appraisal methods, their limits and influencing factors over the appraisal proceedings.

Some aspects of value, risk, interest rates and price theories are dealt with, once they are recurring aspects of the appraisal proceeding, in special to mark the difference between *value* and *price*, which is commonly forgotten in judicial proceedings.

The appraisal of companies 'or firms' in discontinuity, be it intentional or not, is treated in the light of the national legal system on companies 'or firms' judicial dissolution and its accounting effects, in special regarding the appraisal proceedings and the elaboration of *the liquidation balance sheet*.

The directives originated from Brazilian jurisprudence on assets appraisal, as extracted from decisions of the Superior Courts, are considered and interpreted from an accounting point of view, and their adherence to *Brazilian Principles and Standards of Accounting*, resulting in accounting directives for companies 'or firms' appraisal in judicial proceedings, and leading to the elaboration of *the determination balance sheet*, are verified.

INTRODUÇÃO

Destacamos nesta introdução a contribuição pretendida, o objetivo do trabalho, os pressupostos assumidos, a estrutura metodológica considerada, a notícia da literatura relativa ao tema, o processo de organização do trabalho e, por fim, um glossário de alguns termos utilizados.

I DA CONTRIBUIÇÃO PRETENDIDA

Apuração de haveres é tema contábil relevante no desenvolvimento de perícia contábil em processos judiciais de inventário e de dissolução de sociedades.

O magistrado, por força de dispositivos legais constantes do Código de Processo Civil, de ofício ou a requerimento, nomeia perito em contabilidade para oferecer avaliação das quotas de capital de sociedades contratuais organizadas sob a forma de limitadas, por meio de laudo pericial contábil que possibilita a partilha entre os herdeiros, no caso de inventário, do *quantum* relativo às quotas de sócio falecido; e ao sócio dissidente, excluído ou aos sócios de sociedade em liquidação, a partilha do quinhão patrimonial de cada um.

O tema, portanto, envolve a avaliação de acervos patrimoniais para fins específicos judiciais.

II DOS OBJETIVOS PERSEGUIDOS

Este trabalho tem por escopo central formular um modelo conceitual e operacional contábil de apuração de haveres em processos judiciais, à luz dos

princípios e convenções contábeis, que permitam operacionalizar e compatibilizar a orientação emanada dos tribunais pátrios.

Esse objetivo central pode ser desdobrado em proposições mais específicas, a saber:

- oferecer um quadro teórico contábil aplicável à avaliação, por determinação judicial, de sociedades contratuais;
- propor procedimentos, métodos e técnicas periciais contábeis aplicáveis em processos judiciais de dissolução parcial ou total de sociedades contratuais, em funcionamento ou em liquidação judicial, que envolvem apuração de haveres;
- propor procedimentos, métodos e técnicas de natureza pericial contábil que possam vir a suprir a lamentável ausência de registros contábeis nos micro e pequenos negócios, situação fática que muito afeta a apuração de haveres;
- propor modelo e roteiro de elaboração de laudo pericial contábil compatível com essa modalidade pericial.

Para atingir tais metas, é necessário identificar as aplicações da apuração de haveres nos vários tipos de processos judiciais nos quais é exigida ou determinada. Nesse sentido, socorremo-nos do arcabouço legal que disciplina a apuração de haveres.

III DOS PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS

Este trabalho considera um leque de pressupostos tratados em obras de Teoria da Avaliação Patrimonial e do Lucro, de Direito Comercial e de Direito de Família e Sucessões.

Admitimos determinados pressupostos da doutrina contábil combinados com a doutrina jurídica, que se interpenetram e são, em alguns momentos, conflitantes.

Os pressupostos fornecem as diretrizes com base nas quais o trabalho é desenvolvido.

Sociedades são dissolvidas, total ou parcialmente, em decorrência de dissidências societárias ou da morte de sócio, obedecendo-se ao ordenamento jurídico pátrio. A tendência predominante dos tribunais, como veremos mais adiante, é de decidir pela continuidade da sociedade, declarando-a dissolvida parcialmente e determinando a apuração de haveres em favor do sócio retirante ou dos herdeiros de sócio falecido, da forma mais ampla possível, de modo que seja apurado o valor do patrimônio a valores de mercado. Temos, normalmente, uma sociedade em marcha a ser avaliada, mas em descontinuidade em relação ao sócio retirante ou falecido.

Proceder à apuração de haveres significa buscar o montante do patrimônio líquido que cabe ao interessado em função da participação no capital social da sociedade. Mas qual é esse montante? Encontrar a resposta para essa indagação é a grande tarefa do perito em contabilidade nomeado em Juízo.

A resposta a essa indagação será naturalmente apoiada na doutrina contábil aplicável à espécie avaliatória patrimonial, em face dos pronunciamentos dos tribunais.

IV DAS JUSTIFICATIVAS

Algumas observações pessoais advindas da vivência profissional no campo objeto deste trabalho têm evidenciado que os peritos em contabilidade vêm apresentando seus trabalhos periciais sem o necessário rigor técnico contábil, com eventuais prejuízos para os interessados na referida apuração, que, muitas vezes, olvidam as diretrizes emanadas dos tribunais pátrios.

É de serem ressaltados os diversos entendimentos técnicos quanto ao próprio processo avaliatório do acervo patrimonial, em especial quanto ao cálculo do *goodwill*, que no campo jurídico assemelha-se ao denominado *aviamento*,

equivocadamente denominado *fundo de comércio*, cujas fórmulas matemáticas mais usualmente aplicadas nos trabalhos judiciais vêm sofrendo severas restrições dos estudiosos.

V DA DELIMITAÇÃO DO TEMA

Este trabalho situa-se em área limítrofe, em que se encontram a ciência contábil e a ciência jurídica, em decorrência de processos judiciais que demandam apuração de haveres.

No campo da ciência contábil, inscreve-se na área da teoria da avaliação patrimonial e do lucro, que inclui a mensuração de ativos e passivos e a capacidade de determinado acervo patrimonial gerar resultados ao longo do tempo.

Sob essa óptica, devemos ter presente que os laudos periciais contábeis de apuração de haveres destinam-se a usuários muito específicos, o magistrado e os advogados das partes, os herdeiros e os sócios, que não têm nenhuma obrigação funcional de dominar o universo contábil, mas necessitam compreender o conteúdo das peças técnicas elaboradas pelos peritos em contabilidade; o magistrado, para sentenciar e homologar os valores apurados; os advogados, para defenderem com competência seus clientes; os herdeiros e sócios, para aquilatarem o montante de seus direitos.

Filosoficamente, levando em conta os vários enfoques aplicáveis à Contabilidade, podemos colocar o presente trabalho sob a Teoria da Comunicação, definida por IUDÍCIBUS como “*o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação*”¹ à medida que o laudo pericial contábil de apuração de haveres possui todas essas características.

Da ciência jurídica importa considerar as diretrizes relativas ao disciplinamento legal concernente à dissolução parcial ou total de sociedades e à respectiva apuração de haveres, começando pelo Código Comercial, Lei das

¹ Sérgio de IUDÍCIBUS, *Teoria da contabilidade*, p. 24.

Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada, Código de Processo Civil e, subsidiariamente, pela Lei das Sociedades por Ações.

Cabe aqui um alerta; este não é um trabalho de cunho jurídico. Visamos, na verdade, colher elementos do saber jurídico que possibilitem a compreensão do fenómeno estudado, ou seja, a apuração de haveres enquanto procedimento de avaliação de acervo patrimonial de determinada sociedade.

VI DA PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

Os especialistas em metodologia científica afirmam que, para se levar a bom termo um trabalho de cunho científico, é premente e necessário problematizar os fatos sob investigação.

Relativamente à vertente do conhecimento contábil sobre a qual estamos debruçando-nos, desconhecemos trabalhos pátrios que proponham a formulação de um modelo conceitual e operacional de apuração de haveres em processos judiciais, compatível e adequado aos pronunciamentos dos tribunais. Assim, podemos propor como problema-alvo deste trabalho:

- Como estruturar um sistema de avaliação patrimonial que sirva de suporte ao processo decisório judicial que envolve apuração de haveres?

Daí decorrem outros questionamentos, a saber:

- Os acervos patrimoniais das sociedades, à luz dos pronunciamentos judiciais, devem ser avaliados, considerando que premissas? *Ativos devem ser avaliados pela óptica da liquidação ou pela continuidade da sociedade?*
- Quais as categorias de bens reconhecidas pela doutrina jurídica que são sujeitas a avaliação?
- Como enfrentar a dissolução parcial de sociedade decorrente de retirada de sócio à luz dos princípios fundamentais de contabilidade? Estes são aderentes aos pronunciamentos judiciais?

- Quais as implicações de natureza tributária em face da reavaliação de bens e da mensuração do *goodwill*, itens normalmente considerados no processo avaliatório judicial?

Este trabalho busca oferecer respostas aos problemas apresentados.

VII DA HIPÓTESE CONSIDERADA

Assumimos que o processo de avaliação de sociedades para fins judiciais pode ser otimizado por instrumentos que auxiliem os peritos em contabilidade a mensurar corretamente acervos patrimoniais; para isso, é necessário identificar e formatar um modelo conceitual e operacional, compatível com os princípios fundamentais de contabilidade e com a jurisprudência pátria, que contribua para a eficácia avaliatória em processos judiciais de apuração de haveres.

A hipótese assumida não contradiz nenhuma verdade já aceita, salvo no que se refere ao comando jurisprudencial de que a apuração de haveres se processa como se dissolução societária total fosse; a necessidade de mensurar corretamente acervos patrimoniais é tema recorrente, estudado e aceito em trabalhos sobre teoria da avaliação patrimonial e do lucro; entretanto, tal necessidade é examinada sob vertente específica, qual seja, a avaliação patrimonial sob a égide judicial, a fim de não prejudicar os interessados nos processos judiciais.

É uma hipótese simples, verificável, aplicável e específica; simples, porque seu enunciado condiz com o próprio entendimento do que perseguimos; verificável, por meio dos fatos identificados na pesquisa da jurisprudência levada a efeito; aplicável, à medida que são consideradas determinadas características necessárias a sua operacionalidade; e específica, visto que dimensionamos o que pretendemos verificar.

Consideramos que existem referenciais empíricos para o teste de validação, sem julgamento de valor, e que a pesquisa empreendida é parcimoniosa e relaciona-se às técnicas de pesquisa científica, podendo ser testada empiricamente,

além do que se insere no universo conceitual que suporta a teoria da avaliação patrimonial e do lucro.

VIII DA METODOLOGIA ADOTADA

Da consulta ao catálogo de teses e dissertações produzidas no Brasil, no campo da ciência contábil, ficou evidenciada a inexistência de um trabalho pormenorizado na área da *Teoria da Avaliação Patrimonial e do Lucro* que abordasse o tema avaliação de sociedades em processos judiciais e a correspondente apuração de haveres.

Essa lacuna foi também corroborada após a consulta a diversas obras de contabilidade e de avaliação de sociedades, o que nos levou a aceitar o desafio de empreender o presente trabalho.

No que se refere ao tema de fundo, este trabalho apóia-se em pesquisa da jurisprudência brasileira relativa à apuração de haveres em processos judiciais de dissolução de sociedades. Preliminarmente, procedemos à coleta dos pronunciamentos dos principais tribunais pátrios, em especial do Egrégio Supremo Tribunal Federal e Supremo Tribunal de Justiça, que permitiram apreender a orientação emanada da jurisprudência predominante.

É de ser registrado que tentamos obter de profissionais que militam nas Varas Cíveis do Foro Central da Capital de São Paulo laudos periciais contábeis de apuração de haveres; todavia, a empreitada redundou em fracasso, pois obtivemos amostra estatisticamente insignificante para um universo de 695 processos de dissolução de sociedades distribuídos no período de 1993 a 1995. Pretendíamos verificar a aderência desses trabalhos técnicos às diretrizes emanadas da jurisprudência. É um desafio futuro.

De posse de súmulas, acórdãos e ementas, procedemos à leitura e a seu ordenamento em função das diretrizes delas emanadas.

Na construção de um quadro teórico contábil aplicável à apuração de haveres, desenvolvemos pesquisa bibliográfica, tendo por norte a *Teoria da Avaliação Patrimonial e do Lucro*, sob dois enfoques:

1. a avaliação patrimonial na continuidade dos negócios; e
2. a avaliação patrimonial na descontinuidade dos negócios.

Merecem destaque as obras de autores nacionais de renome, como, por exemplo, SÉRGIO DE IUDÍCIBUS, com *Teoria da contabilidade*, ELISEU MARTINS, com sua tese de doutoramento *Contribuição à avaliação do ativo intangível*, e MASSANORI MONOBE, com a tese de doutoramento *Contribuição à mensuração e contabilização do goodwill não adquirido*.

Do cenário internacional, foram colhidos ensinamentos, entre outros, de ELDON S. HENDRIKSEN, em sua renomada obra *Accounting theory*; de JEAN ALLA, com *L'évaluation de l'entreprise: de la théorie à la pratique*; de COPELAND, KOLLER e MURRIN, com *Valuation: measuring and managing the value of companies*; de ASWATH DAMODARAN, com *Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo*.

A par disso, buscando sistematizar determinados elementos jurídicos orientadores da dissolução de sociedades e da apuração de haveres que lhe é pertinente, foram compulsadas obras de renomados juristas. Foram colhidos ensinamentos, entre outros, de RUBENS REQUIÃO, da obra *Curso de direito comercial*; de FRAN MARTINS, da obra *Curso de direito comercial*; de WALDIRIO BULGARELLI, das obras *Fusões, incorporações e cisões de sociedades e Sociedades comerciais*; de ARNOLDO WALD, da obra *Direito das sucessões*; de FÁBIO ULHOA COELHO, da obra *Curso de direito comercial*; além das obras citadas, foi examinada uma obra polêmica, denominada *Apuração dos haveres de sócio*, de autoria de HERNANI ESTRELLA.

O presente trabalho, ordenado em oito capítulos, possibilita as abordagens e reflexões necessárias para responder à problematização proposta. Os capítulos, por sua vez, foram divididos em seções, que permitem o encadeamento lógico das idéias e dos pontos necessários ao enfrentamento do tema.

As notas de rodapé e referências bibliográficas estão numeradas sequencialmente ao longo de cada um dos capítulos. Quando citados, os autores são explicitados por completo, a fim de evitar eventuais confusões de sobrenomes iguais. Nesses aspectos, seguimos a orientação de Antônio Joaquim Severino, contida na obra *Metodologia do trabalho científico*.

Contribuição à formulação de um sistema conceitual e operacional contábil de apuração de haveres em processos judiciais está organizada em oito capítulos, a saber:

CAPÍTULO 1 – AVALIAÇÃO DE SOCIEDADES NA CONTINUIDADE

Nesse capítulo, são abordadas as várias possibilidades avaliatórias de sociedades em continuidade de suas atividades, os modelos e métodos avaliatórios aplicáveis, bem como os limites e fatores que influenciam os procedimentos avaliatórios.

CAPÍTULO 2 – VALOR, VALOR ECONÔMICO, RISCO E TAXA DE JUROS

Aqui, são tecidos comentários e abordadas as conceituações de valor e valor econômico sob a óptica da ciência econômica. O risco, a incerteza e a taxa de juros, temas presentes no processo avaliatório, são desenvolvidos sob o enfoque da teoria dos portfólios.

CAPÍTULO 3 – AVALIAÇÃO DE EMPRESAS NA DESCONTINUIDADE

São abordadas duas alternativas de descontinuidade. A primeira, denominada voluntária, ocorre ao término do empreendimento, ou pela vontade coletiva de sócios ou acionistas, a qualquer momento. A segunda, involuntária, ocorre por decretação judicial, ou ainda, é originária da intervenção estatal mediante desapropriação. Propomos modelo avaliatório e *balanço de liquidação* compatível com o ordenamento e doutrina jurídica na descontinuidade.

CAPÍTULO 4 – DISSOLUÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADES

Aqui, são abordadas as várias alternativas de dissolução judicial de sociedades, à luz dos dispositivos legais disciplinadores da matéria. Assim, discorreremos sobre a dissolução parcial de sociedades que envolve dissidência ou

exclusão de sócio, dissolução parcial em face do passamento de sócio, bem como decretação de falência.

CAPÍTULO 5 – JURISPRUDÊNCIA EM APURAÇÃO DE HAVERES

São analisados e comentados os pronunciamentos judiciais da pesquisa realizada que envolve apuração de haveres na dissolução judicial de sociedades sob a óptica contábil.

CAPÍTULO 6 – PRINCÍPIOS CONTÁBEIS E BALANÇO DE DETERMINAÇÃO

Esse capítulo constitui a contribuição conceitual e operacional contábil de apuração de haveres em processos judiciais; compatibiliza os princípios contábeis com as determinações advindas do ordenamento jurídico e da jurisprudência brasileira. O processo avaliatório judicial é operacionalizado, explicitando-se os procedimentos adotados para os itens monetários e não monetários; ao final do capítulo, é apresentado um modelo de *balanço de determinação*.

CAPÍTULO 7 – GOODWILL EM APURAÇÃO DE HAVERES: PROPOSIÇÃO

Aqui, são tratadas as várias visões e contribuições que envolvem o *goodwill*, sob a óptica dos doutrinadores contábeis e comercialistas. A par disso, são apresentadas as várias fórmulas de cálculo do *goodwill* e suas implicações nas avaliações judiciais, para, ao final, oferecermos uma proposição compatível com o processo avaliatório judicial.

CAPÍTULO 8 – DIFICULDADES E LIMITES PERICIAIS

Por fim, são destacadas as inúmeras dificuldades e limites com que depara o perito em contabilidade quando em função judicial de apuração de haveres. Quando não há *balanço de determinação*, nem livros regularmente escriturados, são abordados e oferecidos alguns caminhos superadores de tais obstáculos.

APÊNDICE

Em apêndice, é apresentada, como resultado de todo o debate exposto ao longo do presente trabalho, proposta de modelo de laudo pericial contábil e roteiro de apuração de haveres.

IX DEFINIÇÃO DE TERMOS UTILIZADOS NO TRABALHO

Apresentamos a seguir um glossário de termos utilizados no desenvolvimento deste trabalho.

Apuração de haveres – É o procedimento judicial ordenado pelo magistrado, desenvolvido por perito em contabilidade, que tem por meta a avaliação das quotas societárias, ou seja, a mensuração da participação societária de sócio dissidente, excluído, ou pré-morto em sociedades contratuais.

Balanço especial – É o balanço patrimonial elaborado pelos sócios remanescentes de sociedade contratual na data-base do evento, para efeito de reembolso do valor das quotas societárias, em atendimento a dispositivo do contrato social.

Balanço de determinação – É o balanço patrimonial elaborado pelo perito em contabilidade, em função judicial, que é utilizado para determinar o montante dos haveres que cabe ao sócio dissidente, excluído ou aos herdeiros de sócio pré-morto.

Balanço de liquidação – É o balanço patrimonial elaborado pelo liquidante de sociedade dissolvida totalmente.

Data-base do evento – É a data da declaração da dissidência societária, ou de falecimento de sócio pré-morto.

Descontinuidade involuntária – Corresponde ao encerramento da atividade empresarial, por decretação judicial, ou por desapropriação estatal.

Descontinuidade voluntária – Corresponde ao encerramento da atividade empresarial, que ocorre pelo término do empreendimento, ou pela vontade coletiva de sócios ou acionistas.

Dissolução judicial de sociedade – É a decretação judicial de dissolução societária, total ou parcial, a requerimento de qualquer interessado.

Dissolução societária parcial – É a decretação da exclusão de sócio do quadro societário, operando-se a continuidade da sociedade com o sócio, ou sócios

remanescentes, e determinando-se a apuração de haveres do sócio retirante, ou falecido.

Dissolução societária total – É a decretação do fim da vida da sociedade, realizando-se a venda dos ativos e o pagamento das dívidas e a distribuição do saldo porventura existente entre os sócios.

Goodwill adquirido – É um ativo intangível originário da diferença entre o preço de aquisição de determinada participação societária e o valor dos elementos patrimoniais que a compõem; referida diferença é denominada *ágio*.

Goodwill não adquirido – É um ativo intangível que se forma naturalmente pela combinação dos ativos na atuação da empresa.

Patrimônio líquido a valores de mercado – Corresponde ao patrimônio líquido da sociedade na data-base, em que os elementos patrimoniais são avaliados a valores de mercado, incluindo o *goodwill* adquirido e não adquirido.

Sociedade em marcha – É uma sociedade em funcionamento, com características e qualidades específicas e determinada estrutura de ativos e passivos que serão objeto de avaliação.

Sócio dissidente – É o sócio que, discordante, propõe, perante o poder judiciário, a dissolução parcial ou total da sociedade.

Sócio excluído – É o sócio excluído pelos demais, mediante alteração contratual realizada pela maioria societária.

Sócio pré-morto – É o sócio que, pertencente ao quadro societário, veio a falecer.

CAPÍTULO 1 – AVALIAÇÃO DE SOCIEDADES NA CONTINUIDADE

Avaliação de sociedades em marcha é assunto de alta complexidade teórica e técnica, muito embora se trate, em sua essência, de tema simples, qual seja, o de se responder qual é o valor de uma sociedade em funcionamento. Pergunta simples que exige o desenvolvimento de inúmeros procedimentos técnicos e rigorosas considerações teóricas.

Como fator inerente à avaliação de sociedades, surge o denominado *goodwill*,¹ tema altamente polêmico no âmbito da Contabilidade, já que envolve questionamentos teóricos, como, por exemplo, definir o que seja ativo e sua mensuração e as implicações da adoção dos próprios princípios contábeis no conteúdo das demonstrações contábeis especiais ou *balanço de determinação*, base da apuração dos haveres em processos judiciais.

Por ora, fique assentado que neste trabalho é assumido que o *goodwill* corresponde à capacidade que determinado patrimônio tem de gerar valor acima do que se possa considerar como normal; constitui-se no *sobrevalor* ou *plus*, como entendem os juristas que militam na área do Direito Comercial.

Permeando o tema, há, na verdade, polêmica mais ampla, ou seja, a do valor econômico, do valor dos fluxos financeiros no tempo, dos valores ou dos preços que as pessoas ou entidades estão dispostas a investir ou a pagar e que envolvem a teoria da utilidade, a incerteza e o risco.

Para apreendermos a magnitude e a relevância da avaliação de sociedades em marcha, embora não seja este o tema central deste trabalho, entretanto, em alguns aspectos muito pertinente, a seguir são abordadas as várias alternativas que demandam procedimentos avaliatórios.

¹ O tema *goodwill* e sua mensuração serão tratados amplamente no Capítulo 7.

1.1 A QUEM INTERESSA

Muitos são os interessados na avaliação de sociedades, visto que pode atender a várias finalidades; entre elas, as mais significativas são:

- a. alienação: venda ou compra;
- b. fusão, incorporação e cisão;
- c. admissão de novos investidores;
- d. captação de recursos de terceiros para implementação da capacidade operacional;
- e. reembolso de capital;
- f. apuração de haveres;
- g. encerramento de atividades: fechar ou continuar? vender ou continuar?

1.1.1 Avaliação para fins de alienação: venda ou compra

A avaliação para fins de alienação envolve um conjunto de medidas e estudos que interessam tanto ao vendedor quanto ao comprador.

O vendedor tem interesse em conhecer e evidenciar vantagens e desvantagens em relação ao capital aplicado e sua rentabilidade futura, comparando-as com o provável preço de venda da sociedade.

Já o comprador estará interessado em dimensionar suas possibilidades de ganhos futuros em confronto com a aplicação de seus recursos, indagando qual a melhor alternativa de investimento, se adquirir determinado empreendimento, ou carregá-los para outros mais rentáveis.

Assim, tanto o comprador como o vendedor terão interesse em conhecer alguns fatores específicos da avaliação da entidade, tais como: (a) os lucros potenciais; (b) o ativo líquido; (c) as cotações das ações no mercado, se companhia

aberta (ou de ações de companhias similares); (d) a capacidade de pagamento de dividendos.

Alguns fatores podem conduzir – comprador e vendedor – à realização de uma operação de compra e venda de uma entidade.

São razões para a aquisição de uma entidade, entre outras, as que seguem:

- a. lucratividade indicada;
- b. eliminação de concorrentes;
- c. diversificação da linha de produtos;
- d. expansão da capacidade de produção;
- e. extensão da área geográfica de mercado;
- f. aquisição de fonte segura ou favorecida de fornecimento
- g. aquisição de talento administrativo;
- h. aquisição de *know-how* técnico ou de marketing;
- i. melhoria ou ampliação dos meios de distribuição.

Para quem está querendo desfazer-se de um negócio, podem ser razões ponderáveis para a venda de uma entidade:

- a. a companhia estar operando com prejuízo;
- b. os proprietários/administradores desejarem aposentar-se;
- c. faltar capital para financiar a expansão necessária;
- d. haver problemas de mercado, técnicos (dificuldades de acesso a novas tecnologias), com fornecedores, que podem afetar adversamente as operações futuras;
- e. existirem sérias discordâncias entre acionistas ou sócios majoritários que exerçam também cargos de gerência ou que desejam a divisão da sociedade.

É claro que as razões especificadas não esgotam o assunto. Correspondem a alguns indicadores que podem conduzir pessoas ou grupos de pessoas à realização do negócio.

O comprador deve, ainda, levar em consideração alguns aspectos negociais, como, por exemplo: (a) confiança no relatório dos avaliadores; (b) fator tempo nas negociações do contrato final; (c) controle das garantias contratuais; (d) sobrepreço condicionado a cláusulas de desempenho.

De sua parte, o vendedor deve considerar alguns aspectos do negócio, tais como: (a) planejamento de suas novas atividades (poderá ser negociada cláusula de não-competição); (b) cláusulas de garantia, bem como de eventuais retenções contratuais vinculadas ao desempenho futuro.

A forma de pagamento, aspecto ponderável na avaliação, interessa tanto ao vendedor quanto ao comprador, por influenciar na fixação do preço do negócio.

1.1.2 Avaliação para fins de fusão, incorporação e cisão

O processo concentracionista das atividades empresariais é fenômeno que acompanha a transformação do sistema capitalista, resultante da transformação da economia que provoca modificações *"sobretudo em relação aos processos de produção e circulação mas, também em grande parte, para subtrair-se às proibições e às dificuldades de ordem fiscal"*.²

BULGARELLI diz:

"dos cartéis defensivos, 'pools', 'corners', 'rings', 'trusts', passou-se ao 'konzen', aos consórcios, aos grupos, às 'holdings', às sociedades de investimento, às 'joint ventures', sem, é claro, olvidar-se a forma mais radical e ao ver de alguns a mais perfeita de todas elas, ou seja, a fusão e a

² Waldirio BULGARELLI, *Fusões, incorporações e cisões de sociedades*, p. 21.

incorporação, que permaneceram ao lado das demais como uma constante".³

Sem entrarmos na diferenciação jurídica, relativamente ao aspecto econômico são perseguidos, tanto na fusão quanto na incorporação, alguns objetivos, a saber:

- a. racionalização da produção e da circulação de produtos e serviços;
- b. agregação de tecnologia;
- c. reorganização da estrutura administrativa e gerencial;
- d. eliminação da concorrência;
- e. redução de custos administrativos.

Contudo, segundo BULGARELLI, o maior deles, embora não explícito, é a busca de posição monopolística.

Várias, portanto, podem ser as motivações que levam à fusão ou incorporação e, assim, a avaliação das entidades seguirá as razões dessas motivações.

HOUSSIAUX, (*Apud* BULGARELLI) destaca que as motivações permeiam o processo avaliatório, provocando valores diversos. Qualifica as motivações em três categorias:

- "1ª) absorções realizadas com a finalidade de obter recursos próprios necessários para o crescimento, recursos esses que podem ser: novos equipamentos; clientela; pessoal; rede comercial; novas técnicas; pessoal qualificado e de direção e recursos de caixa disponíveis;*
- 2ª) fusões com a finalidade de, por exemplo, aumentar a dimensão da empresa pela reintegração das filiais comuns no seio do grupo; e*
- 3ª) absorções como meio de supressão da concorrência, caso em que o valor da empresa adquirida pela incorporadora não é determinado pelo simples exame dos ativos físicos, mas principalmente por uma análise,*

³ Ibidem, p. 22.

levando em consideração o ganho decorrente da posição dominante que terá a incorporadora com a supressão da concorrente.”⁴

Na cisão, deparamos com a divisão de sociedade com a transferência de parcelas patrimoniais para sociedades já existentes ou especialmente constituídas para tal finalidade.

Ela pode originar-se de um procedimento para desconcentrar atividades de sociedades muito grandes, ou para provocar a especialização de atividades; pode, também, resultar de dissidências societárias resolvidas de forma amigável.

As figuras jurídicas de incorporação, fusão e cisão de sociedades encontram-se perfeitamente tipificadas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, recentemente alterada pela Lei nº 9.457,⁵ de 5 de maio de 1997, assim:

“Art. 227. A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

Art. 228. A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar empresa nova que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

Art. 229. A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.”

A citada lei determina que referidas operações realizem-se somente após a devida avaliação do patrimônio líquido das sociedades que serão incorporadas, fusionadas ou cindidas, por três peritos ou empresa especializada, e o laudo avaliatório deve ser apreciado e aprovado pelos acionistas ou quotistas.

⁴ Ibidem, p. 23.

⁵ Waldirio BULGARELLI, et al., *Reforma da lei das sociedades por ações*.

1.1.3 Avaliação para fins de admissão de novos investidores

A avaliação para a finalidade de admissão de novos investidores pressupõe, inicialmente, análise das condições em que os mesmos participarão do empreendimento.

Assim, é necessário considerar se os novos investidores:

- a. serão admitidos como acionistas minoritários ou majoritários?
- b. subscreverão, no caso de sociedade anônima, ações ordinárias ou preferenciais?
- c. integralizarão suas subscrições em dinheiro ou em bens (produtos, tecnologia etc.)?
- d. participarão da administração da sociedade?

Os pontos retromencionados são básicos e relevantes na determinação da avaliação da sociedade para a admissão de novos investidores.

Sob a óptica, por exemplo, da admissão de novos investidores, cuja participação irá dar-lhes o controle da sociedade, é evidente que, no processo avaliatório, deve ser considerado um *plus* que será exigido por quem perde a condição de mando.

1.1.4 Avaliação para fins de captação de recursos de terceiros

Quando se fala em captação de recursos de terceiros para implementação da capacidade operacional de uma sociedade, procura-se determinar se esses recursos serão destinados ao reforço do capital de giro ou para aquisição de bens de produção.

Dentro da dinâmica de mercado, pode a sociedade buscar recursos para atender a seu capital de giro nos bancos comerciais ou, ainda, no caso de sociedades anônimas, por meio da colocação de debêntures.

É evidente que, no primeiro caso, a avaliação será feita mais em função da capacidade de liquidez da entidade, uma vez que, captado o recurso, deverá a sociedade, no prazo ajustado, devolvê-lo com os encargos financeiros contratuais.

Já no que concerne à colocação de debêntures, o investidor – debenturista – procurará fazer um exame do nível de desempenho operacional da entidade, da rentabilidade oferecida, da garantia pelo pagamento dos rendimentos e, ainda, do prazo da aplicação e da possibilidade de conversão em ações.

Entretanto, os recursos captados de terceiros podem ser direcionados para a aquisição de bens de produção, objetivando a expansão da capacidade operacional.

Nesse enfoque, é conveniente ressaltar que a avaliação será efetuada segundo padrões específicos, especialmente quanto às garantias oferecidas, o retorno do investimento, o estudo da rentabilidade, da viabilidade econômico-financeira do empreendimento, cronograma de execução, plano de aplicação dos recursos, bem como análise dos principais indicadores econômico-financeiros da entidade.

Dessa forma, verificamos que a avaliação adquire um aspecto bem diferente dos até aqui abordados, posto que a análise passa a ser efetuada partindo-se de uma situação preexistente combinada com a projeção de seu desempenho, tanto econômico, quanto financeiro, com os recursos de terceiros a serem injetados na sociedade.

Nuanças semelhantes são encontradas também nos processos de abertura de capital das sociedades, com lançamento de ações nas bolsas de valores, com ênfase no estudo do risco, já que, ao contrário das debêntures, as ações são lançadas sem qualquer garantia de rendimento.

Não podemos olvidar que os procedimentos de lançamento de valores mobiliários no mercado, inclusive quanto ao preço de emissão, são disciplinados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

1.1.5 Avaliação para fins de reembolso de capital

Algumas possibilidades da vida societária podem ensejar a necessidade de avaliação patrimonial para efeito de devolução ao acionista ou quotista do valor das ações ou quotas.

Na sociedade anônima, o acionista dissidente de deliberação da assembléia geral tem, em determinadas situações, direito ao resgate do valor das ações das quais é titular, como disposto no art. 45 e respectivos parágrafos, alterado pela Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997.

Essa Lei alterou, significativamente, o valor do reembolso, como vemos no comentário de PENTEADO, *verbis*:

“A única modificação substancial consta dos §§ 1º, 3º e 4º, nos quais foi suprimido o piso do valor de reembolso anteriormente assegurado pela redação original da Lei nº 6.404/76 (valor patrimonial das ações), com a instituição de alternativa, desde que prevista no estatuto, de pagamento ao acionista dissidente de importância inferior àquele valor, correspondente ao percentual de sua participação no ‘valor econômico da companhia’, apurado por três peritos ou empresa avaliadora, constante de ‘laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados’ (art. 45, § 3º, c. c., art. 8º, §§ 1º e 4º).”⁶

Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, existe a possibilidade de reembolso de haveres quando o sócio já não deseja continuar na sociedade e, de forma amigável e consensual, resolvem os sócios proceder à avaliação da sociedade, de modo a fixar o valor da participação do sócio retirante.

É de ser observado que o contrato social normalmente dispõe sobre essa hipótese de retirada, definindo, inclusive, a forma de pagamento.

⁶ Citado por Waldirio BULGARELLI, et al., *op. cit.*, p. 42.

1.1.6 Avaliação para fins judiciais

Algumas circunstâncias da vida das sociedades provocam a necessidade de avaliação por determinação judicial.

Podem ser citadas as seguintes possibilidades de avaliação:

- a. em processo de inventário por falecimento de sócio de sociedade organizada sob a forma jurídica de limitada;
- b. em processo de dissolução parcial, por dissidência entre sócios de sociedade limitada, ou mesmo por exclusão de um deles;
- c. em processo envolvendo sociedade irregular ou de fato;
- d. por expropriação legal de qualquer empreendimento empresarial.

Os primeiros casos tratam da chamada *apuração de haveres* de sócio falecido e de sócio dissidente ou excluído.

O último reflete a intervenção do Estado no domínio econômico.

1.1.7 Encerramento de atividades: fechar ou continuar?

Diversos fatores ponderáveis podem determinar a decisão de encerramento voluntário de atividades de uma sociedade por vontade dos sócios ou acionistas. Podemos citar os que seguem:

- a. prejuízos constantes e difícil recuperação econômica;
- b. políticas administrativas geradoras de encargos incompatíveis com a estrutura da entidade;
- c. concorrência desleal que impossibilite à sociedade uma atuação dentro de parâmetros normais;
- d. surgimento de outros campos mais atrativos e rentáveis para a aplicação de capitais;

- e. desilusão do empresário que não consegue realizar seus objetivos;
- f. baixa rentabilidade do capital aplicado;
- g. falecimento do principal administrador, especialmente, em sociedades familiares.

Podemos notar que os fatores apontados são realmente significativos quanto à continuidade ou não de um empreendimento. Assim, a decisão pela descontinuidade deve ser precedida de uma avaliação da sociedade pelo valor de realização de seus ativos e um estudo acurado das possibilidades de continuidade do empreendimento.

1.2 AVALIAÇÃO DE SOCIEDADES EM MARCHA

A avaliação de uma sociedade em marcha, ou seja, em funcionamento, coloca-nos diante de determinada estrutura de ativos e passivos que serão objeto de avaliação. É empreendimento preexistente, com determinadas características e qualidades.

Devemos ter presente que qualquer empreendimento empresarial tem por justificativa propiciar a seus proprietários o máximo de riqueza possível.

Mensurar tal empreendimento significa buscar um ou vários valores prováveis em função das motivações provocadoras de tal medição.

Então, quanto vale uma sociedade em funcionamento, na continuidade?

Segundo HARRINGTON,⁷ vale o preço justo que algum investidor esteja disposto a pagar pela sociedade, levando em conta o montante do retorno esperado, a época em que o retorno será recebido e o risco inerente ao próprio retorno esperado.

⁷ D. R. HARRINGTON, *Modern portfolio theory, the capital asset pricing model and arbitrage pricing theory: a user's guide*, p. 1.

KINGSTON e McQUILLAN ⁸ entendem que vale o mais alto preço obtido no mercado, aceito por investidores prudentes, bem informados, que não realizam transações sob impulsos.

BLACKMAN ⁹ entende que as sociedades devem ser avaliadas não pelo que obtiveram no passado, mas pelo que podem ser capazes de conseguir no futuro. O retorno esperado, ou sua expectativa, é o fator determinante de seu valor.

COPELAND, KOLLER e MURRIN ¹⁰ afirmam que o valor da sociedade é determinado em função de seu *cash flow futuro descontado* e é criado valor quando as entidades investem determinado montante de capitais cujos retornos são superiores ao próprio custo do capital aplicado.

Vale, em nosso modo de ver, o que as características e qualidades da sociedade, preexistentes, podem proporcionar em termos de resultados futuros, ou seja, quanta riqueza pode ser gerada com a riqueza existente.

Temos que considerar que uma sociedade em marcha é um investimento ou um conjunto de investimentos que se materializa em determinado nível de ativos com objetivos de produção, comercialização ou de prestação, de determinados produtos, mercadorias e serviços.

Temos, portanto, dois aspectos a considerar: a riqueza existente e a por vir.

Vejamos a primeira ordem do que deve ser mensurado: a riqueza existente.

A riqueza existente é aqui considerada como todos os ativos tangíveis e intangíveis, pertencentes a determinada sociedade, em determinado momento. Os passivos são tratados como meras restrições dos ativos.

A idealização, em termos avaliatórios, é avaliar os ativos por seu valor econômico, entendendo-se este como o "*valor atual máximo dos resultados econômicos futuros esperados, no cálculo do qual a taxa de desconto é a do custo de oportunidade de igual risco*". ¹¹

⁸ J. P. R. KINGSTON, P. E. McQUILLAN. *Valuations of business: a practical guide*, p. 9.

⁹ I. BLACKMAN, *The valuation of privately-held business: state of art techniques for buyers, sellers and advisers*, p. 5.

¹⁰ T. COPELAND, T. KOLLER, J. MURRIN, *Valuation: measuring and managing the value of companies*, p. 93.

¹¹ Eliseu MARTINS, *Contribuição à avaliação do ativo intangível*, p. 41.

A riqueza futura, estimada hoje, será maior, igual ou menor que a riqueza existente?

A resposta poderá ser obtida com metodologias de cálculo diferenciadas; entretanto, a mais usual tem sido a de buscar resposta que possibilite a comparação da riqueza existente em confronto com a riqueza futura provável, considerando a entidade como um fluxo gerador de caixa no tempo.

Esta não é a única abordagem possível; entretanto, é a mais comum na literatura especializada.

À medida que, a médio e longo prazo, todos os ativos produzirão ou se transformarão em numerário, os resultados econômicos futuros são considerados como um fluxo de caixa, no tempo previsto.

A questão que se põe quanto aos resultados econômicos futuros é a de que se trata de uma estimativa, já que apenas são esperados, ou seja, trata-se de uma expectativa diagnosticada com base em determinados parâmetros adotados por quem elabora a estimativa; conseqüentemente, resulta de uma análise subjetiva.

A utilização do custo de oportunidade de igual risco pressupõe a existência de riscos semelhantes, remunerados de forma homogênea, no mesmo tempo e espaço. E, em tese, considera, ainda, a possibilidade de mobilidade dos capitais investidos na sociedade.

Segundo essa abordagem, os ativos, registrados ou não, são assim considerados e avaliados pelo resultado futuro que se espera obter.

E. MARTINS, ao definir *Ativo*, considera que os ativos, em termos contábeis, precisam ser fundamentados economicamente como agentes que proporcionam resultados econômicos.¹² Nesse enfoque, é secundário o valor de aquisição dos agentes, mesmo porque as entidades não adquirem, por exemplo, máquinas para vendê-las enquanto tal, mas o que resulta das máquinas: os produtos fabricados ou serviços por elas prestados.

¹² Ibidem, p. 30.

Aqui situamos o grande descompasso entre a Contabilidade tradicional e o processo avaliatório de sociedades que considera o valor econômico dos ativos, amarrada que está aquela aos denominados *Princípios Fundamentais de Contabilidade*, em especial, o do registro pelo valor original e a convenção da objetividade.

É oportuno discorrermos, em apertada síntese, sobre o princípio e a convenção citados.

Preliminarmente, cabe destacar o art. 18, do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, que determina sejam aplicados às sociedades limitadas determinados dispositivos das sociedades anônimas, *verbis*:

"Art. 18. Serão observadas quanto às sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, no que não for regulado no estatuto social, e na parte aplicável, as disposições da lei das sociedades anônimas."

Inscrevemos nesse rol a elaboração das demonstrações financeiras e, por consequência, os critérios de avaliação do ativo e passivo, como disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, arts. 176, 183 e 184.

Da citada lei, o art. 177 merece destaque, já que determina a obediência aos *Princípios Fundamentais de Contabilidade*, assim:

"Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos,¹³ devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência."

Embora não explícito, o regime de competência na lei anterior já era observado, como disposto no art. 132 (Decreto-lei nº 2627/40), assim:

"Art. 132. Para que os haveres sociais possam entrar no cálculo dos lucros líquidos, não é necessário que se achem recolhidos em dinheiro à caixa;

¹³Terminologia anterior à edição da Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade.

basta que consistam em valores definitivamente adquiridos ou em títulos ou papéis de crédito reputados bons.”¹⁴

Embrionariamente, já vislumbramos no Código Comercial de 1850 o regime de competência, pois seu art. 12 estipula que as vendas a prazo devem ser escrituradas, no mesmo dia, em assento separado.¹⁵

Com a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), esta, por força do disposto no art. 22, Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, recebeu competência para expedir normas aplicáveis às companhias abertas no que concerne a padrões de contabilidade (parágrafo único, inciso IV).

Em 5 de fevereiro de 1986, vem a lume a Deliberação nº 29, editada pela Comissão de Valores Mobiliários, que aprovou o pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon) denominado *Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade*.

Em fins do ano de 1993, como resultado do consenso das várias instâncias envolvidas (Conselho Federal de Contabilidade, Instituto Brasileiro de Contadores, Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil), surge a Resolução nº 750, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que *dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade*.

Os *Princípios Fundamentais de Contabilidade* aprovados pela Resolução nº 750, do Conselho Federal de Contabilidade, de 29 de dezembro de 1993, representam as diretrizes obrigatórias no exercício da profissão contábil, pois, como consta de seu art. 2º,

“representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência de Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no

¹⁴Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

¹⁵Código Comercial Brasileiro – Lei nº 556, de 25 de junho de 1850: “Art. 12. No diário é o comerciante obrigado a lançar com individuação e clareza todas as suas transações de comércio, letras e outros quaisquer papéis de crédito que passar, aceitar, afiançar ou endossar, e em geral tudo quanto receber e despesar de sua e alheia conta, seja por que título for, sendo suficiente que as parcelas de despesas domésticas se lancem englobadas na data que forem extraídas do caixa. Os comerciantes a retalho deverão lançar diariamente no diário a soma total de suas vendas a dinheiro, em assento separado, a soma total das vendas fiadas no mesmo dia.”

*seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das Entidades.”*¹⁶

Como um desses Princípios, temos o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL,¹⁷ que determina que os componentes patrimoniais devem ser consignados nos livros pelos valores originais da época das transações, ou seja, com base nos valores de entrada. Pressupõe, portanto, que o valor da transação reflete a expressão econômica de determinado ativo no momento da transação.

O Princípio sob exame deve ser interpretado em conjunto com o PRINCÍPIO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, que determina o reconhecimento dos efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional, o que possibilita a manutenção dos valores originais nos patamares da época da transação.

As Convenções refletem condicionamentos aos Princípios. Nesse sentido a Convenção da Objetividade.

Segundo IUDÍCIBUS, sob a óptica dos procedimentos utilizados:

*“o termo objetividade pode ser encarado: (a) sob o ponto de vista da referência a uma documentação formal ou tipo de evidência que suporte o registro e sua avaliação; (b) sob o ponto de vista da tangibilidade do objeto passível de mensuração; (c) sob o ponto de vista da posição de neutralidade que a Contabilidade deveria manter”.*¹⁸

HENDRIKSEN (*Apud* IUDÍCIBUS), relativamente à mensuração, considera a convenção da objetividade com conceitos distintos. Faz reflexão sobre quatro conceitos:

- “(1) mensurações impessoais ou que existem fora da mente da pessoa que as está realizando;*
- (2) mensurações baseadas no consenso de experts qualificados;*
- (3) mensurações baseadas em evidência verificável; e*

¹⁶ Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, *Os princípios fundamentais de contabilidade, as normas brasileiras de contabilidade e o código de ética profissional*, p. 21.

¹⁷ Sérgio de IUDÍCIBUS, *Teoria da contabilidade*, p. 52. O autor denomina-o “Custo original como base de valor”.

¹⁸ Sérgio de IUDÍCIBUS, *Análise de balanços*, p. 43-44.

(4) *valor da dispersão estatística das mensurações de um atributo quando realizada por vários pesquisadores.*"¹⁹

O conteúdo e a abrangência dos *Princípios Fundamentais de Contabilidade* foram objeto de Apêndice aprovado pela Resolução nº 774/94, do Conselho Federal de Contabilidade.

Referidos Princípios, segundo consta do citado Apêndice, refletem "*o núcleo central da própria Contabilidade*", são "*as vigas mestras*" da ciência contábil,

*"valem para todos os patrimônios, independentemente das Entidades a que pertencem, as finalidades para as quais são usados, a forma jurídica da qual estão revestidos, sua localização, expressividade e quaisquer outros qualificativos, desde que gozem da condição de autonomia em relação aos demais patrimônios existentes".*²⁰

Não são diretivas operacionais. Estas se operacionalizam por meio das Normas que, tendo por norte os Princípios, "*estabelecem ordenamentos sobre o como fazer, isto é, técnicas, procedimentos, métodos, critérios etc., tanto nos aspectos substantivos, quanto nos formais*".²¹

Os Princípios, em nosso país, são obrigatoriamente observados na formulação das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Todo o arcabouço normativo emanado dos *Princípios Fundamentais de Contabilidade*, por meio de sua aplicação universal, visa propiciar ao usuário, interno ou externo, informações padronizadas de qualquer tipo ou tamanho de sociedade.

¹⁹ Sérgio de IUDÍCIBUS, *Teoria da contabilidade*, p. 66-67.

²⁰ Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, *op. cit.*, p. 28

²¹ *Ibidem*, p. 28.

1.3 MODELOS AVALIATÓRIOS

DAMODARAN comentando a existência de inúmeros modelos comungando características comuns, entende ser mais profícua uma abordagem mais ampla. Dessa óptica diz:

“Em termos gerais, há três abordagens para a avaliação. A primeira, avaliação por fluxo de caixa descontado, relaciona o valor de um ativo ao valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados relativos àquele ativo. A segunda, a avaliação relativa, estima o valor de um ativo, enfocando a precificação de ativos ‘comparáveis’ relativamente a uma variável comum, como lucros, fluxos de caixa, valor contábil ou vendas. A terceira, avaliação de direitos contingentes, utiliza modelos de precificação de opções.”²²

O modelo de avaliação por fluxo de caixa descontado possibilita duas alternativas avaliatórias: (a) avaliação do patrimônio líquido; e (b) avaliação de toda a sociedade.

A primeira alternativa consiste na mensuração da sociedade em termos de fluxo de caixa do patrimônio líquido ou fluxo de caixa líquido do acionista.²³

O valor do patrimônio líquido resulta do desconto do fluxo de dividendos esperados pela taxa de retorno requerida pelos acionistas sobre o patrimônio líquido.

A segunda alternativa considera que o valor da empresa corresponde aos fluxos de caixa esperados descontados pelo custo médio ponderado do capital.²⁴

Como é perceptível, as alternativas levam em consideração fluxos de caixa e taxas de desconto diferenciadas. DAMODARAN alerta:

“O erro-chave a ser evitado é combinar fluxos de caixa e taxas de desconto, uma vez que descontar fluxos de caixa para o patrimônio líquido a valor

²² Aswath DAMODARAN, Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para determinação do valor de qualquer ativo, p. 11.

²³ Deduzidas todas as despesas, inclusive juros e principal.

²⁴ Deduzidas todas as despesas operacionais e impostos, exclusive juros e principal.

presente pelo custo médio ponderado de capital levará a um desvio crescente no valor da empresa, ao passo que descontar os fluxos de caixa para a empresa a valor presente pelo custo do patrimônio líquido produzirá um desvio decrescente no valor da empresa.”²⁵

Cabe observar que o modelo de fluxo de caixa descontado agrega, por sua vez, determinados modelos de crescimento: crescimento estável e crescimento em duas ou três etapas.

Crescimento estável corresponde a determinada taxa de crescimento estimada correlacionada com a taxa de crescimento nominal da economia. Pressupõe, ainda, que as despesas de capital, de reposição de ativos, possam ser próximas das despesas de depreciação, e que não sejam necessários investimentos adicionais para manter a mesma estrutura operacional.

Crescimento em dois estágios envolve taxas de crescimento diferenciadas: uma para determinado período de crescimento extraordinário; outra para crescimento estável, com duração perpétua. Algumas reflexões são necessárias. A primeira refere-se ao tempo de duração do período de crescimento extraordinário; a segunda, à queda abrupta da taxa de crescimento extraordinário para estável.

Crescimento em três estágios corresponde ao modelo anterior acrescido de um estágio de transição entre a fase de crescimento extraordinário e a de crescimento estável.

Alguns cuidados devem ser observados no desenvolvimento e elaboração do processo avaliatório, mesmo porque o modelo não pode ser aplicado de forma generalizada.

Os modelos de fluxos de caixa descontados são operados, considerando-se os modelos de crescimento expostos anteriormente.

DAMODARAN considera algumas situações nas quais o modelo de fluxo de caixa descontado sofre restrições.²⁶ Cita sociedades em dificuldades, originárias de fluxos de caixa negativos que resultam em patrimônio líquido negativo; sociedades

²⁵ Aswath DAMODARAN, *op. cit.*, p. 13.

²⁶ *Ibidem*, p. 15-16.

cujos lucros e fluxos de caixa têm comportamento cíclico, ou seja, sofrem os efeitos do comportamento da economia; sociedades com ativos não utilizados nas operações, portanto, não geradores de fluxo de caixa; sociedades possuidoras de patentes ou opções de produtos não utilizados nas operações, mas possuidores de valor; sociedades em processos de reestruturação que acarretam dificuldades na estimativa dos fluxos futuros de caixa; sociedades envolvidas em aquisições, que requerem análise quanto à sinergia e ao efeito da mudança gerencial nos fluxos de caixa; sociedades de capital fechado que envolve a ausência de informações a serem utilizadas na mensuração do risco.

O modelo de *avaliação relativa* leva em consideração que o valor dos ativos decorre da comparação, do confronto com outros ativos semelhantes, utilizando alguns padrões comuns, tais como: lucros, receitas, fluxos de caixa. Tem por pressuposto que o mercado valoriza, adequadamente, as sociedades atuantes em determinado segmento de negócios.

Comparamos, por exemplo, o índice preço/lucro setorial médio com o mesmo índice da sociedade avalianda. Do mesmo modo, índice preço/valor contábil e índice preço/vendas.

A construção do índice a ser utilizado na avaliação percorre dois caminhos. O primeiro "*relaciona indicadores às informações básicas da empresa a ser avaliada – taxas de crescimento de lucros e fluxos de caixa, índices de pagamentos e risco*", possibilitando evidenciar "*o relacionamento entre indicadores e características da empresa*".²⁷ O segundo relaciona-se com a elaboração dos indicadores de uma sociedade em face daquelas que lhe servem de paradigma.

Dois questionamentos envolvem o modelo de avaliação relativa: (a) a definição de sociedades *comparáveis* é subjetiva; e (b) a superavaliação e a subavaliação de sociedades *comparáveis* sancionadas pelo mercado.

O modelo de *avaliação por direitos contingentes* ou de precificação de opções consiste em valorizar determinado ativo dentro de certos limites contingenciais. DAMODARAN diz:

²⁷ Ibidem, p. 17.

*"Um ativo pode ser avaliado como uma opção de compra se seus pagamentos forem função do valor de um ativo subjacente. Se aquele valor exceder um nível predeterminado, o ativo vale a diferença; caso contrário, nada vale. Poderá ser avaliado como uma opção de venda se crescer valor à medida que o valor do ativo subjacente cair abaixo de um nível pré-especificado e se nada valer quando o valor do ativo subjacente exceder àquele limite."*²⁸

Algumas aplicações são lembradas por DAMODARAN. É caso do patrimônio líquido como opção de compra sobre o valor da sociedade; a dívida corresponde ao preço de exercício e o prazo da dívida mede a vida da opção, e acrescenta que

*"uma patente pode ser analisada como uma opção de compra sobre um produto, com o desembolso do investimento necessário para o lançamento do projeto sendo considerado, preço de exercício da opção e a vida da patente constituindo o prazo até o vencimento da opção."*²⁹

O modelo comentado tem, por outro lado, algumas limitações, especialmente quando se trata de opções de longo prazo, o que dificulta as estimativas de dividendos e a variância constante; sofre ainda limitação quando o ativo objeto da opção não apresenta negociação, causando a estimativa de valor em face da ausência de dados dos mercados financeiros.

FREZATTI, em artigo de grande profundidade, posiciona-se sobre o tema avaliação, considerando três importantes vertentes de pensamento da Teoria de Finanças: (1) abordagem do fluxo de caixa descontado; (2) abordagem dos múltiplos; e (3) abordagem do resultado econômico residual. Privilegia a análise da terceira vertente, nela incluída o *Economic Value Added (EVA)*, tendo por expoente mais importante a Stern Stewart & Co. FREZATTI considera que o Resultado Econômico Residual (RER) tem muitos méritos que suplantam os limites ou dificuldades inerentes, enumerando os seguintes méritos:

²⁸ Ibidem, p. 19.

²⁹ Ibidem, p. 21.

"a) linguagem conceitual simplificada: Muito embora o conceito de resultado líquido após a remuneração não seja algo novo, o grande mérito de Stewart foi a simplificação da linguagem, tornando factível e praticável uma abordagem até então considerada puramente acadêmica e por demais complexa;

b) não implica em ruptura mas sim agregação de conceitos: a utilização da base contábil é essencial para os cálculos dos valores necessários. Dessa maneira, o RER constitui-se em produto adicional da Contabilidade e não seu concorrente;

c) um único instrumento atende a vários interesses: Pode-se separar os interesses dos agentes em:

- análise do desempenho interno da organização;*
- análise de investimento;*
- análise do mercado;*
- apura o resultado que remunera realmente todos os stakeholders envolvidos, levando em conta o risco;*
- benchmarking quando usado para análise externa."*³⁰

FREZATTI é de opinião que o RER pode ser entendido como *"aquilo que sobra para a empresa depois que ela remunera, paga, retorna, recursos consumidos no seu processo".*³¹

1.4 MÉTODOS AVALIATÓRIOS

Em primeiro lugar, temos o método contábil subordinado aos Princípios e Convenções Contábeis e refletido nas demonstrações contábeis usuais em que os itens patrimoniais são avaliados pelo valor original, admitindo-se a atualização

³⁰ Fábio FREZATTI, *Valor da empresa: avaliação de ativos pela abordagem do resultado econômico residual*. Cadernos de Estudos - Fipecafi. São Paulo, nº 19, p. 61, set./dez. 1998.

³¹ Ibidem, p. 61.

monetária e as receitas, e as despesas são reconhecidas de conformidade com o princípio da competência.

Considerando os modelos avaliatórios destacados na seção 1.3, podem ser observados três métodos avaliatórios: *patrimonial*, *renda* e *comparação*.

O *método patrimonial* leva em consideração que o valor dos ativos da sociedade pode ser avaliado com base nos seguintes critérios:

- a. pelo custo de reposição;
- b. pelo valor de saída;
- c. pelo valor histórico; e
- d. pelo valor de mercado.

O *método da renda* parte do valor econômico dos ativos da sociedade, ou seja, considera que os ativos valem o que podem gerar para o proprietário do mesmo, tendo por base:

- a. o *pay-back* ou multiplicador de renda;
- b. o valor atual do fluxo de caixa, ou de lucros;
- c. a taxa interna de retorno e um múltiplo das vendas ou do lucro bruto.

Já o *método da comparabilidade*, como o próprio nome indica, busca encontrar, no mercado, transações semelhantes ao empreendimento que está sendo avaliado, a fim de permitir determinadas análises comparativas com a avaliação em curso.

Os métodos retro-apresentados, como pode ser observado, não são excludentes. É comum a utilização dos três métodos, de maneira simultânea, com pesos diferenciados; entretanto, o *método da renda* terá sempre maior relevância.

O método avaliatório em processos judiciais assumido neste trabalho, como será amplamente abordado no Capítulo 7, consiste numa mescla do *método patrimonial* com alguns aspectos do *método da renda*.

Os elementos patrimoniais corpóreos ou tangíveis são avaliados pelo valor de mercado (*método patrimonial*) como determina a jurisprudência pátria; os

elementos incorpóreos ou intangíveis são mensurados, adotando-se determinadas formulações inerentes ao *método da renda* em função da determinação judicial de que deve ser considerado na apuração de haveres o *goodwill*, ou aviamento.

Independente do modelo avaliatório adotado, as demonstrações contábeis originárias do método contábil são submetidas a determinadas adaptações afim de permitir processo avaliatório o mais adequado e correto possível. São reelaboradas em função das premissas emanadas dos modelos avaliatórios, especialmente aquelas originárias do modelo de avaliação por fluxo de caixa descontado.

O balanço operacional é apresentado assim:

- os ativos são reclassificados em operacionais e não operacionais. Ativos operacionais são os utilizados nas operações; são os que geram fluxo de caixa. Ativos não operacionais são os que não geram fluxo de caixa; não são utilizados nas operações; inserem-se nesse grupo as disponibilidades, pois estas não geram fluxo, são meio de pagamento;
- Os passivos são reclassificados como passivo operacional e passivo financeiro. O passivo operacional corresponde às obrigações assumidas em função das operações. O passivo financeiro corresponde a todas as obrigações financeiras para com terceiros.

A reclassificação dos itens patrimoniais, no que se refere ao objeto central deste trabalho, ou seja, apuração de haveres, é procedimento que requer análise rigorosa dos ativos e passivos constatados na data-base da avaliação. Especial atenção deve merecer o passivo financeiro. Financiamentos com taxas de juros privilegiadas afetam, positivamente, o valor da sociedade. Por outro lado, financiamentos com taxas de juros muito acima das praticadas pelo mercado afetam, negativamente, o valor da sociedade.

Aspecto importante que afeta o processo avaliatório é o relativo às operações de *leasing*, geralmente registradas quando do pagamento das parcelas mensais em despesas operacionais, sem qualquer registro patrimonial, tanto no ativo quanto no passivo. O processo avaliatório requer seja reconhecido esse tipo de operação, considerando-se como ativo operacional o valor do bem líquido de

depreciação e como passivo financeiro o saldo a pagar na data-base. Por outro lado, o resultado econômico é ajustado pelo efeito da depreciação e dos encargos financeiros.

Os ativos não operacionais, por exemplo, terreno para futuras instalações, são avaliados a valores de mercado. Patentes ou opções de produtos, como sugerido por DAMODARAN, podem ser avaliados a valores de mercado, ou utilizando o modelo de precificação de opções.

O balanço patrimonial reclassificado, em versão sintética, pode ser configurado assim:

BALANÇO OPERACIONAL	
Ativo circulante operacional	\$
Ativo permanente operacional	\$
(=) Ativo operacional total	\$
(-Passivo operacional	\$
(=) Ativo operacional líquido	\$
(+) Ativo não operacional	\$
(-) Passivo financeiro	\$
(=) Patrimônio líquido	\$

O balanço operacional analítico, respeitada a nomenclatura emanada da lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76), pode ser representado como disposto na Figura 1, ao final deste capítulo.

O resultado contábil evidenciado na demonstração de resultado contábil é objeto, também, de ajustes reclassificatórios necessários ao procedimento avaliatório.

A fim de consignar corretamente o resultado do exercício, as receitas e as despesas, face à influência inflacionária são recalculadas, utilizando-se procedimentos de correção monetária integral.

A despesa operacional de *leasing* é subdividida em depreciação e despesa financeira.

Detectada sazonalidade, especialmente, em sociedades cíclicas, é premente procedermos a uniformização dos resultados econômicos.

As receitas e as despesas financeiras são consideradas após o lucro operacional. Desconsideram-se do resultado operacional os efeitos do passivo financeiro; nesse sentido, também a reclassificação dos resultados gerados pelos ativos não operacionais. Consideramos, exclusivamente, o lucro ou fluxo de caixa originário das operações.

Efetuada todos os ajustes, o resultado do exercício pode ser demonstrado da seguinte forma:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
	Contábil	Operacional
Lucro operacional	\$	\$
Receitas financeiras	\$	
Despesas financeiras	\$	
Resultados do ativo não operacional	\$	
Resultados não operacionais	\$	
Lucro antes imposto de renda	\$	\$
Imposto de renda	\$	\$
Lucro líquido	\$	\$

1.5 LIMITES E FATORES QUE INFLUENCIAM O PROCESSO AVALIATÓRIO

É pertinente ter presente que a adoção de qualquer modelo e do respectivo método gera sempre uma estimativa de valor, ou como afirma FALCINI

*“uma avaliação econômica, ao contrário do que possa parecer, não é uma fixação concreta de um preço ou valor específico para um bem, mas é uma estimativa de base, uma tentativa de estabelecer, dentro de uma faixa, um valor referencial de tendência, em torno do qual atuarão as forças de mercado.”*³² (Grifo nosso.)

³² Primo FALCINI, *Avaliação econômica de empresas: técnica e prática*, p. 19.

Qualquer procedimento avaliatório considera inúmeros fatores externos e seus impactos nos mercados ou setores de mercado em que a sociedade atua, como a seguir:

- as políticas econômicas de governo (monetária, fiscal, rendas, propriedade) que afetam a distribuição de renda, os montantes de investimento e de poupança, e o nível inflacionário poderão afetar os resultados econômicos da sociedade e, por isso, devem e são consideradas no processo avaliatório;
- o meio ambiente setorial em que se situa o empreendimento, no que se refere às forças atuantes nesse meio, é fator preponderante considerado no processo avaliatório;
- os concorrentes do setor, diretos ou potenciais, a ameaça de produtos substitutos, a força dos fornecedores e dos clientes, a evolução tecnológica, a disponibilidade e a qualificação dos recursos humanos são forças que influenciam e ameaçam os resultados econômicos almejados; portanto, são consideradas, tanto no momento da avaliação, quanto no da construção de cenários do provável comportamento dessas forças no futuro.

São fatores que afetam normalmente o processo avaliatório de sociedades em marcha; todavia, nos procedimentos judiciais, deparemos-nos com diretrizes emanadas dos tribunais que têm o condão de modificar alguns aspectos relevantes dos modelos avaliatórios. Podem ser considerados relevantes os seguintes aspectos:

- Primeiro: o futuro operacional da sociedade não alcança nem beneficia o sócio retirante ou os herdeiros do sócio pré-morto. Isso implica duas adaptações nos modelos avaliatórios: (a) os lucros operacionais utilizados são os históricos; e (b) não se utilizam os modelos de crescimento
- Segundo: não é possível a utilização do *beta* de mercado. As sociedades limitadas não participam do mercado acionário.

- Terceiro: o modelo de avaliação relativa é inaplicável. As sociedades limitadas não publicam suas demonstrações contábeis; portanto, inexistem dados disponíveis, o que inviabiliza a utilização do modelo.

Todos esses fatores analisados anteriormente podem afetar a geração e o nível de lucros futuros da sociedade objeto da avaliação. São fatores de risco do negócio, tema mais aprofundado no Capítulo 2.

ATIVO CIRCULANTE OPERACIONAL – ACO	
Duplicatas a receber	\$
(-) Prov. p/devedores duvidosos	\$
Títulos a receber (origem operacional)	\$
Adiantamentos a fornecedores e diversos	\$
Estoques vendáveis	\$
Outros créditos operacionais	\$
Impostos a recuperar	\$
Despesas antecipadas	\$
C/Correntes operacionais (controladas, coligadas)	\$
ATIVO PERMANENTE OPERACIONAL – APO	
Investimentos, inclusive ágio (se controladora)	\$
Ativo imobilizado líquido utilizado nas operações	\$
Adiantamentos p/compra imobilizado	\$
Ativo imobilizado (leasing)	\$
Diferido (se em processo de amortização)	\$
PASSIVO OPERACIONAL – PO	
Fornecedores de bens e serviços	\$
Obrigações sociais e previdenciárias	\$
Obrigações tributárias correntes	\$
Provisões: tributárias, trabalhistas, sociais	\$
Adiantamento de clientes	\$
Contas a pagar	\$
C/Correntes operacionais (controladas, coligadas)	\$
Lucros a pagar	\$
ATIVO OPERACIONAL LÍQUIDO – AOL (ACO + APO – PO)	\$
DISPONIBILIDADES – D	
Caixa e bancos	\$
Aplicações de curto prazo	\$
Aplicações em ouro de curto prazo	\$
ATIVO NÃO OPERACIONAL – ANO	
Títulos a receber a longo prazo não operacionais	\$
Diferido (se em constituição)	\$
Depósitos judiciais	\$
Estoques obsoletos	\$
Investimentos (incentivos fiscais, eletrobrás, ações)	\$
C/Correntes financeiras (controladas, coligadas)	\$
C/Correntes sócios a receber	\$
PASSIVO FINANCEIRO – PF	
Títulos a pagar (NPs) de curto e longo prazo	\$
Saques a descoberto (bancos)	\$
Financiamentos	\$
Leasing a pagar	\$
Empréstimos nacionais e estrangeiros	\$
Duplicatas descontadas	\$
Parcelamento de tributos	\$
C/Correntes financeiras (controladas, coligadas)	\$
C/Correntes de sócios a pagar	\$
PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PL (AOL + D + ANO – PF)	\$

Figura 1 Balanço operacional

CAPÍTULO 2 – VALOR, VALOR ECONÔMICO, RISCO E TAXA DE JUROS

Uma das questões cruciais em avaliação de sociedades, privada ou judicial, é aquela relativa ao valor total da sociedade *avalianda*, inserido que está, naquele, o valor do *goodwill* não adquirido, ou do aviamento no entender de ilustres juristas.

Os usuários da informação contábil em processos judiciais olvidam às vezes que *valor* é diferente de *preço*.

O perito em contabilidade, ao elaborar a apuração de haveres consignada em seu laudo técnico, apura um valor estimado da sociedade *avalianda*, com base em determinadas premissas e diretrizes técnicas, entre elas o valor do dinheiro no tempo, o risco do negócio, a taxa de desconto dos lucros futuros.

Não lhe compete chegar ao preço da participação societária. Este resulta de negociações entre compradores e vendedores nas transações privadas; todavia, em processos judiciais tais tratativas não sucedem.

É dever de ofício proceder o magistrado à conciliação entre as partes. Poderia ser uma oportunidade processual chegar-se ao preço da quota do sócio retirante, ou pré-morto; entretanto, é condição que depende totalmente da vontade das partes.

2.1 VALOR, VALOR ECONÔMICO E TAXAS DE JUROS

Uma das questões básicas em economia é a do conceito de valor.

RICARDO, em sua clássica obra *Princípios de economia política e tributação*, apresenta seu entendimento assim: “possuindo utilidade, as mercadorias

derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las".¹

É o prenúncio da teoria do valor-trabalho, na qual a "idéia básica dessa teoria é que na troca de mercadorias tende a haver uma troca de quantidades iguais de trabalho, utilizado em sua produção", segundo palavras de SINGER.²

SINGER diz que a transformação de valores em preços foi posteriormente confirmada pela

"contribuição fundamental de Sraffa em A Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias. Importa aqui meramente ressaltar que o modelo de Sraffa confirma a brilhante intuição de Ricardo de que os preços relativos das mercadorias se determinam simultaneamente pela quantidade de trabalho nelas incorporado e pela repartição da renda entre capital e trabalho ou, dito de outra forma, pela participação relativa dos salários e lucros no produto".³

Surge, conseqüentemente, uma medida de valor objetiva, qual seja, a de que o valor do produto social é avaliado pelo trabalho social contido no produto ou serviço.

Se o valor do produto social, expresso na somatória de bens e serviços produzidos por determinada sociedade, pode ser mensurado objetivamente, significa que as mercadorias e os serviços chegam ao mercado já com seus preços estipulados, suficientes para cobrir adequadamente os custos de produção e certa margem de lucro.

A parcela da produção não consumida no próprio processo produtivo recebe a denominação de *poupança*, ou *excedente econômico*.

A formação da poupança e as taxas de juros são temas recorrentes na avaliação de sociedades.

¹ David RICARDO, *Princípios de economia política e tributação*, p. 43.

² Paul SINGER. Apresentação. IN: David RICARDO, *op. cit.*, p. XXV.

³ Ibidem, p. XXVII.

FISHER, em sua obra clássica *A teoria do juro*, coloca-nos diante de questões fundamentais quanto à taxa de juros. Entende o autor existirem duas questões que envolvem a taxa de juros; a primeira *"porque existe a taxa de juros"*; a segunda *"como a taxa de juro é determinada"*.⁴

A taxa de juros tem função primordial de

"transportar o futuro para o presente, isto é, o problema de determinação do capital-valor da renda futura. O valor do capital deve ser computado do valor de sua renda líquida futura estimada e não vice-versa".⁵

Para FISHER tal problematização se aplica tanto à propriedade quanto à riqueza, ações, terras, edificações, máquinas, pois todos esses ativos representam um *"capital-valor descontado como qualquer outro capital"*, acrescentando que *"fora o risco, cada um tem um valor de mercado, dependente apenas dos mesmos dois fatores, os benefícios, ou retornos, esperados pelo investidor e a taxa de juro de mercado pela qual esses benefícios são descontados."* E, Capital-valor é *"renda capitalizada e nada mais"* e não podemos olvidar que ganhos de capital *"são meramente capitalização de renda futura. Nunca são renda presente"*.⁶

O autor em foco entende o juro como *"a relação entre o pagamento e o valor monetário"* das coisas, por exemplo, é denominador entre um *aluguel pago* e o valor capitalizado desse aluguel, enfatizando que *"a taxa de juro é o preço mais universal de toda estrutura de preço"*.⁷

Já a determinação da taxa de juro segundo FISHER resulta *"do grau de impaciência sobre o qual toda a comunidade pode concorrer de modo que se garanta o completo equilíbrio do mercado de empréstimos"*, ou, ainda, que *"a taxa de juro registra no mercado a taxa de preferência marginal comum pela renda presente sobre a renda futura, como determinada pela oferta e demanda da renda presente e futura."*⁸

⁴ Irving FISHER, *A teoria do juro*: determinada pela impaciência de gastar renda e pela oportunidade de investi-la, p. 18.

⁵ Ibidem, p. 19.

⁶ Ibidem, p. 20-21-24.

⁷ Ibidem, p. 28.

⁸ Ibidem, p. 79.

Essa troca de renda futura por renda presente é ilustrada por FISHER assim:

*"Aqueles que, para começar, têm um alto grau de impaciência lutam para adquirir mais renda presente à custa de renda futura, e assim tendem a elevar a taxa de juros. Estes são os que tomam empréstimos, os gastadores, os vendedores de propriedades que geram uma renda remota, tais como obrigações e ações. Por outro lado, aqueles que, para começar, têm uma taxa de preferência baixa lutam para adquirir renda futura às custas da renda presente, e assim tendem a baixar a taxa de juro. Estes são os que cedem empréstimos, os poupadores, os investidores."*⁹

Para esse cenário, FISHER leva em conta quatro princípios: dois relativos à impaciência; dois relativos ao mercado:

Princípios da Impaciência:

"1. empírico – a taxa de preferência temporal, ou grau de impaciência, de cada indivíduo depende do seu fluxo de renda;

*2. desejabilidade máxima – por meio de alterações nos fluxos de renda produzidos através de empréstimos ou vendas, os graus de impaciência marginais para todos os indivíduos no mercado são igualados uns aos outros e à taxa de juro do mercado."*¹⁰

Princípios do Mercado:

"1. equilíbrio de mercado – a taxa de juro do mercado será tal que equilibrará completamente o mercado, isto é, fará as cessões ou contratações de empréstimos mais gerais, compra e vendas de renda iguais para cada período de tempo;

2. reembolso – todos os empréstimos são reembolsados com juros, isto é, o valor presente dos pagamentos, calculado no momento do contrato iguala o valor presente dos reembolsos. Em termos mais gerais, as alterações de soma ou subtração, ou retiradas do fluxo de renda original de uma pessoa,

⁹ Ibidem, p. 80.

¹⁰ Ibidem, p. 80.

efetuadas através da compra e venda em dois pontos diferentes, são tais que a soma algébrica dos seus valores presentes é zero.”¹¹

Realizada a acumulação que, como vimos anteriormente, depende da participação relativa dos salários e dos lucros no produto, esses lucros estão disponíveis para novos investimentos, ou para consumo dos capitalistas. Os proprietários dos capitais poderão ampliar seus próprios investimentos ou transferi-los para outras aplicações mediante a interferência do mercado de capitais, na busca de melhor oportunidade que proporcione o máximo valor presente.

FISHER, abordando os *Princípios da Oportunidade de Investimento* que pressupõe a possibilidade de mais de um uso para os recursos, traça um princípio geral, *verbis*:

“O princípio geral é que, entre as várias opções abertas ao capitalista, ele escolhe a mais vantajosa ou, mais especificamente, aquela que, comparada com qualquer outra, oferece vantagens que, no valor presente, a uma dada taxa de juro, ultrapassem as desvantagens. Mas essa é, evidentemente apenas uma outra formulação do princípio original de que o uso será aquele que tiver o máximo valor presente a uma dada taxa de juro.”¹²

Em síntese, a taxa de juro é o mecanismo que permite a compra e venda de fluxos de renda futuros a valor presente.

A análise tradicional supõe o sistema capitalista na forma concorrencial. Isto significa que o próprio sistema impulsiona, por uma questão de sobrevivência, a acumulação, ou, em outras palavras, é inerente ao sistema. A sobrevivência dos produtores capitalistas depende de novos investimentos.

Para KALECKI,

“As decisões de investimento acham-se intimamente ligadas à acumulação interna de capital, isto é, à poupança bruta das firmas.”¹³ Haverá uma

¹¹ Ibidem, p. 81.

¹² Ibidem, p. 99.

¹³ Michal KALECKI, *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*, p. 81: KALECKI define assim: “Em sentido restrito, a poupança bruta das firmas consiste na depreciação e nos lucros não distribuídos. Juntaremos mais um item, contudo, a ‘poupança

tendência a empregar essa poupança em investimentos, e, além disso, o investimento pode ser financiado por dinheiro vindo de fora, atraído pela acumulação do capital da empresa. A poupança bruta das firmas portanto expande os limites impostos aos planos de investimento pelas restrições do mercado de capitais e pelo fator do risco crescente.”¹⁴

O custo do capital para investimento tenderá a ser inferior à taxa de lucro de determinado empreendimento (rendimento marginal do investimento, abaixo citado), senão, em tese, não haveria procura por capitais adicionais. Se a taxa de juros for igual à taxa de lucro, não há acumulação, quando muito uma transferência de capitais de um setor para outro.

Entretanto, não se pode olvidar o alerta de ROBINSON, de que

“é possível dizer, contudo, que em geral uma taxa de juros baixa tenderá a estimular tanto o investimento como o consumo, já que, quando se espera que os custos de um empréstimo em termos do seu próprio produto sejam menores que o rendimento marginal do investimento que ele cobre, a renda futura esperada pode ser aumentada sem que a própria família tenha que realizar poupança.”¹⁵

KALECKI (Apud ROBINSON) aponta que: *“os planos de investimento em qualquer período são função da poupança bruta das firmas durante o período imediatamente anterior, bem como da taxa de lucro esperada”;*¹⁶ todavia, a autora é cética quanto à tendência proposta por KALECKI apoiada num fluxo de invenções que proporcionariam aumento dos lucros, o que estimularia, por sua vez o investimento.

São suas essas palavras:

“Essa parece ser uma fonte muito precária de motivação para a acumulação; se a acumulação contínua resultou de fato dessa motivação, à maneira da idade de ouro, a taxa real de lucro terá sido constante”,

peçoal’ que os grupos controladores investiram nas suas companhias por meio de subscrição de ações” (p. 81).

¹⁴ Risco crescente está relacionado com o aumento do capital investido em relação ao capital preexistente.

¹⁵ Joan V. ROBINSON, *Ensaio sobre a teoria do crescimento econômico*, p. 307.

¹⁶ Ibidem, p. 367.

acrescentando que, em seu modelo

*"a motivação a investir é pensada em termos de uma taxa de crescimento desejada, ao invés de um estoque de capital desejado. A taxa de crescimento natural permite mas não provoca o crescimento real. A tendência real do crescimento é gerada de dentro pela propensão a acumular inerente ao sistema."*¹⁷

Toda essa vertente econômica apresentada faz-se necessária ao tema apuração de haveres à medida que são calculados sobre o patrimônio líquido da sociedade, a valores de mercado; e deve ser entendido como um *estoque de capital, a valor presente* de determinada sociedade na data-base; conseqüentemente, os haveres de qualquer sócio são uma parcela desse estoque de capital mensurado a valor presente.

Assim, com base nos pressupostos econômicos abordados, é premente a formulação de alguns questionamentos:

1º) como o patrimônio líquido da sociedade é um estoque de capital, qual será seu fluxo de renda no tempo? Será perene ou volátil, por conta do risco?

Considerando que os sucessos ou insucessos futuros, após a data-base, como preconizado pelos comercialistas estudados, não atingem a quota a ser reembolsada, só resta considerar no processo avaliatório de apuração de haveres, o retrospecto dos resultados econômicos obtidos no passado pela sociedade avalianda.

2º) é possível ao sócio retirante apoiar-se no princípio da oportunidade preconizado por FISHER, ou seja, está presente a oportunidade de investir em outro tipo de negócio mais rentável, ou de máximo valor presente, enquanto se processa a apuração e a liquidação de seus haveres?

O sócio dissidente ou excluído e os herdeiros de sócio pré-morto envolvidos em processo judicial de dissolução parcial de sociedade não têm escolha, pois só

¹⁷ Ibidem, p. 367.

podem dispor do valor do reembolso de seu estoque de capital obedecidas as etapas processuais correspondentes, o que muitas vezes significa longa espera, remunerada apenas com juros contratuais ou legais de 6% ao ano, o que para os sócios remanescentes é uma situação cômoda, ou, em termos financeiros, uma forma barata de financiamento, considerando a taxa de juros da economia brasileira.

3º) *Poderá o sócio retirante, na qualidade de credor que é, a partir do seu desligamento, pleitear perante o magistrado o máximo valor presente da parcela que lhe cabe no estoque de capital?*

Nos pleitos judiciais, como se observará no Capítulo 5, a jurisprudência predominante estabelece que os haveres são apurados considerando-se a plenitude de todos os elementos patrimoniais a valores de mercado, mandando incluir nessa universalidade patrimonial o *goodwill* ou aviamento, tudo demonstrado em *balanço de determinação*.

4º) *Qual a taxa de juro que permite a compra e venda de fluxos de renda futuros a valor presente, relativos à parcela do estoque de capital pertencente a determinado sócio, considerando que este tem obviamente preferência pelo tempo presente?*

Em procedimentos privados de negociação de compra e venda de negócios, especialmente nos processos de privatização, é notório que vem sendo adotada a taxa de 15% ao ano, que na espécie assemelha-se à taxa de juros de longo prazo preconizada por KALECKI para os investimentos.

Em processos judiciais, os haveres apurados, ou seja, o estoque de capital do sócio retirante em moeda constante, a partir da data-base, está sujeito ao acréscimo de juros contratuais, normalmente de 12% ao ano, ou, se o contrato social for omissivo, de juros legais de 6% ao ano.

2.2 RISCO E PREÇOS

O futuro, época em que são concretizados os resultados econômicos da entidade, é sempre uma possibilidade repleta de incertezas, que precisam ser transformadas em alternativas de risco, mensuráveis em termos probabilísticos.

FISHER introduz o elemento risco assim:

"a renda futura está sempre sujeita a alguma incerteza, e esta incerteza deve, naturalmente, ter uma influência sobre a taxa de preferência temporal, ou grau de impaciência, de seu possuidor",

e acrescenta que *"o futuro remoto usualmente é menos conhecido do que o futuro imediato, um fato que por si só significa risco ou incerteza".*¹⁸

Risco, para ALLA, é *"a possibilidade, para os agentes participantes do mercado, de não realizarem o rendimento esperado".*¹⁹

SOLOMON, abordando o tema Custo do Capital, em nota explicativa, diz: *"Existe, realmente, incerteza quando não sabemos ou não podemos empregar a distribuição de probabilidades dos benefícios esperados".*²⁰

SECURATO diz: *"A definição mais simples e prática nos parece ser dada por SOLOMON e PRINGLE: risco é o grau de incerteza a respeito de um evento".*²¹

SÁ apresenta-nos uma diferenciação entre risco e incerteza:

Pode-se falar em risco, ou em uma situação de risco, quando

*"não sabemos com certeza que evento resultará de uma decisão tomada. Sabemos, porém, a exata probabilidade da ocorrência de cada um dos eventos possíveis relacionados à decisão tomada".*²²

¹⁸ Irving FISHER, *op. cit.*, p. 56.

¹⁹ Jean ALLA, *L'évaluation de l'entreprise: de la théorie à la pratique*, p. 43. No original: *"Nous définirons ainsi le risque comme la possibilité pour les agents sur le marché, de ne pas atteindre le rendement espéré."*

²⁰ Ezra SOLOMON, *Teoria da administração financeira*, p. 57.

²¹ José Roberto SECURATO, *Decisões financeiras em condições de risco*, p. 21.

²² Geraldo Tosta de SÁ, *Investimentos no mercado de capitais*, p. 204.

A incerteza tem conotação diferente, pois *"uma situação é dita de incerteza, quando não temos conhecimento objetivo da distribuição de probabilidades associadas aos eventos que poderão resultar"*.²³

Uma decisão sobre determinado tipo de investimento, calculada a probabilidade de ocorrência dos *eventos possíveis* em relação à decisão tomada, portanto, uma situação de risco, envolve, segundo os tratadistas, dois tipos de risco, ou seja, o risco total apresenta dois componentes: (a) *risco sistemático*; e (b) *risco não sistemático*.

EID JUNIOR, ao abordar a questão da determinação do valor intrínseco de um ativo, afirma que o mesmo é resultante de dois fatores: risco e retorno. Diz ainda que o estudo do risco deu um grande salto (1921)

"com a abordagem feita por Knight. Este autor separou o risco em duas categorias: (a) riscos diversificáveis; (b) riscos não diversificáveis. Ele afirmou que a remuneração do lucro é devida apenas aos riscos não diversificáveis. Este trabalho pode ser considerado um marco pois foi o primeiro a trabalhar de forma sistemática a relação entre risco e lucro".²⁴

Essa classificação do risco será, mais tarde, retomada por SHARPE, ao propor seu modelo de análise, denominado *Capital Asset Pricing Model (CAPM)*, que considera que o risco total é composto, ou subdividido em: (a) risco sistemático ou não diversificável; e (b) risco não sistemático ou diversificável.²⁵

O *risco sistemático ou não diversificável* tem sua origem nas flutuações do próprio sistema econômico, a saber:

- a. variação da taxa de juros que afeta todas as taxas de retorno da economia;
- b. perda do poder de compra dos recursos aplicados em ativos sob processo inflacionário;

²³ Ibidem, p. 204.

²⁴ William EID JUNIOR, *A redução do risco das carteiras de investimento através da diversificação aleatória: estudo de caso na Bovespa*, p. 11.

²⁵ William F. SHARPE, Gordon J. ALEXANDER, *Investments*.

- c. flutuações nos mercados secundários que afetam as taxas de retorno dos ativos negociados.

São, portanto, situações de risco que afetam todos os ativos, não passíveis de eliminação pela diversificação proposta pelos teóricos da Teoria dos Portfólios.

Entretanto, são essas situações de risco sistemático ou não diversificável que vão justificar o mercado pagar determinada remuneração.

O *risco não sistemático ou diversificável* é intrínseco ao próprio investimento realizado; portanto, eliminável pela diversificação.

As fontes básicas desse tipo de risco são:

- a. risco financeiro, ou seja, a possibilidade de a sociedade investida tornar-se insolvente;
- b. risco de administração, relacionado com a qualidade das decisões tomadas pela administração do empreendimento; e
- c. riscos do setor, que afetam determinado segmento específico.

LEITE, comentando o risco total afirma que

"a decomposição completa do risco total e a análise de cada fonte geradora de risco é uma tarefa extremamente complexa, pois a variabilidade total dos retornos é influenciada por todos esses agentes de forma heterogênea. Certamente, haverá efeitos compensatórios que anulam, assim, causas que agem em oposição entre si. Entretanto, do ponto de vista conceitual, a classificação dos componentes do risco total assume importância fundamental. Como veremos adiante, o desmembramento do risco total entre Risco Sistemático e Não Sistemático terá, também, enorme interesse prático".²⁶

O processo decisório em condições de risco envolve a necessidade de oferecer ao investidor as várias curvas de indiferença ou alternativas, com base em suas preferências e utilidade.

²⁶ Helio de Paula LEITE, *Introdução à administração financeira*, p. 408.

Os tratadistas são unânimes em afirmar que são infinitas as curvas de indiferença que podem ser traçadas para cada investidor.

Além desses aspectos, a decisão por determinada curva de indiferença tem relação íntima com o tamanho da riqueza de cada pessoa ou investidor, tudo comparado com o montante do investimento a ser realizado em relação à própria riqueza individual, isto é, maiores ou menores riscos poderão ser assumidos em função do peso do investimento em relação à riqueza total do indivíduo.

Posto isto, é de se indagar qual o risco do interessado no reembolso da quota de capital? Vários são os riscos. O estoque de capital, representativo da participação do sócio retirante da sociedade está sujeito aos dois riscos: diversificável e não diversificável, tipificados em momento anterior. Está sujeito ao risco diversificável porque sem poderes ou oportunidade para mudar de investimento; depende de procedimentos judiciais com rito próprio; sofre os efeitos dos riscos não diversificáveis, especialmente em função da variação da taxa de juro da economia.

Ao leque de fontes básicas do risco diversificável, podemos acrescentar algumas possibilidades específicas, tais como:

- os sócios remanescentes podem esvaziar o empreendimento, transferindo para terceiros o estabelecimento empresarial;
- podem constituir nova sociedade apropriando-se de todo acervo patrimonial corpóreo e incorpóreo existente;
- podem quebrar voluntária ou involuntariamente o empreendimento.

São possibilidades de risco que não afetam a apuração dos haveres, enquanto procedimento técnico, em face do entendimento jurídico predominante. Afetam, sim, as condições objetivas de sua liquidação.

Enquanto não se processa o reembolso, os remanescentes permanecem com a mesma estrutura empresarial e o estabelecimento empresarial intacto, sem modificação do nível de atividade.

Os comercialistas pátrios estudados são enfáticos em afirmar que os sucessos ou insucessos da atividade empresarial observados a partir da data do evento não atingem a quota a ser reembolsada, além do que, decretada a dissolução, cessam os vínculos societários e, por isso, fica prejudicada a participação nas decisões sociais, fiscalização dos negócios, nos lucros e no *pro labore*, diferentemente, do que sucede, por exemplo, na Inglaterra,

*“onde os membros da partnership podem optar, enquanto se processa a avaliação de sua participação societária, entre continuar recebendo sua parte dos lucros sociais, ou a juros, à alíquota de 5% ao ano, sobre a parte do patrimônio social correspondente à sua quota”.*²⁷

Decretada a dissolução parcial e apurado e homologado o valor do reembolso na data-base, como já enfatizado anteriormente, esse valor nominal está sujeito a atualização monetária e ao acréscimo de juros contratuais ou legais, aqueles fixados no contrato social, estes fixados em lei na base de 6% ao ano.

As considerações retro-oferecidas têm íntima ligação com o tema avaliação de sociedades em processos judiciais, à medida que afetam ou podem afetar todo o processo avaliatório e, conseqüentemente, a riqueza mensurada e seu reembolso.

²⁷ Fábio Ulhoa COELHO, *Curso de direito comercial*, v. 2, p. 451.

CAPÍTULO 3 – AVALIAÇÃO DE SOCIEDADES NA DESCONTINUIDADE

A descontinuidade societária é sempre uma possibilidade no mundo dos negócios. Pode-se caracterizar como voluntária, se os sócios ou acionistas deliberam seu fim; pode ser involuntária, quando a sociedade tem decretada sua falência; e, também, por intervenção do Estado, por meio de desapropriação.

Pode, também, ser involuntária por morte de sócio; entretanto, como veremos no Capítulo 5, a jurisprudência pátria admite que a sociedade constituída por dois sócios, se um deles vier a falecer, possa continuar, desde que o sócio remanescente recomponha o quadro societário no prazo de um ano, ou que continue como firma individual. Tal entendimento visa preservar a manutenção do negócio, com a manutenção de postos de trabalho.

3.1 DESCONTINUIDADE VOLUNTÁRIA OU CONTRATUAL

A descontinuidade voluntária caracteriza-se pelo encerramento da sociedade, ou seja, os sócios ou acionistas, consensualmente, decidem dissolver a sociedade, procedendo à respectiva liquidação e extinção. As razões que podem levar a tal decisão são as expostas na seção 1.1.7, *Encerramento de atividades: fechar ou continuar*.

A descontinuidade voluntária opera-se também nas sociedades que já nascem com prazo determinado de duração. Terminado o prazo avençado, a sociedade entra em processo de dissolução, em conformidade com as cláusulas contratuais.

A descontinuidade voluntária tem rito próprio, qual seja, insere-se no capítulo da *Liquidação de Sociedades*, mais especificamente no art. 344, do Código Comercial, *verbis*:

“Art. 344. Dissolvida uma sociedade mercantil, os sócios autorizados para a gerir durante a sua existência devem operar a sua liquidação debaixo da mesma firma, aditada com a cláusula – em liquidação, salvo havendo estipulação diversa no contrato, ou querendo os sócios, a apazimento comum ou por pluralidade de votos em caso de discórdia, encarregar a liquidação a algum dos outros sócios não gerentes, ou a pessoa de fora da sociedade.”

O liquidante sócio ou estranho à sociedade tem as obrigações previstas nos arts. 345 e 346 do já citado diploma, a saber:

“Art. 345. Os liquidantes são obrigados:

I. A formar inventário e balanço do cabedal social nos quinze dias imediatos à sua nomeação, pondo-o logo no conhecimento de todos os sócios; pena de poder nomear-se em Juízo uma administração liquidadora à custa dos liquidantes, se forem sócios, e não o sendo, não terão direito à retribuição alguma pelo trabalho que houverem feito;

II. A comunicar mensalmente a cada sócio o estado da liquidação, debaixo de mesma pena;

III. Ultimada a liquidação, a proceder imediatamente à divisão e partilha dos bens sociais; se os sócios não acordarem em que os dividendos se façam na razão de tantos por cento à proporção que os ditos bens se forem liquidando, depois de satisfeitas todas as obrigações da sociedade.

Art. 346. Não bastando o estado da caixa da sociedade para pagar as dívidas exigidas, é obrigação dos liquidantes pedir aos sócios os fundos necessários, nos casos em que eles forem obrigados a prestá-los.”

A dissolução voluntária está aqui apenas anunciada, mesmo porque é tema apenas subsidiário ao presente trabalho. Entretanto, surgindo discórdia entre os

sócios, poderá provocar o surgimento de procedimento judicial, e, nesse caso, teremos a dissolução judicial, cujo rito será mais à frente abordado.

3.2 DESCONTINUIDADE INVOLUNTÁRIA OU DECRETADA

A descontinuidade involuntária opera-se por decisão judicial de quebra, disciplinada pela Lei de Falências, Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, e legislação posterior, procedendo-se a liquidação forçada dos ativos e passivos pertencentes à entidade falida. Por se tratar de dissolução societária com rito próprio, este tópico será ampliado no capítulo seguinte, que cuida da Dissolução Judicial de Sociedades.

Outra possibilidade de descontinuidade involuntária é a originária da intervenção estatal, e a mais usual é a desapropriação do estabelecimento empresarial, para a realização de obras de interesse público.

Nessa hipótese, se o valor indenizado for inaceitável pelo empresário, isso dá azo à propositura de procedimento ordinário de indenização por perdas e danos, que se resolvem mediante prova pericial contábil de apuração dos danos emergentes, ou seja, tudo o que se perdeu, inclusive as despesas de mudança do local do estabelecimento, cumulado com a apuração de lucros cessantes, representado por tudo o que o empresário deixou de ganhar, procedendo-se, inclusive, ao cálculo do ponto comercial (*luvas*).

3.3 AVALIAÇÃO NA DESCONTINUIDADE E BALANÇO DE LIQUIDAÇÃO

A descontinuidade voluntária ou por decreto judicial gera procedimento avaliatório específico. O acervo patrimonial é avaliado por seus valores prováveis de realização.

Tratando-se de dissolução total de sociedade, abandonamos o princípio do custo como base de valor e procedemos à avaliação do acervo patrimonial pelos

valores de saída, mais especificamente, os valores prováveis de realização, ou, como disposto na lei, procedemos ao inventário e balanço dos ativos e passivos pertencentes à sociedade dissolvenda. Formamos um *balanço de liquidação*.

ESTRELLA, discorrendo sobre as várias espécies de balanço, entre elas o de liquidação, assim se expressou:

*"Pelo que respeita ao balanço de liquidação, entretanto, as coisas se passam de modo assaz diferente. Os bens que aderem à sociedade e, normalmente, só têm existência em função dela (nome comercial, sinais distintivos, desenhos, modelos, concessões, despesas de instalação, aviamento, clientela e direito ao ponto ou local), são bens que com ela se extinguem e, por isto, não podem, corretamente, ser considerados como valores realizáveis. Computam-se, no entanto, as reservas e fundos acumulados e, bem assim, as valorizações de ativo (até onde estas venham a concretizar-se pela venda dos bens respectivos, ou partilha destes em espécie). Desse jeito fixado o ativo liquidando, a sua avaliação é orientada com base no preço provável de venda."*¹

Acrescenta, ainda, que não podem ser desprezados os efeitos do encerramento das atividades sobre o passivo, mais precisamente, quanto às indenizações trabalhistas, por conta do despedimento dos empregados, as próprias despesas com a liquidação e o cancelamento de contratos, como, por exemplo, os de locação, enfim, todas as responsabilidades originárias dos negócios interrompidos.

Não podemos olvidar, também, as responsabilidades comerciais, tais como: venda de produtos com garantia, ou a exigência de manutenção de estoques de peças de reposição, para determinados ramos de negócio e, ainda, outras inerentes ao negócio (a título exemplificativo: as construtoras são obrigadas a responder por danos de construção pelo prazo de 5 anos: art. 1245, Código Civil), e tudo isto exige a constituição de fundos monetários, ou de estoques, para fazer frente a todas as prováveis contingências.

¹ Hernani ESTRELLA, *Apuração dos haveres de sócio*, p. 148.

Os ensinamentos de ESTRELLA merecem ser considerados em seu tempo histórico, mormente, pela revolução que se assiste nos dias de hoje quanto aos ativos intangíveis.

Marcas, patentes, ponto comercial podem ter valor de realização. Competirá ao liquidante proceder aos estudos necessários para verificar a potencialidade de realização desses ativos intangíveis. As marcas, por exemplo, em face dos procedimentos de terceirização da produção e dos serviços, podem ter vida independente, podem ser objeto de licenciamento, mediante *franchising*.

Obviamente, despesas antecipadas e ativos diferidos, os dois em processo de amortização, quando em marcha a sociedade, por princípio são excluídos do *balanço de liquidação*; entretanto, há que observar se referidos ativos, em face dos eventuais contratos que lhes dão guarida, prevêem a possibilidade de ressarcimento pelo tempo não decorrido, caso em que serão avaliados pelos valores prováveis de ressarcimento.

Entende-se, também, desnecessária a consideração, a nosso ver equivocada do ponto de vista técnico, a respeito de *reservas* e *fundos acumulados* consideradas pelo ilustre jurista, pois, no *balanço de liquidação*, avaliados os ativos e passivos a valores prováveis de realização, por diferença, surge, automaticamente, o patrimônio líquido provável da sociedade liquidanda.

Quando veio a lume a obra de Hernani Estrella, estava em vigor o Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, que dispunha sobre a sociedades por ações. Esse Decreto-lei, nos arts. 129 e 130, mencionava *fundos de depreciação e de amortização*, *reserva para créditos de liquidação duvidosa*, *fundo de reserva*, *fundos de reserva especiais* e *fundos de previsão*. Entendemos que o autor, ao usar a expressão *fundos acumulados* referia-se aos termos mencionados nos citados artigos.

Por força da vigência da Lei nº 6.404/76 que substituiu o mencionado Decreto, referidos termos sofreram modificação não apenas de nomenclatura, mas também de significado:

- fundos de depreciação e de amortização passaram a denominar-se *Depreciação e amortização acumulada*, não mais com o conceito de fundo, mas como reconhecimento da perda de capacidade produtiva dos bens imobilizados e diferidos, mediante taxas de depreciação e amortização aplicadas sobre referidos ativos;
- reserva para créditos de liquidação duvidosa, hoje conhecida como *Provisão para devedores duvidosos*, reconhecendo-se as prováveis perdas sobre os créditos a receber, a título de despesas e não mais como destinação de lucros;
- fundo de reserva equivale à *Reserva legal* atual; fundos de reservas especiais e fundos de previsão correspondem às atuais *Reservas de lucros*; trata-se de destinações do lucro do exercício, mas sem a conotação de vinculação com determinados ativos.

Em síntese, no *balanço de liquidação* devem ser consignados, apenas, os ativos e passivos suscetíveis de realização monetária, em processo de liquidação ordenada.

Não é diferente em outros países. VENTURA² aborda o tema como exposto a seguir.

Na Alemanha, os liquidantes elaboram balanço e relatório explicativo, denominado de *balanço de abertura*, ponto de partida da liquidação. Nesse, são consignados os valores que presumidamente possam ser alcançados quando das alienações, não aparecendo no lado do passivo nem a conta de capital social nem as reservas.

Na França, é exigido do liquidante a organização de um *inventário do ativo e passivo* da sociedade submetido à assembléia dos sócios, o qual também constitui a referência inicial para a prestação de contas do liquidante.

Na Itália, compete aos antigos administradores apresentarem ao liquidante a *conta da gestão* entre o último balanço e a data de abertura da liquidação e a este

² Raúl VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades: comentários ao código das sociedades comerciais* (portuguesas), p. 282 ss.

proceder a um inventário do estado do ativo e passivo do patrimônio. Esse inventário será analítico e valorizado, considerando os valores prováveis de realização por meio dos procedimentos de liquidação.

Em Portugal, os administradores submetem à aprovação dos sócios o inventário, *balanço e contas de sua gestão*, reportados à data da dissolução. Se os administradores forem relapsos, compete ao liquidante fazê-lo. Entretanto, cabe ressaltar tratar-se de inventário e balanço elaborados nas mesmas regras das demonstrações contábeis anuais, observando-se que a única diferença respeita ao período considerado. Entretanto,

*“é evidente que o liquidatário pode elaborar um inventário do ativo e do passivo da sociedade ou verificar aqueles que existam na data da sua entrada em funções, embora isso não lhe seja imposto por lei, nem pelo contrato de sociedade nem por deliberação dos sócios; o liquidatário pode tomar as cautelas que julgue necessárias, para sua proteção, bem como pode adotar os procedimentos de caráter preparatório, que julgue adequados à tarefa de que está incumbido. É também manifesto que, para executar as tarefas de liquidação, ele tem de conhecer todo o ativo e passivo da sociedade”.*³

Efetuada o inventário e a avaliação do acervo patrimonial, constituídas todas as provisões para enfrentamento das despesas de liquidação, indenizações trabalhistas, tributárias e ainda contingências, o *balanço de liquidação* pode ser representado como na Figura 2.

³ Ibidem, p. 287.

ATIVO**Disponibilidades**

- Caixa e bancos (conforme valores ajustados)
- Aplicações de liquidez imediata (valor aplicado mais rendimentos)
- Aplicações em ouro (valor de mercado menos despesas de corretagem)

Créditos

- Valores e títulos a receber a curto e longo prazo (pelo valor de face mais renda financeira decorrida, se contratada; valor presente quando forem prefixados)
- Despesas antecipadas (valor do eventual ressarcimento)
- Adiantamentos a fornecedores (valor original ou presente, se negociável)

Estoques

- Estoques vendáveis (pelo valor provável de realização, menos impostos e outras despesas diretas de venda)
- Estoque de imóveis para venda (pelo valor provável de realização menos despesas de corretagem, impostos e de cartório)
- Estoques obsoletos (valor provável de liquidação menos despesas de venda)

Investimentos

- Ações (cotação de Bolsa de Valores menos despesas de corretagem)
- Empresas controladas e coligadas (valor de realização do patrimônio líquido menos impostos sobre ganhos de capital e eventuais despesas de realização)

Imobilizado

- Imóveis (valor avaliado menos despesas de corretagem e de cartório)
- Máquinas e equipamentos (valor avaliado)
- Móveis, utensílios, ferramentas, equipamentos de informática, *softwares* etc. (valor avaliado)
- Veículos e direitos de uso linhas telefônicas (valor avaliado)

Obs.: Instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros são naturalmente desconsideradas, pois se integram ao imóvel, sem possibilidade de realização. Será oportuna leitura do contrato se houver, o que permitirá ao liquidante, verificar as condições contratadas.

Diferido

- Despesas pré-operacionais, despesas com pesquisa e desenvolvimento de produtos (são desconsideradas, salvo se esta última possuir valor realizável)

Ativo Intangível

- Marcas, patentes, ponto comercial etc. (valor avaliado e com liquidez, ou como forma de pagamento a sócio interessado, menos impostos sobre ganhos de capital)

PASSIVO**Obrigações**

- Fornecedores de bens e serviços (valor original ou presente, se negociável)
- Trabalhistas correntes (valor original mais encargos, se em mora)
- Fiscais correntes (valor original mais encargos, se em mora)
- Financiamentos (principal e encargos até a data ou valor presente se negociável)
- Outras contas a pagar (valor original ou presente, se negociável)
- Adiantamento de clientes (valor original ou presente, se negociável)

Provisões

- Tributárias e indenizações trabalhistas (calculadas)
- Despesas com liquidação (estimadas)
- Contingências (estimadas)

Resultado de Exercícios Futuros

- Receitas e custos futuros (são transferidos para o PL, afetando provisões para IR)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO PROVÁVEL

- (Ativo – Passivo)

Figura 2 *Balanço de liquidação*

CAPÍTULO 4 – DISSOLUÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADES

A dissolução de sociedade opera-se em duas fases distintas. A primeira compreende a liquidação do patrimônio social; a segunda, a partilha do patrimônio remanescente entre os sócios. Como veremos no Capítulo 7, este tema será relevante em termos doutrinários e operacionais para a apuração de haveres em processo judiciais.

4.1 CAUSAS

F. MARTINS aponta as causas provocadoras da dissolução societária assim:

- a. a falência da sociedade;
- b. a vontade de um dos sócios, se a sociedade for celebrada por tempo indeterminado;
- c. a impossibilidade da continuação da sociedade por não poder preencher seu fim social;
- d. a incapacidade de alguns dos sócios, julgada por sentença;
- e. o abuso, a prevaricação, a violação ou a falta de cumprimento das obrigações sociais, ou a fuga de algum dos sócios.¹

Para o objeto central deste trabalho, tem interesse especial a causa mencionada na letra *b*, a mais corriqueira nos processos de dissolução judicial de sociedades.

¹ Fran MARTINS, *Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio*, p. 222-224.

A morte de sócio pode ensejar, não necessariamente, a dissolução societária. A jurisprudência pátria, como veremos no Capítulo 5, tem-se pronunciado pela dissolução apenas parcial da sociedade, operando-se a apuração de haveres em favor dos herdeiros.

4.2 DISPOSITIVOS LEGAIS

O Código Comercial de 1850 tratou do tema nos arts. 335 ss. O art. 335 disciplinou as situações fáticas que ensejam a dissolução, assim:

"Art. 335. As sociedades reputam-se dissolvidas:

I. Expirando o prazo ajustado da sua duração;

II. Por quebra da sociedade, ou de qualquer dos sócios;

III. Por mútuo consenso de todos os sócios;

IV. Pela morte de um dos sócios, salvo convenção em contrário a respeito dos que sobreviverem;

V. Por vontade de um dos sócios, sendo a sociedade celebrada por tempo indeterminado."

Já o art. 339 abordou as responsabilidades do sócio que se despede ou é desligado assim:

"Art. 339. O sócio que se despedir antes de dissolvida a sociedade ficará responsável pelas obrigações contraídas e perdas havidas até o momento da despedida. No caso de haver lucros a esse tempo existentes, a sociedade tem direito de reter os fundos e interesses do sócio que se despedir, ou for despedido com causa justificada, até se liquidarem todas as negociações pendentes que houverem sido intentadas antes da despedida."

A constituição de sociedades limitadas foi regulada pelo Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919.

Para o tema objeto deste trabalho, merecem ser destacados dois dispositivos do referido diploma legal: arts. 7º e 15.

O art. 7º disciplina a exclusão de sócio remisso, inadimplente com as obrigações de pagar o valor de suas quotas.

O art. 15 disciplina o direito de retirada, originário de divergências quanto a alterações do contrato social assim:

"Art. 15. Assiste aos sócios que divergirem da alteração do contrato social a faculdade de se retirarem da sociedade, obtendo o reembolso da quantia correspondente ao seu capital, na proporção do último balanço aprovado. Ficam, porém, obrigados às prestações correspondentes às quotas respectivas, na parte em que essas prestações forem necessárias para o pagamento das obrigações contraídas, até a data do registro definitivo da modificação do estatuto social."

Notemos que a legislação citada não especifica que modelo ou método avaliatório deva ser aplicado. Transfere, implicitamente, para o perito em contabilidade essa incumbência.

Entretanto, é de ser observado que a jurisprudência predominante de nossos Tribunais tem encaminhado a matéria no sentido de que seja apurado o *patrimônio líquido* das sociedades a valores de mercado, na busca incessante do *valor justo* dos haveres a ser entregue aos herdeiros e sócios dissidentes ou excluídos, evitando-se o denominado enriquecimento sem causa de uns em detrimento de outros.

Quanto à apuração de haveres pelo último balanço, a Súmula 265, do Supremo Tribunal Federal, veio a modificar o disposto no art. 15 retrocitado, como será destacado no Capítulo 5.

A dissolução judicial de sociedade, por força do art. 1.218,² do Código de Processo Civil vigente, é disciplinada pelos arts. 655 a 674, do Código de Processo Civil de 1939.

Têm interesse para este trabalho alguns dispositivos sobre os quais passamos a discorrer.

A dissolução societária está disciplinada pelo art. 655, *verbis*:

"Art. 655. A dissolução da sociedade civil, ou mercantil, nos casos previstos em lei ou no contrato social, poderá ser declarada, a requerimento de qualquer interessado, para o fim de ser promovida a liquidação judicial."

A decretação da dissolução e a nomeação de liquidante consta do art. 657, assim:

"Art. 657. Se o juiz declarar, ou decretar, a dissolução, na mesma sentença nomeará liquidante a pessoa a quem pelo contrato, pelos estatutos, ou pela lei, competir tal função."

As obrigações do liquidante, no que se refere aos propósitos do presente trabalho, foram disciplinadas pelo art. 660, *verbis*:

"Art. 660. O liquidante deverá:

I. levantar o inventário dos bens e fazer o balanço da sociedade, nos 15 (quinze) dias seguintes à nomeação, prazo que o juiz poderá prorrogar por motivo justo;

II. promover a cobrança das dívidas ativas e pagar as passivas, certas e exigíveis, reclamando dos sócios, na proporção de suas quotas na empresa, os fundos insuficientes, quando insuficientes os de caixa;

omissus;

V. apresentar, mensalmente, ou sempre que o juiz o determinar, balancete de liquidação;

² Código de Processo Civil: *"Art. 1.218. Continuam em vigor até serem incorporados nas leis especiais os procedimentos regulados pelo Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939, concernentes: VII – à dissolução e liquidação das sociedades (arts. 655 a 674)."*

VI. propor a forma da divisão, ou partilha, ou do pagamento dos sócios, quando ultimada a liquidação, apresentando o relatório dos atos e operações que houver praticado”.

Compete, portanto, ao liquidante realizar o ativo e solver as dívidas, apurando eventual saldo monetário remanescente, o qual será partilhado em favor dos sócios.

Entretanto, a sociedade em face da morte, exclusão ou retirada de sócio poderá não se dissolver, permanecendo em atividade, como previsto no art. 668, assim:

“Art. 668. Se a morte ou a retirada de qualquer dos sócios não causar a dissolução da sociedade, serão apurados exclusivamente os seus haveres fazendo-se o pagamento pelo modo estabelecido no contrato social, ou pelo convencionado, ou, ainda, pelo determinado em sentença.”

Os Tribunais têm-se posicionado no sentido de garantir a continuidade, determinando, apenas, a dissolução parcial da sociedade. Embora venha sendo denominada de *dissolução parcial*, conhece-se pelo menos um posicionamento dissidente desse entendimento majoritário.

ESTRELLA entendia ser imprópria referida expressão, sendo *“preferível enquadrar-se todas as hipóteses de afastamento de sócio, com a sobrevivência da sociedade, no conceito genérico de resilição parcial do contrato social”*.³

Outra possibilidade de dissolução parcial com apuração de haveres surge quando falece sócio de sociedade que não anônima; nesse caso, a matéria é disciplinada pelo parágrafo único do art. 993, Capítulo IX, Do inventário e da partilha, Código de Processo Civil, que assim dispõe:

“Art. 993. Dentro de 20 (vinte) dias, contados da data em que prestou compromisso, fará o inventariante as primeiras declarações, das quais se lavrará termo circunstanciado. No termo, assinado pelo juiz, escrivão e inventariante, serão exarados:

³ Hernani ESTRELLA, *Apuração dos haveres de sócio*, p. 83.

IV. a relação completa e individuada de todos os bens do espólio e dos alheios que nele forem encontrados, descrevendo-se:

omissus;

e) os títulos da dívida pública, bem como as ações, quotas e títulos de sociedade, mencionando-se-lhes o número, o valor e a data;

Parágrafo único. O juiz determinará que se proceda:

I. ao balanço do estabelecimento, se o autor da herança era comerciante em nome individual;

II. a apuração de haveres, se o autor da herança era sócio de sociedade que não anônima". (Grifo nosso.)

Ordenando a avaliação patrimonial, o parágrafo único do art. 1.003, do Código de Processo Civil, dispõe:

"Art. 1.003. Findo o prazo do art. 1.000, sem impugnação ou decidida a que houver sido oposta, o juiz nomeará perito para avaliar os bens do espólio, se não houver na comarca avaliador judicial.

Parágrafo único. No caso previsto no art. 993, parágrafo único, o juiz nomeará um contador para levantar o balanço ou apurar os haveres". (Grifo nosso.)

Muito embora a razão da apuração de haveres seja a morte de um dos sócios, a doutrina e a jurisprudência, em face da possibilidade de continuidade, têm-se pronunciado considerando tal evento, também, como *dissolução societária parcial*.

Este é o cerne deste trabalho, ou seja, a apuração de haveres em processos judiciais de dissolução parcial de sociedade.

4.3 SOCIEDADES IRREGULARES OU DE FATO

Sociedades irregulares ou de fato se questionadas em juízo podem também gerar a possibilidade judicial de apuração de haveres; entretanto, o rito processual será o das ações de conhecimento, usualmente denominadas *ações ordinárias*.

Reputamos uma sociedade com existência irregular se seus estatutos ou contrato social não tiverem sido levados ao registro de comércio, ou se, com prazo determinado, persistir em tempo posterior, enquanto a sociedade de fato se configura como aquela sem ajuste escrito.

Melhor nos socorrermos de REQUIÃO, que bem aborda a questão das sociedades irregulares ou de fato.

Assim se posiciona o ilustre jurista:

“Preferimos, todavia, a distinção defendida por Waldemar Ferreira, pela qual os sócios às vezes deixam de reduzir a escrito seu ajuste, e ‘a sociedade assim constituída, vive, funciona e prospera. Mas vive de fato. Como sociedade de fato se considera’; e, ‘outras vezes, ela se organiza por escrito. Articulam-se os dispositivos da lei social. O contrato, porém, não se arquivava no Registro de Comércio. A sociedade é, por isso, irregular’. A nosso ver, com efeito, são mais convincentes essas noções, pois a sociedade que não está documentada, que viceja no mundo fático, se pode chamar de sociedade de fato, provada sua existência através de presunções catalogadas no art. 305 do Código Comercial; ⁴ ao passo que a que tendo se

⁴ “Art. 305. Presume-se que existe ou existiu sociedade sempre que alguém exercita atos próprios de sociedade, e que regularmente se não costumam praticar sem a qualidade social.

Desta natureza são especialmente:

I. Negociação promiscua e comum; II. Aquisição, alheação, permutação, ou pagamento comum; III. Se um dos associados se confessa sócio, e os outros o não contradizem por uma forma pública; IV. Se duas ou mais pessoas propõem um administrador ou gerente comum; V. A dissolução da associação como sociedade; VI. O emprego de pronome nós ou nosso nas cartas de correspondência, livros, faturas, contas e mais papéis comerciais; VII. O fato de receber ou responder cartas endereçadas ao nome ou firma social; VIII. O uso de marca comum nas fazendas ou volumes; IX. O uso de nome com a adição – e companhia.

A responsabilidade dos sócios ocultos é pessoal e solidária, como se fossem sócios ostensivos.”

constituído por instrumento escrito, mas não o tenha legalizado com o arquivamento no registro competente, permanece irregular em face da lei.”⁵

Se não forem registradas no órgão competente, não possuem personalidade jurídica; entretanto, não perdem sua condição de sociedade comercial e, como tal, podem ser alvo de demanda judicial pelos interessados.

4.4 DESCONTINUIDADE POR DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA

A falência é a mais dramática situação de descontinuidade societária. É uma das espécies de dissolução judicial de sociedade.

A Lei Falimentar logo em seu art. 1º caracteriza a falência assim:

“Art. 1º Considera-se falido o comerciante que, sem relevante razão de direito, não paga no vencimento obrigação líquida, constante de título que legitime a ação executiva.”

Outras situações que levam à decretação da falência estão especificadas no artigo seguinte:

“Art. 2º Caracteriza-se, também a falência, se o comerciante:

I. executado, não paga, não deposita a importância, ou não nomeia bens à penhora, dentro do prazo legal;

II. procede a liquidação precipitada, ou lança mão de meios ruinosos ou fraudulentos para realizar pagamentos;

III. convoca credores e lhes propõe dilação, remissão de créditos ou cessão de bens;

IV. realiza ou, por atos inequívocos, tenta realizar, com o fito de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado, ou alienação de parte ou da totalidade do seu ativo a terceiro, credor ou não;

⁵ Rubens REQUIÃO, *Curso de direito comercial*, p. 280.

V. transfere a terceiro o seu estabelecimento sem o consentimento de todos os credores, salvo se ficar com bens suficientes para solver o seu passivo;

VI. dá garantia real a algum credor sem ficar com bens livres e desembaraçados equivalentes às suas dívidas, ou tenta essa prática, revelada a intenção por atos inequívocos;

VII. ausentar-se sem deixar representante para administrar o negócio, habilitado com recursos suficientes para pagar os credores; abandona o estabelecimento; oculta-se ou tenta ocultar-se, deixando furtivamente o seu domicílio.

Parágrafo único. Consideram-se praticados pelas sociedades os atos dessa natureza provenientes de seus diretores, gerentes ou liquidantes."

É a morte societária por absoluta falta de liquidez.

Procedemos à liquidação forçada dos ativos e ao pagamento do passivo de acordo com a escala de prioridades determinada na lei falimentar.

A administração da massa é da responsabilidade do síndico, que tem, entre outros, o dever de arrecadar e mandar avaliar o acervo patrimonial; procede à elaboração do quadro geral de credores; realiza o ativo e paga o passivo em conformidade com a escala de prioridades.

Obviamente, nessa hipótese, não há que se falar em aviamento ou *goodwill*, pois tudo desmorona, o estabelecimento empresarial é lacrado, as relações trabalhistas cessam, os ativos são vendidos. Enfim, a sociedade é dissolvida, a atividade econômica cessa, o estabelecimento empresarial morre.

CAPÍTULO 5 – JURISPRUDÊNCIA EM APURAÇÃO DE HAVERES

Os dispositivos legais que regulam a dissolução societária e a apuração de haveres, como se observou no Capítulo 4, não especificam que modelo ou método de apuração de haveres deva ser seguido.

A jurisprudência de nossos tribunais tem determinado alguns caminhos, como veremos na seção 5.1; antes, porém, cabe considerar que será interpretada em sua vertente relacionada com a ciência contábil, mesmo porque nosso trabalho não visa abordar os pronunciamentos sob a óptica jurídica.

5.1 JURISPRUDÊNCIA

Têm interesse para o que debatemos neste trabalho os pronunciamentos dos tribunais pátrios acerca da consequência da dissolução de sociedades no que concerne à apuração de haveres.

Vejamos os pronunciamentos.

Do Egrégio Supremo Tribunal Federal temos a Súmula 265:

“Na apuração de haveres, não prevalece o balanço não aprovado pelo sócio falecido ou que se retirou.”

Esse pronunciamento tem consequências relevantes nos procedimentos avaliatórios judiciais, já que impõe ao perito em contabilidade a necessidade de, inexistindo, proceder ao levantamento de balanço patrimonial para a data-base do evento, que os juristas, apropriadamente, denominam de *balanço de determinação*.

Estando disponível o *balanço de determinação*, ele será objeto de exame pericial minucioso a fim de assegurar a veracidade dos elementos patrimoniais aí

declarados. Inexistindo, sua elaboração é a tarefa essencial do trabalho pericial em apuração de haveres.

O *balanço de determinação* será tratado no Capítulo 6.

5.2 PESQUISA REALIZADA

Do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, por meio do respectivo *site*, compulsado o verbete *haveres.emen.*, no dia 29 de julho de 1999, surgiram 50 decisões, das quais, excluídas as ementas fora do objeto da pesquisa, foram selecionadas aquelas cujos pronunciamentos determinam e fixam procedimentos de apuração de haveres em processos judiciais de dissolução de sociedades.

Para melhor apreender o sentido e o espírito da matéria ementada, em determinados momentos socorremo-nos dos conteúdos dos votos exarados pelos Senhores Ministros Relatores.

Observamos nos Venerandos Acórdãos e respectivas Ementas do Egrégio Superior Tribunal de Justiça objeto de nossa pesquisa os caminhos norteadores a serem percorridos na apuração de haveres.

Vejamos as Ementas e seu alcance no campo contábil, as quais estão identificadas pelo número obtido na pesquisa realizada, não na ordem que aparece no *site*, mas naquela que interessa aos objetivos deste trabalho. A data consignada no texto da Ementa refere-se ao dia do julgamento.

Justifica-se termos restringido nossa pesquisa aos pronunciamentos do Egrégio Tribunal Superior de Justiça, à medida que, a partir da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, compete a esse Tribunal Superior pronunciar-se em caráter definitivo sobre o tema apuração de haveres.

5.2.1 Documentos fora do objeto da pesquisa

Dos documentos pesquisados, verificamos que, embora tratem de apuração de haveres, alguns estão fora do campo específico da pesquisa. Perfilam nesse contexto, 13 pronunciamentos. São eles:

- Documento nº 1, que apreciou e pronunciou-se sobre o compartilhamento de quota social indivisível, prejudicada a sentença que mandou apurar os haveres, por não requerida expressamente.
- Documento nº 2, que apreciou matéria relativa à consignação de haveres, recusados pelo interessado.
- Documento nº 7, que tratou do registro de alteração do contrato social, relativa à exclusão de sócio deliberada pela maioria.
- Documento nº 13, que abordou a possibilidade de compensação de valores em processo judicial.
- Documento nº 21, por tratar de reabertura de prazo em processo de execução de sentença de apuração de haveres.
- Documento nº 24, que aborda procedimento trabalhista e apuração de haveres de sócio.
- Documento nº 28, relativo a Recurso Especial que cuidou de haveres de funcionário público.
- Documento nº 32, relativo a direito a pagamento a funcionário de haveres patrimoniais retroativos.
- Documento nº 38, que abordou a correção monetária de haveres de funcionário.
- Documento nº 39, que negou direito de apuração de haveres de proprietário de quotas não-sócio.
- Documento nº 40, que negou direito de apuração de haveres de proprietário de quotas não-sócio.

- Documento nº 45, que cuidou de suspensão de qualquer alienação de bens sociais, enquanto perdurasse o processamento da apuração de haveres em processo de inventário.
- Documento nº 46, que tratou de demissão de associado de cooperativa; negada a apuração de haveres requerida.

5.3 ALCANCE DAS EMENTAS NO CAMPO CONTÁBIL

A seguir, são examinadas as Ementas do Superior Tribunal de Justiça naqueles aspectos que provocam e determinam procedimentos contábeis avaliatórios nos processos judiciais que envolvem apuração de haveres.

Buscamos apresentar os resultados da pesquisa por temas relevantes; entretanto, alerta-se que, muitas vezes, os temas interpenetram-se, causando certa dificuldade na classificação adotada.

Enquanto método, partindo-se das mais recentes, apresenta-se, primeiramente, a ementa identificada por seu número de ordem que constava do *site*; em seguida, são oferecidos comentários e observações, tudo permeado, às vezes, com trechos do voto do Ministro Relator, de modo que sejam apreendidos o texto e o contexto decisório.

O texto dos votos dos Senhores Ministros Relatores, quando utilizados, estão transcritos em *itálico*.

5.3.1 Balanço de determinação ¹

5.3.1.1 Documento nº 12 de 50

- STJ – RECURSO ESPECIAL. APURAÇÃO DE HAVERES. RECESSO DE SÓCIO. INTERESSE DE AGIR. 1. O FATO DE JÁ TER SIDO FEITA EXTRAJUDICIALMENTE A APURAÇÃO DE HAVERES, E, NA ÉPOCA, TER SIDO O AUTOR NOTIFICADO PARA ACOMPANHÁ-LA, COM INDICAÇÃO DE TÉCNICO, E, AINDA, DE TER SIDO POSTO À SUA DISPOSIÇÃO “O VALOR APURADO PELA SOCIEDADE A TÍTULO DE **BALANÇO DE DETERMINAÇÃO**”, RECUSANDO-SE A ASSINAR O RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTO, COMO INDICADO NA SENTENÇA, NÃO DESQUALIFICA O SEU INTERESSE EM QUESTIONAR JUDICIALMENTE OS **VALORES APURADOS NO DITO BALANÇO DE DETERMINAÇÃO**, ESTANDO, DESSE MODO, CONFIGURADO O INTERESSE DE AGIR. 2. A APURAÇÃO FEITA PELOS SÓCIOS REMANESCENTES NÃO EXCLUI, HAVENDO DIVERGÊNCIA, A APURAÇÃO JUDICIAL. 3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 3-9-1996. (Grifo nosso.)

Do texto ementado pode-se extrair que, muito embora tenha sido preparado extrajudicialmente, dada oportunidade ao dissidente de acompanhar os levantamentos técnicos, bem como terem sido colocados a sua disposição os haveres com base no *balanço de determinação*, foi reconhecido o direito de poderem ser questionados judicialmente aqueles apurados privadamente.

Do voto é oportuno destacar que:

“Há, portanto, um direito do sócio retirante de receber os seus haveres, na forma estipulada pelo contrato social, o que sinaliza o seu interesse. O fato de já ter sido feita a apuração de haveres, e, na época, ter sido o autor notificado para acompanhá-la, com a indicação de técnico, e, ainda, ter sido posto à sua disposição ‘o valor apurado pela sociedade a título de balanço

¹ Balanço patrimonial elaborado para a data do evento, no qual os elementos patrimoniais são avaliados e consignados a valores de mercado. É utilizado para determinar o montante dos haveres do sócio retirante ou falecido.

de determinação', recusando-se a assinar o recibo de entrega do documento, como indicado na sentença, não desqualifica o seu interesse em questionar judicialmente o valores apurados no dito balanço de determinação.

Omissus.

Se o recorrente considera que o apurado não corresponde ao valor real que deveria receber, feita a apuração por balanço de determinação, é evidente que o autor, ainda que tivesse acompanhado toda a operação, tem interesse de agir, requerendo apuração judicial diante da discordância com o números que foram encontrados, eis que pode vir a ser prejudicado pela elaboração de balanço em desconformidade com a realidade da empresa."

Não se pode olvidar que os sócios remanescentes permanecem com toda a estrutura do negócio, têm todos os elementos da sociedade e interesse em minimizar o valor patrimonial da sociedade e, normalmente, são eles que têm o dever de elaborar o balanço de determinação. Evidentemente, o sócio retirante sempre carrega mágoas, incompreensões, emoções, o que dificulta o processo conciliatório, além do que sempre tenderá a valorizar, às vezes, em demasia, sua quota, até com algum espírito de vingança ou raiva. O documento nº 16, de 28-8-95, tratou da mesma temática.

5.3.1.2 Documento nº 37 de 50

- **STJ – COMERCIAL – EMPRESA CONSTITUÍDA POR SÓCIOS DIVERSOS – DISSOLUÇÃO PARCIAL – CRITÉRIO DE APURAÇÃO DOS HAVERES. I – NA EMPRESA CONSTITUÍDA POR SÓCIOS DIVERSOS, RETIRANTE UM DELES, O CRITÉRIO DE LIQUIDAÇÃO DOS HAVERES, SEGUNDO A DOUTRINA E A JURISPRUDÊNCIA, HÁ DE SER, UTILIZANDO-SE O **BALANÇO DE DETERMINAÇÃO**, COMO SE TRATASSE DE DISSOLUÇÃO TOTAL. II – PRECEDENTES DO STJ. III – RECURSO NÃO CONHECIDO. 27-9-1993. (Grifo nosso.)**

Esse pronunciamento teve origem em Recurso Especial promovido por sócios remanescentes inconformados com V. Acórdão da Décima Primeira Turma Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O Senhor Ministro Relator em seu voto, entre outros aspectos, assim se posicionou:

"Portanto, configurada a dissidência e a dissolução, ainda que parcial, decidiu com acerto o Acórdão, verbis:

'A sobredita dissolução parcial, ademais, está prevista em lei e é disciplinada pelo Código de Processo Civil de 1939, cujo art. 668 dispõe: 'Se a morte ou a retirada de qualquer dos sócios não causar a dissolução da sociedade, serão apurados exclusivamente os seus haveres, fazendo-se o pagamento pelo modo estabelecido no contrato social, ou pelo convencionado, ou ainda, pelo determinado na sentença.'

A dissolução parcial ou dissolução, no caso, não está prevista na cláusula 12ª (décima segunda), mas, sim, na cláusula 11ª (décima primeira) do contrato social, de forma que não há que se falar, na espécie, na necessidade de notificação, só exigível em caso de negociação das quotas sociais com terceiros.

O contrato social é a fonte primeira dos direitos e obrigações das partes em uma sociedade de responsabilidade limitada, inclusive no caso do exercício do direito de retirada, com conseqüente apuração de haveres, desde que não haja ofensa a princípios de ordem pública e manifesto desequilíbrio de deveres e obrigações.

*Claro e certo, de conseguinte, que na apuração de haveres dos sócios retirantes deverá ser observada a **norma de pagamento parcelado**, ou seja, em 6 (seis) prestações mensais, iguais e sucessivas, com **correção monetária**, depois de apurados em liquidação de sentença, como aliás, pedido na exordial.*

*De se registrar, contudo, que o **balanço especial** referido na cláusula 11ª (décima primeira) não pode ser utilizado na hipótese vertente, porque não*

traduz em números reais, a participação dos Autores na sociedade, desequilibrando o direito das partes.

*Em caso tais, consoante iterativa jurisprudência, inobstante parcial a dissolução, deve haver a **apuração real e efetiva dos haveres dos sócios dissidentes, com conhecimento pleno do valor de mercado da universalidade dos bens** que compunham o patrimônio da sociedade, na época do fato (alteração do contrato social datada de 12-6-90), utilizando-se para tanto, todos os meios de prova aplicáveis, não se limitando a apuração, pois, a mera perícia contábil.*

Esse, aliás, é o entendimento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, conforme Aresto proferido quando do julgamento do RE nº 89.464-SP, relator designado para lavrar o acórdão Ministro Décio Miranda, cuja ementa consignou:

*'Comercial. Dissolução de sociedade limitada. Pedida a dissolução total por sócio dissidente, não é possível, em princípio decretar a dissolução parcial, com simples apuração contábil dos haveres do autor. Admitida que seja a dissolução parcial em atenção à conveniência da preservação do empreendimento, dar-se-á ela mediante forma de liquidação que a aproxime da dissolução total. Nesse caso, deve ser assegurada ao sócio retirante situação de igualdade na apuração de haveres, fazendo-se esta com a maior amplitude possível, com a **exata verificação, física e contábil, dos valores do ativo.**'*

Naquela assentada, ao proferir seu voto, com muita propriedade, asseverou o não menos eminente Ministro Moreira Alves:

'Omissus.

*Em se tratando, porém, de dissolução parcial, em que ele se retira sem se utilizar dessa faculdade voluntária, entendo que aqui deverá aplicar-se a **regra da dissolução total com referência a ele, isto é, que – como salientou o eminente Ministro Décio Miranda – seja feita, quanto a ele, a avaliação dos bens sociais, para o efeito da retirada da sua quota com base nos valores reais, e não apenas nos valores contábeis.**'*

Nesse sentido foi a orientação adotada no precedente desta Colenda Terceira Turma, de minha relatoria, onde, por sua ementa, se consignou:

'Na sociedade constituída por dois sócios, pré-morto ou retirante um deles, o critério de liquidação dos haveres, segundo a doutrina e a jurisprudência, há de ser, utilizando-se o balanço de determinação, como se tratasse de dissolução total' (Resp. nº 24.554-4 – SP – DJ de 16-11-92)." (Grifo nosso.)

Vários ensinamentos nos traz esse pronunciamento. Surge, de pronto, a distinção entre *balanço especial* e *balanço de determinação*. Aquele, elaborado pelos sócios remanescentes, normalmente, consigna *valores contábeis*, o que provoca discórdia entre os sócios. Este, consigna o acervo patrimonial a *valores de mercado*.

Outro ensinamento é quanto à forma de reembolso da quota, fixada em conformidade com o contrato social, ou seja, na forma parcelada; entretanto, como veremos em momento posterior, poderá ser determinado o reembolso em parcela única.

Aspecto merecedor de destaque e análise é o que se refere à expressão *"exata verificação, física e contábil, dos valores do ativo"*, que, aliada à expressão *"com conhecimento pleno do valor de mercado da universalidade dos bens que compunham o patrimônio da sociedade, na época do fato"*, traz consigo determinação jurisprudencial quanto aos procedimentos avaliatórios, por vezes, em determinadas situações de fato, inexecutáveis sob a óptica pericial contábil.

O comando jurisprudencial, por óbvio, supõe a existência de livros mercantis regularmente escriturados, o que permite a exata verificação contábil de tudo quanto ali consignado. Já a verificação física, em termos de existências, carrega em si um óbice, salvo melhor juízo, intransponível. A apuração de haveres sempre é operacionalizada, na imensa maioria dos casos, muito tempo depois da época do fato. Assim, proceder a inventário físico na data do evento não é operacionalizável. Tecnicamente, podemos realizar inventário na data da diligência, fazendo caminho inverso, até a época do fato, recompondo o acervo patrimonial, mediante ajustes periciais extracontábeis. A verificação física pode também ser entendida enquanto constatação do estado de conservação dos bens, ou seja, como vistoria.

No que diz respeito ao *valor de mercado da universalidade dos bens*, merece interpretação restrita, pois determinados bens, por estarem fora de linha, podem ter sua avaliação a valor de mercado prejudicada, por inexistir cotação. Ou, sob a óptica do custo/benefício, o custo de avaliação de determinado rol de bens pode ser mais oneroso que o benefício perseguido. Nessa matéria, há que haver bom-senso, verificando-se a materialidade e a relevância dos itens patrimoniais.

De qualquer modo a palavra *universalidade* traz consigo a determinação de que nenhum bem escapa do processo avaliatório, implicando, portanto, para o trabalho pericial, em procedimento preliminar de constatação dessa universalidade, inclusive, quanto aos ativos intangíveis.

Por derradeiro, é de ser registrado que os haveres apurados na data do evento são trazidos para a moeda de poder aquisitivo da época do laudo, mesmo porque a correção monetária, segundo remansosa jurisprudência, não agrega valor, apenas mantém o poder de compra original.

5.3.1.3 Documento nº 41 de 50

- STJ – SOCIEDADE CONSTITUÍDA POR DOIS SÓCIOS. SÓCIO PRÉ-MORTO CRITÉRIO DE LIQUIDAÇÃO DOS HAVERES – CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE. I – NA SOCIEDADE CONSTITUÍDA POR DOIS SÓCIOS, PRÉ-MORTO OU RETIRANTE UM DELES, O CRITÉRIO DE LIQUIDAÇÃO DOS HAVERES, SEGUNDO A DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA, HÁ DE SER, UTILIZANDO-SE O **BALANÇO DE DETERMINAÇÃO**, COMO SE TRATASSE DE DISSOLUÇÃO TOTAL. TAL MEDIDA SE IMPÕE PORQUE, NA DISSOLUÇÃO PARCIAL, GARANTE-SE AO SÓCIO REMANESCENTE CONTINUAR COM A SOCIEDADE, POR SI, COM FIRMA INDIVIDUAL OU COM ADMISSÃO DE OUTRO SÓCIO. II – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 6-10-1992. (Grifo nosso.)

No V. Acórdão de origem, ficou assentada *dissolução total* da sociedade, o que gerou a irrisignação do sócio remanescente que enseja o Recurso Especial.

Do voto em apreço, consta o V. Acórdão do Tribunal de origem, do qual transcrevemos o trecho final, *verbis*:

"A apuração de haveres não é feita somente através do balanço, mas também com inventário dos bens, nos termos do art. 660² do Código de Processo Civil antigo, aplicando-se à partilha entre o sócio remanescente e o Espólio a regra dos arts. 1.772 e seguintes do Código Civil, por força do disposto no art. 1.409 do mesmo Código. Ao contrário do que afirma o apelante, o balanço contábil que ele apresentou foi impugnado, lembrando-se aqui que a Súmula nº 265 do Egrégio Supremo Tribunal Federal, segundo a qual, na apuração de haveres, não prevalece o balanço não aprovado pelo sócio falecido, excluído ou que se retirou."

Na seqüência, do voto consta:

"Todavia, num ponto, discrepa o Julgado do entendimento jurisprudencial predominante, inclusive no STJ.

É no que se refere à dissolução da sociedade.

Nesse caso a dissolução deve ser parcial, posto que, assim, e quando se trate de sociedade instituída por dois sócios, há de se ter prevalente o interesse social.

Daí que pré-morto ou retirante um dos sócios, a sociedade continuará com suas atividades com o sócio remanescente.

Sendo certo que os haveres daquele será apurado mediante balanço de determinação ou levantamento geral, com inventário físico e contábil, o que assegura ao sócio retirante o recebimento do devido." (Grifo nosso.)

Do que se transcreveu, exsurge de forma preponderante que a apuração de haveres se processa mediante a elaboração de *balanço de determinação*, precedido de inventário físico e contábil. Notemos uma pequena variante semântica. No

² O artigo citado (inciso I) determina que o liquidante deverá proceder ao inventário dos bens e elaborar o balanço da sociedade.

pronunciamento anterior, está consignada *verificação física e contábil*; neste, *inventário físico e contábil*.

Pelo contexto decisório, nota-se uma preocupação subjacente de que os livros mercantis possam não espelhar com fidedignidade toda a universalidade dos bens patrimoniais. Por isso, o *inventário ou verificação física*. De qualquer modo, o inventário traz consigo alguns óbices já expostos anteriormente.

5.3.2 Critérios de apuração dos haveres

5.3.2.1 Documento nº 9 de 50

- STJ – SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. RETIRADA DE SÓCIO. DE ACORDO COM A DECISÃO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA, OS "HAVERES DO APELADO DEVERÃO SER APURADOS EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA DE FORMA AMPLA E ATUALIZADA." DECISÃO CORRETA, PORQUANTO OS HAVERES SÃO APURADOS COMO SE DE DISSOLUÇÃO TOTAL SE TRATASSE. 4-8-1997. (Grifo nosso.)

Para apreendermos o sentido e o alcance da Ementa, vejamos um trecho do voto do Ministro Relator:

"Relativamente ao mérito, os recorrentes estão inconformados com a maneira de se apurar os haveres do sócio retirante. Determinou a sentença o seguinte: 'a apuração dos haveres através de balanço especial, visando encontrar os haveres reais, por valor de mercado até a data do pagamento'. E foi confirmada pelo acórdão, pois, 'é evidente que tais haveres deverão ser apurados com a avaliação dos bens que integram o ativo da sociedade a preço de mercado', conforme determinado na decisão recorrida, sob pena de enriquecimento ilícito dos apelantes, em detrimento dos direitos do apelado." (Grifo nosso.)

Fixa, portanto, a forma de avaliação dos ativos a *preço de mercado*, ou seja, a valor de realização, a fim de não possibilitar enriquecimento sem causa dos

sócios remanescentes, como se de dissolução total se tratasse; vale dizer, é tecnicamente necessário ajustar os valores patrimoniais registrados nos livros mercantis, para que reflitam os valores de mercado, gerando com muita frequência ganhos de capital, obviamente, com repercussões tributárias na própria apuração de haveres, mediante constituição das respectivas provisões.

5.3.2.2 Documento nº 26 de 50

- **STJ – COMERCIAL E PROCESSUAL – DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. I – A DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE, SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO STJ, COM A LIQUIDAÇÃO DOS HAVERES DO SÓCIO RETIRANTE, É CRITÉRIO QUE TANTO GARANTE A APURAÇÃO INTEGRAL DESSES HAVERES, QUANTO PRESERVA A CONTINUIDADE DA ATIVIDADE SOCIAL DA SOCIEDADE. 29-8-1994.**
(Grifo nosso.)

Esse pronunciamento cuidou mais de determinado aspecto jurídico, qual seja, o de que a dissolução parcial da sociedade pode ser requerida por sócio, independente de *prévia tentativa amigável*, reafirmando a doutrina e jurisprudência do STJ sobre o conteúdo ementado.

5.3.2.3 Documento nº 18 de 50

- **STJ – COMERCIAL. EMPRESA POR QUOTAS. APURAÇÃO DE HAVERES. FIRMOU-SE A JURISPRUDÊNCIA DO STJ NO SENTIDO DE QUE A LIQUIDAÇÃO DOS HAVERES DO SÓCIO FALECIDO DEVE TER EM LINHA DE CONTA O *JUSTO E REAL VALOR DA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA*, COMO SE DISSOLUÇÃO TOTAL SE TRATASSE. 3-5-1994.**
(Grifo nosso.)

Esse pronunciamento tem interesse por suas próprias peculiaridades, envolvendo apuração de haveres por morte de sócio.

Para aquilatarmos o alcance do pronunciamento, do voto do Senhor Ministro Relator, vejamos o seguinte trecho:

“Por outro lado, para determinar-se o justo e real valor da participação societária em causa, torna-se mister a produção da prova pericial determinada pelo juízo, não calhando a alegação de contrariedade ao art. 668³ do Código de Processo Civil de 1939, que se refere à modalidade de pagamento. O art. 15⁴ do Decreto nº 3708/19 é inteiramente estranho ao debate.

Tal como expresso na ementa que o eminente Ministro Waldemar Sveiter escreveu para o acórdão desta Turma no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 22.352-2-SP, a jurisprudência do STJ consagrou entendimento no sentido de que o critério da apuração de haveres, no caso de sócio-retirante ou pré-morto, há de ser como de dissolução total se tratasse.”

O justo e o real valor da participação societária, em face dos pronunciamentos já abordados, exigem que a apuração de haveres deve levar em conta:

- a. o valor de mercado dos bens patrimoniais (valor real);
- b. o valor justo é aquele capaz de impedir enriquecimento sem causa dos sócios remanescentes em detrimento, no caso, dos herdeiros.

Em momento posterior deste trabalho veremos quais os bens suscetíveis de avaliação e como proceder quanto à avaliação de bens patrimoniais sem cotação de mercado, mas possuidores de valor econômico.

³ Código de Processo Civil de 1939: “Art. 668. Se a morte ou a retirada de qualquer dos sócios não causar a dissolução da empresa, serão apurados exclusivamente os seus haveres fazendo-se o pagamento pelo modo estabelecido no contrato social, ou pelo convencionado, ou, ainda, pelo determinado na sentença.”

⁴ Decreto nº 3.708, 10-1-1919: “Art. 15. Assiste aos sócios que divergirem da alteração do contrato social a faculdade de se retirarem da empresa, obtendo o reembolso da quantia correspondente ao seu capital, na proporção do último balanço aprovado...”

5.3.3 Reembolso da quota e ganhos de capital

5.3.3.1 Documento nº 14 de 50

- STJ – SOCIEDADE POR QUOTAS – RETIRADA DE SÓCIOS. APURAÇÃO DE SEUS HAVERES, COMO SE DE DISSOLUÇÃO TOTAL SE TRATASSE, SEM PREJUÍZO DA PERMANÊNCIA DA SOCIEDADE. SOCIEDADE – LEGITIMIDADE PARA A CAUSA. EMBORA A PRETENSÃO DE RETIRADA DE SÓCIO, ENQUANTO ENVOLVE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO, SÓ POSSA SER ATENDIDA PELOS REMANESCENTES, O CERTO É QUE **O PAGAMENTO DOS HAVERES FAR-SE-Á COM O PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE**. JUSTIFICA-SE SUA PRESENÇA NO PROCESSO. 14-1996. (Grifo nosso.)

Vejamos alguns trechos do voto vencedor que bem situam o ementado:

“Passa a petição de recurso a sustentar a ilegitimidade da empresa para figurar no processo. Malgrado o brilho com que exposta, a tese não merece ser acolhida. Certo que a pretensão de retirada, enquanto envolve modificação do contrato social, haveria de ser atendida pelos demais sócios e não pela sociedade. Entretanto, julgada procedente a ação, o patrimônio da sociedade, e não o pessoal dos sócios, é que arcará com o pagamento do que for devido aos que se retiram. Justifica-se, pois, sua presença no processo.

Sustentam, mais, os recorrentes que houve decisão extra petita. A sentença, confirmada pelo egrégio Tribunal teria condenado os sócios, que figuraram como réus, ao pagamento dos haveres dos recorridos, consignando o magistrado que, ‘se o patrimônio é incindível e imprescindível à execução do fim social’, caberá aos sócios remanescentes aumentar o capital.

Omissus.

A sentença mencionou realmente que caberia aos sócios restantes aumentar o capital, se não havia possibilidade fática de dividir-se o patrimônio. Não os condenou, entretanto, a fazê-lo nem declarou que

patrimônio. Não os condenou, entretanto, a fazê-lo nem declarou que houvessem de responder como seus próprios bens, pelo pagamento dos haveres dos dissidentes. Trata-se de observação feita de passagem, sem qualquer conteúdo condenatório. Indicou-se um caminho para a solução do problema, suscitados pelos réus, sem prejuízo de que outro pudesse ser adotado."

Em outro trecho do voto consta que:

"Não se determinou realmente a liquidação da sociedade. A chamada dissolução parcial significa que se haverá de apurar o devido aos sócios que se retiram, como se de dissolução total se tratasse. Constitui critério para estabelecer o valor a ser pago.

A jurisprudência deste Tribunal, em relação ao ponto, é firme. Assim decidiu esta Turma no julgamento do Resp 37702, relatado pelo Ministro Waldemar Zveiter (DJ de 13-12-93):

'COMERCIAL – SOCIEDADE CONSTITUÍDA POR SÓCIOS DIVERSOS – DISSOLUÇÃO PARCIAL – CRITÉRIO DE APURAÇÃO DOS HAVERES.

I. Na empresa constituída por sócios diversos, retirante um deles, o critério de liquidação dos haveres, segundo a doutrina e a jurisprudência, há de ser, utilizando-se o balanço de determinação, como se tratasse de dissolução total. II. Precedentes do STJ. III. Recurso não conhecido.'

No mesmo sentido os julgados no Recurso Especial 49.336 (DJ 17-10-94) e no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 22.235 (DJ de 16-11-92)."

Esse pronunciamento tem o mérito de colocar questão muitas vezes olvidada quando da apuração de haveres, qual seja, os ganhos de capital.

À medida que os haveres são solvidos com o patrimônio da sociedade e como o acervo patrimonial é avaliado a valores de mercado, é recorrente o surgimento de ganhos de capital a serem tributados na pessoa jurídica da sociedade. Portanto, esse pronunciamento afirma, implicitamente, a necessidade técnica de o perito em contabilidade proceder à constituição de provisões para

cobertura dos encargos tributários sobre ganhos de capital, deduzindo o *quantum* apurado do patrimônio líquido da sociedade avalianda.

Não constituídas as provisões, a sociedade avalianda arcará com todo o ônus tributário, beneficiando, indevidamente, o sócio retirante (dissidente ou excluído) ou os herdeiros do sócio pré-morto, já que os haveres apurados estarão superavaliados, causando descapitalização indevida da sociedade, em prejuízo dos sócios remanescentes.

A aventada solução de sócios remanescentes aumentarem o capital para fazer frente à liquidação dos haveres dos sócios retirantes, à medida que o patrimônio da sociedade era *incindível e indivisível*, é curiosa em seus aspectos técnicos.

Seria uma forma de gerar liquidez à sociedade por aumento de capital, cuja disponibilidade advinda dos sócios remanescentes seria utilizada para aquisição das quotas do sócio retirante pelo valor avaliado; seria desnecessário reconhecer qualquer ganho de capital na sociedade, permanecendo as quotas em tesouraria. Os sócios remanescentes poderiam: (a) repassar essas quotas para novo sócio; ou (b) adquirirem essas quotas. Não podem reduzir o capital social, por força do contido no art. 8º, Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, mas podem reduzir a quantidade de quotas representativas do capital social, aumentando o respectivo valor unitário.

Talvez solução menos onerosa, desde que existam recursos livres disponíveis, será a sociedade adquirir as quotas dos sócios retirantes,⁵ deixando-as em tesouraria, as quais poderão ser adquiridas, futuramente, pelos sócios remanescentes ou por terceiros que vierem a integrar-se à sociedade.

Vislumbra-se nesse procedimento a possibilidade, em face do valor transacionado, do surgimento de Patrimônio Líquido Negativo originário do não-reconhecimento dos eventuais ganhos de capital, afetando, eventualmente, os limites de crédito perante fornecedores e instituições financeiras.

⁵ Decreto nº 3.708, de 10-1-1919: "Art. 8º. É lícito às sociedades a que se refere esta lei adquirir quotas liberadas, desde que o façam com fundos disponíveis e sem ofensa do capital estipulado no contrato. A aquisição dar-se-á por acordo dos sócios, ou verificada a exclusão de algum sócio remisso, mantendo-se intato o capital durante o prazo da sociedade."

REQUIÃO assim se posiciona:

*"Os haveres do sócio, uma vez apurados, constituem crédito deste contra a sociedade. O valor das quotas, se lhe for restituído, importará na diminuição do capital social. Pode, todavia, como já se estudou no nº 266, supra, a sociedade adquirir essas quotas, bem como os demais sócios, sem alteração do capital social."*⁶

O entendimento de REQUIÃO quanto ao valor de as quotas reembolsadas importarem na diminuição do capital social merece ser comentado, à medida que o eminente jurista entende que

*"se o balanço não tiver sido aprovado, se os valores contábeis do ativo, sobretudo do imobilizado, forem desatualizados, de forma a empobrecer indevidamente o sócio retirante, os tribunais têm entendido dever apurar-se esses haveres num balanço de determinação, atualizando-se aquele ativo, de forma a proceder-se a uma justa apuração dos haveres".*⁷

Avaliado o acervo patrimonial a valores de mercado como manda a jurisprudência, os haveres do sócio retirante não serão coincidentes com o valor de sua parcela do capital social consignada nos livros societários. Em outras palavras, o valor das quotas assim avaliadas poderá ser maior que o valor da respectiva participação no capital social, inclusive a parcela correspondente à *Reserva de correção monetária* se houver. A parcela dos lucros acumulados correspondente poderá, também, ser insuficiente à cobertura do crédito.

Não podemos olvidar que, nos procedimentos judiciais, os ajustes avaliatórios levados a termo pelo *expert* em contabilidade e que resultam no *balanço de determinação* são efetuados fora dos livros mercantis e em época posterior ao evento.

Assim, quando a sociedade honrar o crédito perante o ex-sócio ou herdeiros, terá que consignar em seus registros contábeis os ganhos de capital reconhecidos e homologados judicialmente, submetendo-os à tributação federal. Só

⁶ Rubens REQUIÃO, *Curso de direito comercial*, v. 1, p. 352.

⁷ *Ibidem*, p. 352.

assim será possível reduzir proporcionalmente o patrimônio líquido correspondente ao valor dos haveres pagos pela sociedade. Terá que honrar, ainda, os acréscimos de correção monetária e dos juros fixados em sentença, calculados sobre o montante dos haveres apurados.

TRINDADE FILHO, um dos autores da obra citada na nota de rodapé, discorrendo sobre a utilização do seguro de vida no processo de sucessão em pequenos negócios, por falecimento de sócio, quando sucedem problemas com os herdeiros, diz:

*"Assim, surgiu a idéia de se contratar (sic) seguros de vida para todos os sócios dessas pequenas empresas, onde a empresa contratava o seguro e também ela era definida como beneficiária das indenizações em caso de morte de algum dos seus sócios. Ocorrendo o falecimento, a empresa recebia a indenização e a utilizava para aquisição da quota-parte que aquele sócio havia deixado para seus herdeiros, eliminando este sério problema."*⁸

Entretanto, tal possibilidade resultava infrutífera, à medida que a indenização passava a integrar o patrimônio líquido da sociedade a ser partilhado.

De qualquer modo, é pertinente observar que os sócios retirantes, dissolvida parcialmente a sociedade, passam os mesmos para a posição de credores da sociedade, não tendo nenhuma obrigação de financiar a sociedade.

⁸ Antonio Carlos CORTESE et al., *Patrimônio e sucessão: como garantir os herdeiros e os negócios*, p. 114.

5.3.4 Forma de pagamento da quota e *goodwill*

5.3.4.1 Documento nº 15 de 50

- STJ – SOCIEDADE COMERCIAL. DISSOLUÇÃO PARCIAL. I – A AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DEVE SER PROMOVIDA PELO SÓCIO RETIRANTE CONTRA A SOCIEDADE E OS SÓCIOS REMANESCENTES, EM LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. II – DECIDINDO AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS INEXISTIR PREVISÃO CONTRATUAL PARA A RETIRADA MOTIVADA, APLICA-SE A REGRA DO ART. 668 DO CPC/39, EM VIGOR POR FORÇA DO DISPOSTO NO ART. 1.218, VII DO CPC/73, A FIM DE SER EFETUADA A APURAÇÃO DOS HAVERES NA FORMA DETERMINADA NA SENTENÇA, ATRAVÉS DE **BALANÇO ESPECIAL E PAGAMENTO EM UMA ÚNICA PARCELA**. III – **INCLUI-SE O FUNDO DE COMÉRCIO E O FUNDO DE RESERVA** INSTITUÍDO PELA VONTADE DOS SÓCIOS, ENTRE OS HAVERES A SEREM CONSIDERADOS NO BALANÇO ESPECIAL. 4-4-1996. (Grifo nosso.)

Esse pronunciamento enseja e coloca questões de muita pertinência no campo técnico. Estamos referindo-nos à determinação de apuração mediante balanço especial, ou *balanço de determinação*, bem como à ordem de inclusão do *fundo de comércio e fundo de reserva* (sic). E, por fim, com conseqüências relevantes para a vida da sociedade, a determinação do pagamento dos haveres em parcela única.

Para bem situar o contexto decisório, é oportuno destacar alguns trechos do voto do Senhor Ministro Relator.

Quanto ao pagamento dos haveres em parcela única, ficou assentado no voto:

“Quanto ao modo de pagamento dos haveres do sócio em dissídio, aplica-se a mesma regra: à falta de disposição contratual e de convenção entre as partes, o pagamento será efetuado de acordo com o ‘determinado na sentença’ (art. 668 do CPC/39, em vigor por força do disposto no art. 1.218,

VII, do CPC/73). Tendo a sentença determinado que o pagamento fosse feito de uma única vez, pelas razões ali expostas, não encontro nisso ilegalidade.”

Quanto aos critérios de avaliação e à inclusão do fundo de comércio e fundo de reserva, do voto consta:

“d) os réus reclamam da imprecisão do acórdão quanto aos critérios objetivos a serem adotados pelo perito para a apuração dos haveres. Essa omissão, porém, não está nos julgados, que se preocuparam em explicitar:

‘Cabe destacar que o ativo da sociedade deve ser avaliado por justo preço, sem se importar com a denominação que se possa emprestar à forma de apuração do preço. Relevante consignar que o valor atualizado do bem não será aquele obtido por simples aplicação do índice de correção monetária. Será estabelecido por profissional qualificado, que realizará as diligências sem perder de vista os critérios técnico-científicos que norteiam a avaliação. Assim o valor do bem não será o decorrente do preço especulativo, mas não podem, também, ser ignoradas as normas de mercado que fixam os preços dos bens (sentença, fls. 207).’

Mais não era preciso dizer, além do que constou do v. acórdão, na parte antes transcrita, para orientar o levantamento dos valores.

e) O fundo de comércio e o fundo de reserva instituído pela vontade dos sócios integram o patrimônio da sociedade e, por isso, devem ser considerados na avaliação. Se excluídos, enriqueceriam o patrimônio dos sócios remanescentes, em prejuízo do retirante, que também contribuiu, com a sua quota e participação social, para a formação dos dois fundos.

Os recorrentes demonstraram a existência do dissídio, nesse ponto, mas a argumentação favorável aos recorridos é a mais convincente, pois é inegável a **patrimonialidade do fundo de comércio**, que a jurisprudência

tem considerado para a apuração dos haveres dos sócios ou de seus herdeiros.” (Grifo nosso.)

Comentando os trechos do voto vencedor, sob a óptica contábil, pode-se observar que as determinações aí contidas são muito claras quanto aos critérios avaliatórios, desprezando os valores contábeis e afirmando os valores de mercado como os determinantes na apuração de haveres.

Determina expressamente a inclusão do fundo de comércio, reconhecendo no mesmo *patrimonialidade*, e ainda o que é denominado de *fundo de reserva*, que tecnicamente, poderia ser chamado de *reserva de lucros*, por força da Lei nº 6.404/76. Na verdade, a expressão *fundo de reserva* era utilizada, quando em vigor o Decreto nº 2.627,⁹ de 26 de setembro de 1940.

Sob a óptica contábil, desnecessária a determinação de incluir as reservas, ou, na terminologia anterior, *fundo de reserva*; basta determinar a avaliação dos ativos e passivos, a valores de mercado, que do respectivo confronto surge, de pronto, o patrimônio líquido da sociedade avalianda.

No que se refere ao pagamento em parcela única, trata-se na verdade de omissão contratual, a qual foi sanada na sentença. Não obstante tal aspecto, dependendo da parcela patrimonial em jogo, poderá ter alto impacto, podendo até comprometer a própria continuidade societária.

É questão sem qualquer ressonância nos trabalhos periciais contábeis, pois não compete ao perito em contabilidade entrar no mérito daquilo que se debate no processo judicial, salvo se instado pelo magistrado a apresentar estudo relativo ao impacto do pagamento único sobre a estrutura de capitais e nível de atividade da sociedade avalianda.

⁹ Decreto nº 2627/40: “Art. 130. Dos lucros líquidos verificados far-se-á, antes de qualquer outra, a dedução de cinco por cento, para a constituição de um fundo de reserva, destinado a assegurar a integralidade do capital. Essa dedução deixará de ser obrigatória logo que o fundo de reserva atinja 20% (vinte por cento) do capital social, que será reintegrado quando sofrer diminuição.” (Grifo nosso.) Essa destinação do lucro, com o advento da Lei nº 6.404/76, passou a denominar-se Reserva legal.

5.3.4.2 Documento nº 43 de 50

- STJ – CIVIL. DISSOLUÇÃO PARCIAL. APURAÇÃO DE HAVERES. FORMA DE PAGAMENTO. VALOR DA CONCESSÃO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. 1. NÃO CABE REINTERPRETAR CLÁUSULAS CONTRATUAIS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL (SÚMULA 05/STJ). 2. NA APURAÇÃO DE HAVERES, PARA O PAGAMENTO A SÓCIO QUE É AFASTADO, SEM EXTINÇÃO DA SOCIEDADE, INCLUI-SE O **VALOR DA CONCESSÃO** PARA COMERCIALIZAR PRODUTOS EM DETERMINADA ÁREA TERRITORIAL. 4-8-1992. (Grifo nosso.)

Esse pronunciamento traz à baila a determinação de considerarmos, entre outros, um dos componentes dos ativos intangíveis da sociedade, no caso, o contrato de concessão de marca, também conhecido por *bandeira*.

Para apreendermos o contexto decisório, transcrevemos parte do trecho do Voto da lavra do Senhor Ministro Waldemar Zveiter, *verbis*:

“Esse segundo aspecto – o da chamada ‘bandeira’ – foi tormentoso antes do advento da Lei 6.729, mas ele diz respeito exclusivamente à relação jurídica entre o concedente e o concessionário. Esse ponto foi tormentoso, porque se admitia que, em uma ruptura violenta da concessão, esta, antes da existência da Lei – porque assim sustentavam os concedentes –, não havia de integrar fundo de comércio com o valor real, uma vez que esses cessionários usufruíam do próprio poder da marca.

*Na verdade, a Lei 6.729 veio regulamentar essa espécie, e hoje não mais se discute ser ou não possível, porque, em realidade, não se haverá de considerar exclusivamente o detentor da marca como senhor desse valor imponderável, que **integra o fundo de comércio, não propriamente pela marca, mas pelos serviços que também presta o concessionário.** Não é o simples fato da existência da marca que seleciona determinada clientela que integra um fundo de comércio, senão a própria realização de serviços, tais como o de mecânica, de reparos, de manutenção de veículos, como*

também o bom trato, a aparência da loja, o trato dos vendedores no atendimento aos cliente, a oferta de determinadas vantagens, requisitos e confortos. Todos esses são bens imponderáveis que devem integrar o fundo de comércio e não exclusivamente a marca ou a chamada 'bandeira'.

De sorte que esse valor imponderável é aferível, e isso, sem dúvida, foi o que se realizou e concedeu a sentença, confirmada pelo acórdão, atribuindo-lhe um valor". (Negrito nosso.)

De nossa parte, cabe dizer tratar-se o contrato de concessão de um ativo intangível com valor econômico mensurável, considerando, entre outros aspectos, a quota estipulada em confronto com a quota e a margem de comercialização realizadas.

5.3.5 Reembolso da quota e avaliação de sociedades controladas e coligadas

5.3.5.1 Documento nº 17 de 50

- STJ – COMERCIAL. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE. TRATANDO-SE DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE POR QUOTAS, NÃO SE APLICA O CRITÉRIO ESTABELECIDO NO PARÁGRAFO 1º DO ART. 45 DA LEI Nº 6.404, DE 1976,¹⁰ QUE É PARA A DETERMINAÇÃO DO VALOR DE REEMBOLSO DAS AÇÕES AO ACIONISTA DISSIDENTE. IMPÕE-SE, EM TAL HIPÓTESE, DETERMINAR O **VALOR REAL DAS AÇÕES DE SOCIEDADE ANÔNIMA** QUE INTEGRAM O PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE POR QUOTAS PARCIALMENTE DISSOLVIDA, NA MEDIDA EM QUE A APURAÇÃO DE HAVERES DEVE SER PROCEDIDA COMO SE DE DISSOLUÇÃO TOTAL SE TRATASSE. 6-6-1995. (Grifo nosso.)

Esse pronunciamento marca posição, distinguindo *apuração de haveres* do direito de recesso e *reembolso de ações* a acionista dissidente, temas juridicamente diferenciados e, por isso, importantes quando da apuração de haveres, envolvendo

¹⁰ Lei nº 6.404/76: "Art. 45. O reembolso é a operação pela qual, nos casos previstos em lei, a companhia paga aos acionistas dissidentes de deliberação da assembléia geral o valor de suas ações."

sociedade limitada, controladora (*holding*) de outras sociedades, entre as quais sociedades anônimas.

Vejamos determinado trecho do voto que ilustra a questão:

“Uma coisa é o direito de recesso assegurado ao acionista dissidente, cujo exercício implica o reembolso por valor pelo menos correspondente ao patrimônio líquido das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela assembléia geral, bem outra, entretanto, é a dissolução parcial de sociedade por quotas, caso em que, segundo remansosa jurisprudência, a apuração de haveres deve ser procedida como se de dissolução total se tratasse.

Sendo assim, impõe-se determinar o valor real das ações de sociedade anônima que integram o patrimônio da sociedade por quotas parcialmente dissolvidas, mediante balanço especial, tal como entendeu o v. acórdão recorrido.” (Grifo nosso.)

Nessa situação fática, dando cumprimento ao comando jurisprudencial, é de se proceder à avaliação, iniciando-a a partir da base da pirâmide societária, percorrendo caminho de subida, avaliando as sociedades (anônimas ou limitadas) existentes entre a base e a controladora, a valores de mercado, desenvolvendo procedimentos técnicos de equivalência patrimonial que irão refletir-se no *balanço de determinação* da sociedade avalianda.

Apurar os haveres de sócio retirante ou falecido de sociedade limitada controladora implica, em face do comando jurisprudencial, avaliar todas as sociedades controladas, direta ou indiretamente, a valores de mercado.

5.3.5.2 Documento nº 29 de 50

- **STJ – SOCIEDADE POR QUOTAS – TRANSFORMAÇÃO EM ANÔNIMA – RETIRADA DE SÓCIO – APURAÇÃO DE HAVERES. DANDO-SE A RETIRADA EXATAMENTE EM RAZÃO DE O SÓCIO DISCORDAR DA TRANSFORMAÇÃO, *INCIDEM AS NORMAS QUE CUIDAM DAS EMPRESAS POR QUOTAS* E NÃO DAS ANÔNIMAS. DECRETO 3.708/19 – ART. 18 – A APLICAÇÃO DAS REGRAS, PERTINENTES ÀS SOCIEDADES ANÔNIMAS É SUBSIDIÁRIA, DEVENDO AS RELAÇÕES ENTRE OS SÓCIOS SE REGULAR, ANTES PELO CONTRATO SOCIAL. A DETERMINAÇÃO CONSTANTE DO ART. 15 DO DECRETO 3.708, DE QUE A APURAÇÃO SE FARÁ PELO ÚLTIMO BALANÇO APROVADO NÃO IMPEDE QUE, NO CONTRATO, DISPONHAM OS SÓCIOS DE FORMA DIVERSA. NA INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS SÃO SOBERANAS AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, NÃO PODENDO A MATÉRIA SER REVISTA NO ESPECIAL. 9-8-1994. (Grifo nosso.)**

Esse pronunciamento tem interesse para este trabalho. Se o sócio resistir à transformação de sociedade por quotas em sociedade anônima, aplicam-se as regras que disciplinam a sociedade original.

Consta do voto do Senhor Ministro Relator ser inaplicável apurar os haveres como disposto no art. 15 do Decreto nº 3.708/19, ou seja, pelo último balanço aprovado, já que os sócios, no contrato social, dispuseram de modo diferente. Nesse sentido, veja-se parte do voto, *verbis*:

“No caso em julgamento, o acórdão recorrido acertadamente afirmou que haveria de ser levantado um balanço especial, porque assim previsto no contrato.”

E acrescentou o acórdão recorrido:

“Não parece justo e nem consentâneo com as vontades dos sócios, nos contratos referidos, que a sua retirada, prevista contratualmente, se dê por valores meramente escriturais. A convenção, em todos os contratos, de um balanço especial para o caso, ainda que se interpretando no sentido de

*que se trata de um balanço fora do tempo regular previsto no art. 10, § 4º, do velho Código Comercial, tem sua razão de ser. Pretende-se um **balanço atual!** Não se vê como esta atualidade não diga respeito a que os valores sejam efetivamente **reais** ao tempo, ou **valores de mercado** como postulam os Apelantes.*

Devendo a questão resolver-se nos termos em que pactuado, o mais diz com a interpretação do contrato, e nisso são soberanas as instâncias ordinárias.

Vale notar, ainda, que a tendência doutrinária e jurisprudencial é no sentido de assegurar ao sócio, que se retira da sociedade, receber o valor de sua quota com base em apuração de haveres que encontre valores reais e não apenas contábeis. (...) E Requião assinala 'que o juiz ao verificar a desatualização dos valores do balanço tem o arbítrio de determinar que a apuração dos haveres seja efetuada pelos valores reais, e não pelos valores contabilizados' (Curso de direito comercial – Saraiva – 17. ed. – 2º v. – p. 274)." (Grifo nosso.)

Novamente, deparamo-nos com comando que determina a apuração dos haveres pelos valores de mercado dos componentes patrimoniais.

5.3.5.3 Documento nº 34 de 50

- STJ – COMERCIAL. EMPRESA POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE. TRANSFORMAÇÃO EM EMPRESA ANÔNIMA POR VONTADE DO SÓCIO MAJORITÁRIO. RETIRADA DOS SÓCIOS DISSIDENTES. – DISSOLUÇÃO PARCIAL, COM PAGAMENTO DOS HAVERES TAL COMO SE DE DISSOLUÇÃO TOTAL TRATASSE, EM FACE DAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. – DECISÃO QUE NÃO IMPLICOU OFENSA AOS ARTS. 20 DO CÓDIGO CIVIL, 291 E 302 DO CÓDIGO COMERCIAL E 668 DO CPC DE 1939. – AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. 14-12-1993. (Grifo nosso.)

Trata-se de pronunciamento em Recurso Especial originário do Rio Grande do Sul, no qual dois sócios minoritários, não concordando com a transformação societária, propuseram perante a sociedade e o sócio majoritário ação de cobrança de seus haveres.

A questão veio à instância superior por conta da resistência do sócio majoritário. A matéria foi abordada apenas em seus aspectos jurídicos, entretanto, entende-se oportuna a transcrição da decisão do Tribunal de origem:

"No atinente ao art. 20 do Código Civil, consoante o qual as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros, não houve afirmação em contrário, pois o voto condutor justificou, sem arranhão a qualquer comando legal, a legitimidade passiva do sócio majoritário, verbis:

'Precisamente fincado na circunstância é que o sócio remanescente se justifica para não efetuar a apuração dos haveres dos retirantes e, pois, para não atender ao respectivo pagamento.

Ora, se assim é, não há falar-se em regramento do recesso segundo as normas da Lei das Sociedades Anônimas, posto que tal não é a natureza da que fazem parte os Autores e ... [nome do réu]. São eles integrantes, ainda, da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, pois jamais anuíram na transformação a despeito das equivocadas referências da inicial e das cartas que antes haviam endereçado ao sócio remanescente.

Omissus.

*No que toca à apuração dos haveres, correta a fundamentação da sentença ao determinar a efetuação de **balanço especial**, com **ampla apuração dos valores físicos e contábeis** da sociedade, com a pertinente perícia, como se de dissolução total se tratasse e justamente pelas peculiaridades da espécie, em que desponta a circunstância de serem três os componentes da sociedade, dois dos quais são os retirantes. Que se retirem inconformados com a imposição do sócio majoritário a respeito do novo tipo jurídico da sociedade. Não é justo que*

o causador do dissenso colha sozinho os frutos produzidos pela sociedade.” (Grifo nosso.)

É notório que os Tribunais de Justiça Estaduais vieram ao longo do tempo construindo jurisprudência quanto aos paradigmas avaliatórios. Esse Acórdão retrotranscrito é prova disso.

5.3.5.4 Documento nº 11 de 50

- STJ – SOCIEDADE ANÔNIMA. EXCLUSÃO DE SÓCIO. APURAÇÃO DE HAVERES. HIPÓTESE QUE MAIS SE APROXIMA DO RESGATE QUE DO REEMBOLSO. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE NO FATO DE DETERMINAR-SE SEJAM OS HAVERES DOS EXCLUÍDOS APURADOS MEDIANTE **APURAÇÃO DO VALOR REAL DO ATIVO E PASSIVO** DA SOCIEDADE. 25-3-1997. (Grifo nosso.)

Trata-se de pronunciamento deveras singular que aborda a *apuração de haveres em sociedade anônima*, pela exclusão de acionista. Para percebermos as peculiaridades do caso em tela, é oportuno verificar alguns trechos do voto do Senhor Ministro Relator, *verbis*:

“Não se me afigura que a hipótese possa ser assimilada ao reembolso, de que cuida aquela norma, e que se faz em caso de exercício do direito de recesso. Não se cuida aqui de retirada voluntária do acionista dissidente de deliberação societária, mas de exclusão de sócios. O caso antes se assemelha ao resgate. E para esse já decidiu esta Turma não contrariar a lei ‘a decisão que, à mingua de disposição estatutária, determinou que o preço tivesse em conta o patrimônio líquido, não simplesmente por sua expressão contábil, mas como apurado, em vista dos valores reais, consoante o mercado’ (Resp 63.378, DJ 9-10-1995).

Omissus.

O caso, entretanto, não é de reembolso, que se liga ao direito de recesso. E esse supõe que a retirada do sócio se faça em virtude de sua dissidência de

deliberação da assembléia, pertinente a alguma das hipóteses previstas em lei. O acionista, em tal caso, elege a solução que lhe pareça mais adequada. Poderá permanecer na sociedade, malgrado em desacordo com o que foi decidido, ou optar pela saída.

O caso é peculiar. Procedeu-se à exclusão dos sócios que haviam postulado a dissolução da sociedade. A saída foi forçada. Não se discute aqui se isso era ou não juridicamente possível. Apenas se questiona a respeito do cálculo do valor a ser pago aos excluídos. Ora, como salientado na decisão que julgou o agravo de instrumento, a espécie muito mais se aproxima do resgate, dado seu caráter forçado.” (Grifo nosso.)

No caso vertente, o pronunciamento jurisprudencial determinou que a participação societária dos acionistas expulsos fosse avaliada *como se apuração de haveres fosse*, apurando-se o patrimônio líquido a valores de mercado dos componentes patrimoniais, abandonando-se, portanto, a expressão contábil dos mesmos.

5.3.6 Perícia contábil em apuração de haveres

5.3.6.1 Documento nº 20 de 50

- STJ – AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. – ACÓRDÃO QUE, NA APURAÇÃO DE HAVERES, **ACOLHEU O VALOR ARBITRADO PELO PERITO JUDICIAL**. MATÉRIA DE PROVA, INSUSCETÍVEL DE REEXAME EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. – VALORAÇÃO DE PROVA. CONCEITO. PREQUESTIONAMENTO – AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 11-4-1995. (Grifo nosso.)

Esse pronunciamento suscita interesse por abordar a fixação dos haveres por arbitramento pericial, mas sem possibilidade de modificação em sede de recurso especial, em face do ordenamento jurídico pátrio.

A fixação de valor por meio de arbitramento é procedimento processual de liquidação de sentença, previsto no art. 606, Código de Processo Civil, quando a sentença não determina o valor da condenação.

Por isso, requerida ou determinada a liquidação por arbitramento, o magistrado¹¹ procede à nomeação de perito em contabilidade para, por meio do laudo de arbitramento, dar liquidez à sentença.

Cabe aqui trazer para o debate a NBC T 13 – Da Perícia Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que dispõe o quanto segue:

“o arbitramento é a determinação de valores ou solução de controvérsia por critério técnico”.

Trata-se de procedimento pericial contábil de alta responsabilidade técnica, pois compete ao profissional perito definir as premissas e critérios a serem adotados. Referido procedimento não autoriza ao perito em contabilidade ser arbitrário. Há que justificar, categoricamente, como obteve o valor fixado.

5.3.7 Atualização monetária e juros em apuração de haveres

5.3.7.1 Documento nº 10 de 50

- **STJ – SÓCIO. FALECIMENTO. APURAÇÃO DE HAVERES. LEVANTAMENTO DE TODOS OS VALORES DEVIDOS, NÃO SE JUSTIFICANDO REMETER-SE A OUTRO PROCESSO A DECISÃO DE QUESTÕES A ISSO PERTINENTES. INFRAÇÃO DO ART. 458 DO CPC. JUROS. LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE DE SEREM INCLUÍDOS NA LIQUIDAÇÃO, EMBORA A ELES NÃO SE TENHA FEITO REFERÊNCIA NA SENTENÇA. TERMO INICIAL. OBRIGAÇÃO ILÍQUIDA. NÃO SE TRATANDO DE ILÍCITO ABSOLUTO, *FLUEM* DA CITAÇÃO. 15-4-1997. (Grifo nosso.)**

¹¹ Código de Processo Civil de 1973: “Art. 607. *Requerida a liquidação por arbitramento, o juiz nomeará o perito e fixará o prazo para a entrega do laudo.*”

Esse pronunciamento, no que se refere ao campo contábil, abordou, inicialmente, a inclusão de investimentos de sociedade coligada, não considerada na avaliação, o que ensejou perícia contábil complementar, tendo o Senhor Ministro Relator exposto que *"a apuração de haveres não poderia se limitar à empresa de que era sócio o de cujus, devendo estender-se àquelas outras em que tinha ela participação no capital"*, acrescentando, mais adiante, que *"a totalidade dos haveres do espólio seria fixada após a realização da perícia"*.

Na seqüência, diz:

"Devem-se efetivamente afastar os acréscimos patrimoniais posteriores ao óbito, pois já ficou decidido, preclusivamente, que os valores se reportarão à época em que aquele ocorreu. Entretanto, não pode ficar sem resposta a pretensão de que sejam incluídos todos os bens imóveis, ainda que não constantes de registros contábeis, bem como de que se tenha em conta o valor real e não apenas o correspondente a tais lançamentos."

Esse trecho do voto coloca dois aspectos de relevância na apuração de haveres, quais sejam: (a) as variações patrimoniais posteriores ao evento são desconsideradas; e (b) todos os bens patrimoniais da sociedade, independente de registro contábil, são considerados e incluídos no processo avaliatório pericial.

Por isso, em outros pronunciamentos analisados em momentos anteriores, viu-se explicitada a determinação de inventário físico e contábil do acervo patrimonial.

No que se refere à atualização monetária, a questão foi tratada no voto assim:

"Vale, entretanto, salientar a importância de que se proceda à correção. Assim é que, no caso em exame, se nenhum se fizer, seja no período anterior, seja no período posterior à Lei 6.899/81, o resultado será o de que esse processo inteiro terá redundado em nada, pois nada terá a receber o espólio. Não se corrigindo a importância da condenação, essa corresponderá a bem menos de um centavo, não podendo ser saldada. Todo o acervo representado pelos haveres do sócio falecido, em lugar de

passar a seus herdeiros, iria integrar, [em] última análise, o dos remanescentes."

O último item enfrentado tratou dos juros, tendo ficado consignado no voto o quanto segue:

"Examino, por fim, o especial que ataca o acórdão, relativo aos declaratórios, na parte em que determinou fossem contados juros a partir da citação.

Não houve, aí, ofensa a coisa julgada. Os juros não haviam sido negados, podendo ser incluídos, já que se trata de acessório. Nesse sentido a Súmula 254¹² do Supremo Tribunal Federal."

Desse pronunciamento colhem-se, em síntese, diretrizes quanto à inclusão, no processo contábil de apuração de haveres, de todo o acervo patrimonial existente à época do evento, inclusive participações societárias em sociedades coligadas, excluídas as variações posteriores à data do evento; os haveres sofrem atualização monetária desde a época do evento, tudo acrescido de juros contados a partir da citação.

5.3.7.2 Documento nº 25 de 50

- **STJ – SOCIEDADE COMERCIAL. APURAÇÃO DE HAVERES DO SÓCIO RETIRANTE. CONDENAÇÃO PELA QUAL RESPONDE O SÓCIO REMANESCENTE. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. JUROS DE MORA. ÉPOCA DE FLUÊNCIA. TRATANDO-SE DE OBRIGAÇÃO ILÍQUIDA, *CONTAM-SE OS JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL* PARA A AÇÃO. SÚMULA Nº 163-STF. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO, EM PARTE, E PROVIDO. 11-10-1994. (Grifo nosso.)**

¹² Súmula STF nº 254: *"Incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omissa o pedido inicial ou a condenação."*

Do voto colhemos, como no pronunciamento anterior, todo o entendimento quanto ao início da fluência dos juros moratórios em processos que envolvem apuração de haveres. Vejamos alguns trechos:

“Ora, se a obrigação é ilíquida, contam-se os juros de mora desde a citação inicial para a ação, computados sobre o capital determinado pela sentença.

Omissus.

Eis por que, fixado pela sentença de liquidação o valor pecuniário, os efeitos da mora retrotraem à época inicial da ação.”

Portanto, ao perito em contabilidade, quando nomeado na fase de liquidação de sentença para apuração de haveres de sócio retirante, compete, além da fixação dos haveres mediante o *balanço de determinação*, proceder ao cálculo de juros moratórios como fixado na sentença.

5.3.8 Outros pronunciamentos

São apresentadas, a seguir, as **ementas** restantes que completam todo o universo da jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça sobre apuração de haveres pesquisada, pela ordem das mais recentes para as mais anteriores.

5.3.8.1 Supremo Tribunal de Justiça

Documento nº 3 de 50

- **STJ – DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE. PAGAMENTO DOS HAVERES DO SÓCIO RETIRANTE. CONTRATO SOCIAL. PRECEDENTES DA CORTE.** 1.- NA LINHA DE PRECEDENTES DA CORTE, “NÃO HÁ RAZÃO PARA NEGAR EFICÁCIA À CLÁUSULA CONTRATUAL QUE ESTABELECEU DEVEREM OS **HAVERES** DO SÓCIO QUE SE RETIRA SER **PAGOS EM PARCELAS**”. 2. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. 12-5-1998. (Grifo nosso.)

Documento nº 4 de 50

- STJ – SOCIEDADE COMERCIAL. DISSOLUÇÃO. MORTE DO SÓCIO. EMBORA CONSTITUÍDA POR APENAS DOIS SÓCIOS, E HAVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE O SÓCIO REMANESCENTE E OS HERDEIROS DO PRÉ-MORTO, NÃO CABE A EXTINÇÃO DA SOCIEDADE, MAS APENAS A SUA “DISSOLUÇÃO PARCIAL”, COM **APURAÇÃO DOS HAVERES** DEVIDOS AO ESPÓLIO ATRAVÉS DE **BALANÇO ESPECIAL**. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E PARCIALMENTE PROVIDO. 18-12-1997. (Grifo nosso.)

Documento nº 5 de 50

- STJ – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE. RETIRADA DE SÓCIO. APURAÇÃO DE HAVERES. 1. O ACÓRDÃO EMBARGADO, CUIDANDO DA **RETIRADA DO SÓCIO** E DA **FORMA DE PAGAMENTO, PARCELADA OU DE UMA ÚNICA VEZ**, MANTEVE-SE DENTRO DOS LIMITES JURÍDICOS DA DEMANDA. 2. CONFERE-SE EFEITO MODIFICATIVO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO APENAS QUANDO HOVER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE, CUJA SOLUÇÃO DÊ ENSEJO À REFORMA DO ACÓRDÃO EMBARGADO. 3. ATENDIDO O PEDIDO PRINCIPAL DO AUTOR, O NÃO-ACOLHIMENTO DE PEDIDO SECUNDÁRIO NÃO CARACTERIZA A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. 4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 25-11-1997. (Grifo nosso.)

Documento nº 8 de 50

- STJ – DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE. PAGAMENTO DOS HAVERES DO SÓCIO RETIRANTE. CONTRATO SOCIAL. PRECEDENTES DA CORTE. 1. NA LINHA DE PRECEDENTES DA CORTE “*NÃO HÁ RAZÃO PARA NEGAR EFICIÊNCIA À CLÁUSULA CONTRATUAL QUE ESTABELECEU DEVEREM OS HAVERES DO SÓCIO QUE SE RETIRA SER PAGOS EM PARCELAS*”. 2. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. 25-11-1997. (Grifo nosso.)

Documento nº 6 de 50

- STJ – DIREITOS COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE MERCANTIL. EXTINÇÃO DA *AFFECTIO SOCIETATIS*.¹³ NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. DISPENSABILIDADE. APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE EXECUTIVO FISCAL. DESCABIMENTO. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS. *DISSOLUÇÃO COM APURAÇÃO DE HAVERES*. POSSIBILIDADE. PREVISÃO EXPRESSA. RECURSO DESACOLHIDO. I – É DISPENSÁVEL A NOTIFICAÇÃO PREMONITÓRIA COMO CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE COMERCIAL BASEADA NA EXTINÇÃO DA *AFFECTIO SOCIETATIS*, INAPLICANDO À ESPÉCIE A NORMA DO ART. 15 DO DEC. 3.708/19. II – NÃO SE EXIGE NAS AÇÕES DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE COMERCIAL A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE EXECUTIVO FISCAL DE QUE TRATA O ART. 3. DO DL 858/69. III – A CUMULAÇÃO DOS PEDIDOS DE DECRETAÇÃO DA *DISSOLUÇÃO PARCIAL* DA SOCIEDADE COM O DE *APURAÇÃO DE HAVERES* É JURIDICAMENTE POSSÍVEL PORQUE EXPRESSAMENTE PREVISTO EM FORMA ESPECÍFICA. 13-10-1997. (Grifo nosso.)

¹³ Rubens REQUIÃO, *op. cit.*, p. 288: antiga expressão latina que significa *a intenção de se associar em sociedade*.

Documento nº 23 de 50

- STJ – INVENTÁRIO. APURAÇÃO DE HAVERES. ACÓRDÃO CARENTE DE FUNDAMENTAÇÃO, NOTADAMENTE POR HAVER SE OMITIDO SOBRE QUESTÃO RELEVANTE SUSCITADA NO RECURSO. AFRONTA AOS ARTS. 165 E 458, II, DO CPC. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. 21-2-1995.

Documento nº 19 de 50

- STJ – SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. APURAÇÃO DE HAVERES. FALECIMENTO DE UM SÓCIO. – ACÓRDÃO QUE SE CINGIU AO **EXAME DAS PROVAS PRODUZIDAS** NO BOJO DOS AUTOS, SENDO INVIÁVEIS OS RECURSOS EM QUE OS RECORRENTES ALEGAM CONTRARIEDADE A DISPOSIÇÕES DO CPC E DA LEI Nº 6.729/79, QUE DE RESTO NÃO FORAM VENTILADOS (SÚMULA Nº 7 DO STJ). – VERBA HONORÁRIA QUE OBSERVOU OS PARÂMETROS A QUE ALUDE O ART. 20, PAR. 3º, DO CPC. – RECURSOS ESPECIAIS NÃO CONHECIDOS. 10-4-1995. (Grifo nosso.)

Documento nº 27 de 50

- STJ – DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE. **APURAÇÃO DE HAVERES**. PRETENSÃO DO RÉU DE QUE SEJAM **CHAMADOS AO PROCESSO OS DEMAIS SÓCIOS**. 1. IMPOSSIBILIDADE, POR NÃO SER CASO DE LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO ATIVO. 2. QUANDO RECONVÉM, O RÉU PROCEDE EM RELAÇÃO AO AUTOR EXISTENTE; O RÉU PROPÕE RECONVENÇÃO CONTRA QUEM LHE PROPÕS A AÇÃO. 3. HIPÓTESE DE OFENSA AO ART. 47 DO CÓD. DE PR. CIVIL, DONDE CONHECIDO E PROVIDO O RECURSO. 16-8-1994. (Grifo nosso.)

Documento nº 22 de 50

- **STJ – SOCIEDADE POR QUOTAS. PRETENSÃO DE DISSOLUÇÃO TOTAL. PRETENSÃO DE DISSOLUÇÃO TOTAL E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, POSTULANDO-SE A DISSOLUÇÃO PARCIAL APENAS NA APELAÇÃO INTERPOSTA DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. EM TAL CONTEXTO, NÃO HÁ DIVISAR NEGATIVA DE VIGÊNCIA AOS ARTS. 128 E 459, DO CPC E, TAMPOUCO, AO ART. 335, V, DO CÓDIGO COMERCIAL, TANTO MAIS QUE RESSALVADA A RETIRADA DO SÓCIO DISSIDENTE, PELOS MEIOS PRÓPRIOS, COM A **APURAÇÃO DE HAVERES**. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO.**
7-6-1994. (Grifo nosso.)

Documento nº. 31 de 50

- **STJ – SOCIEDADE – SAÍDA DE SÓCIO – NÃO HAVENDO OFENSA A LEI DE ORDEM PÚBLICA NEM SE VISLUMBRANDO HIPÓTESE DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, NÃO HÁ RAZÃO PARA NEGAR EFICÁCIA A CLÁUSULA CONTRATUAL QUE ESTABELECEU DEVESSEM OS **HAVERES** DO SÓCIO QUE SE RETIRA **SEREM PAGOS EM PARCELAS**. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FORÇA OBRIGATÓRIA DOS CONTRATOS E INCIDÊNCIA, ADEMAIS, DO DISPOSTO NOS ARTS. 302, 65 E 7 DO CÓDIGO COMERCIAL (DECRETO 3.708/19 – ART. 2º) E NO ART. 668 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 39, EM VIGOR POR FORÇA DO ART. 1.218 DA VIGENTE LEI PROCESSUAL. CLÁUSULA CONTRATUAL QUE SE JUSTIFICA POR INTERESSAR A CONTINUAÇÃO DA EMPRESA QUE SE PODERIA INVIABILIZAR CASO O **PAGAMENTO DO SÓCIO** QUE SE RETIRA DEVESSE FAZER-SE INTEGRALMENTE, **DE UMA SÓ VEZ**.** 13-6-1994. (Grifo nosso.)

Documento nº 30 de 50

- STJ – DIREITO PRIVADO. SOCIEDADE. CAPITAL ESTRANGEIRO. DISSOLUÇÃO REQUERIDA POR UM DOS DOIS SÓCIOS OSTENSIVOS. LIQUIDAÇÃO. SINGULARIDADES DA DEMANDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I – DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA (CONFIRA-SE, A PROPÓSITO, DENTRE OUTROS, ESTUDO DO SENHOR MINISTRO WALDEMAR ZVEITER, “IN” ‘INFORMATIVO/STJ’ VOL. 5, Nº 2, 1993) VÊM SE ORIENTANDO PELA **CONTINUAÇÃO DA EMPRESA** MESMO QUANDO REQUERIDA A SUA DISSOLUÇÃO POR UM DOS DOIS SÓCIOS QUE A INTEGRAM, DESDE QUE OCORRENTES RAZÕES JUSTIFICADORAS DESSA PERMANÊNCIA, CIRCUNSTÂNCIAS NÃO DESCORTINADAS NA ESPÉCIE. II – TEM-SE RECOMENDADO, POR OUTRO LADO, QUE A **APURAÇÃO DE HAVERES**, NOS CASOS DE DISSOLUÇÃO, NÃO SE DÊ DE ACORDO COM A SIMPLES PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL, RESUMINDO-SE À AFERIÇÃO DAS QUOTAS SOCIAIS, MAS DA **FORMA MAIS AMPLA POSSÍVEL**, NA LINHA DO ENUNCIADO Nº 265 DA JURISPRUDÊNCIA SUMULADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, CONSTRUÍDO NA VIGÊNCIA DO SISTEMA CONSTITUCIONAL ANTERIOR. III – NESSA LIQUIDAÇÃO, ADEMAIS, É DE LEVAR-SE EM CONSIDERAÇÃO AFIRMAÇÃO DAS PARTES, SEGUNDO AS QUAIS A EMPRESA SEQUER TERIA INICIADO SUAS ATIVIDADES (AUTOR) E QUE NÃO HAVERIA PATRIMÔNIO A PARTILHAR (RÉU-RECORRIDO). 24-10-1995. (Grifo nosso.)

Documento nº 33 de 50

- STJ – AÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE HAVERES, EM FASE DE LIQUIDAÇÃO. PROVA E PREQUESTIONAMENTO. 1. **DA PERÍCIA CONTÁBIL**, EM TERMOS DE HIPÓTESES FORMULADAS PELO PERITO, ACOLHIDA PELO ACÓRDÃO UMA DELAS, NÃO CABE REEXAME NA INSTÂNCIA EXCEPCIONAL, A TEOR DA SÚMULA 7, APLICÁVEL AO CASO EM EXAME. 2. NÃO PREVIAMENTE SUSCITADA A QUESTÃO FEDERAL EM TORNO QUE DEPOIS SE TEVE POR VIOLADA, É DE SE TER POR AUSENTE O PREQUESTIONAMENTO. 3. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. 25-4-1994. (Grifo nosso.)

Documento nº 35 de 50

- STJ – COMERCIAL. PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE POR AÇÕES. DISSOLUÇÃO. CERCEAMENTO DE PROVAS. DECISÃO ALÉM DO PEDIDO. 1. NÃO CABE ALEGAR CERCEAMENTO DE PROVAS AQUELE QUE VITORIOSO NA DEMANDA, POR ACOLHIDO PEDIDO SUCESSIVAMENTE POSTO NÃO DEVOLVE A QUESTÃO RELACIONADA COM O PRIMEIRO PEDIDO, EM APELAÇÃO. 2. NÃO CONTRARIA AS REGRAS SOBRE OS LIMITES DA LIDE O ACÓRDÃO QUE, ACOLHENDO, PARCIALMENTE, APELAÇÃO DOS VENCIDOS, **MODIFICA A FORMA DE RETIRADA DOS HAVERES DOS SÓCIOS DISSIDENTES**. 29-11-1993. (Grifo nosso.)

Documento nº 36 de 50

- **STJ – COMERCIAL – DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EM FACE DA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA *AFFECTIO SOCIETATIS* – *QUANTUM* DEVIDO AO SÓCIO RETIRANTE – MATÉRIA DE FATO (SÚMULAS Nºs 05 E 07 – STJ).** I – NA DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, A APURAÇÃO DE HAVERES, NO CASO DE SÓCIO RETIRANTE OU PRÉ-MORTO, OU AINDA POR MOTIVO DA QUEBRA DA *AFFECTIO SOCIETATIS*, HÁ DE FAZER-SE COMO DE *DISSOLUÇÃO TOTAL SE TRATASSE* POSTO QUE, SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO STJ, ESSA LINHA DE ENTENDIMENTO TEM POR ESCOPO PRESERVAR O *QUANTUM* DEVIDO AO SÓCIO RETIRANTE, QUE DEVE SER *MEDIDO COM JUSTIÇA*, EVITANDO-SE, DE OUTRO MODO, O LOCUPLETAMENTO INDEVIDO DA SOCIEDADE OU SÓCIOS REMANESCENTES EM DETRIMENTO DOS RETIRANTES. II – MATÉRIA DE FATO NÃO SE REEXAMINA EM SEDE DE ESPECIAL (SÚMULAS Nºs 05 E 07 – STJ). III – RECURSO NÃO CONHECIDO. 9-11-1993. (Grifo nosso.)

Documento nº 42 de 50

- **STJ – PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO REGIMENTAL – SÓCIO-RETIRANTE OU PRÉ-MORTO – APURAÇÃO DOS HAVERES – MATÉRIA DE PROVA.** I – A JURISPRUDÊNCIA DO STJ CONSAGROU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE O *CRITÉRIO DA APURAÇÃO DE HAVERES*, NO CASO DE SÓCIO-RETIRANTE OU PRÉ-MORTO, HÁ DE SER *COMO DE DISSOLUÇÃO TOTAL SE TRATASSE*. II – MATÉRIA DE PROVA NÃO SE REEXAMINA NA VIA ESTREITA DO ESPECIAL, NEM ASSIM NO BOJO DE REGIMENTAL. III – AGRAVO IMPROVIDO. 13-10-1992. (Grifo nosso.)

Documento nº 44 de 50

- **STJ – MEDIDA CAUTELAR INOMINADA INCIDENTAL – EFEITO SUSPENSIVO AO RE – ART. 21, V, PAR. 1º DO ATO REGIMENTAL Nº 01 DO STJ – NORMA DE REGÊNCIA A ÉPOCA DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO – SOCIEDADE LTDA. COMPOSTA DE DOIS SÓCIOS MANDADA DISSOLVER PELO ACÓRDÃO RECORRIDO QUE REFORMOU SENTENÇA DE 1º GRAU DANDO PELA DISSOLUÇÃO PARCIAL DA EMPRESA **APURADOS OS HAVERES DO SÓCIO DESAVINDO** – RELEVÂNCIA ACOLHIDA PELO STF – CARACTERIZADOS O “*PERICULUM IN MORA*” E O “*FUMUS BONI JURIS*”, DEFERE-SE A CAUTELAR. 15-9-1989. (Grifo nosso.)**

Documento nº 47 de 50

- **STJ – COMERCIAL. PROCESSUAL. SOCIEDADE POR QUOTAS. DISSOLUÇÃO. A SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA SE DISSOLVE QUANDO, PELA RETIRADA DE SÓCIOS, RESTA APENAS UM DELES, MAS SEM EXTINÇÃO DE EMPRESA, QUE CONTINUA A OPERAR, DURANTE A **LIQUIDAÇÃO DE HAVERES DOS SÓCIOS RETIRANTES** E PODENDO SER RECOMPOSTA PELA ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS OU PASSAR A OPERAR COMO FIRMA INDIVIDUAL. 2-4-1991. (Grifo nosso.)**

Documento nº 48 de 50

- STJ – INVENTÁRIO – QUOTA EM SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – APURAÇÃO DE HAVERES. FAZENDO-SE A **APURAÇÃO DE HAVERES NOS PRÓPRIOS AUTOS DO INVENTÁRIO**, SEM A PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS REMANESCENTES, APENAS INTERESSA A HERDEIROS E MEEIRA. TERCEIROS NÃO PODEM DELA VALER-SE COMO SE CONSTITUÍSSE TÍTULO LÍQUIDO E CERTO. 5-3-1991. (Grifo nosso.)

Documento nº 50 de 50

- STJ – PROCESSUAL CIVIL – RECURSO ESPECIAL – DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – LEI Nº 6.404/76 – ART. 206, “D”, C/C ART. 18, DO DECRETO Nº 3.708/19. I – DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE, **GARANTINDO-SE** AO SÓCIO REMANESCENTE, QUANDO CONSTITUÍDA POR APENAS DOIS SÓCIOS, DENTRO NO PRAZO DE UM ANO, **RECOMPOR A EMPRESA**, COM ADMISSÃO DE OUTRO SÓCIO QUOTISTA E OU AINDA QUE COMO FIRMA INDIVIDUAL, SOB PENA DA DISSOLUÇÃO DE PLENO DIREITO; ASSEGURANDO-SE AO SÓCIO DISSIDENTE O RECEBIMENTO DOS HAVERES QUE LHE SÃO DEVIDOS. II – INTELIGÊNCIA DO ART. 206, ALÍNEA “D”, DA LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS, C/C O ART. 18, DO DECRETO Nº 3.708/19. III – CONFIGURADO O DISSÍDIO, EIS QUE O ACÓRDÃO RECORRIDO DECIDIU A CONTROVÉRSIA EM DISCREPÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA FIRMADA NOS TRIBUNAIS, INCLUSIVE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. IV – RECURSO PROVIDO. 12-12-1989. (Grifo nosso.)

Documento nº 49 de 50

- STJ – EXECUÇÃO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DE PERÍCIA. NATUREZA DO ATO JUDICIAL. O ATO JUDICIAL QUE DISPÕE *SOBRE PERÍCIA REALIZADA PARA APURAR HAVERES DE SÓCIO EXCLUÍDO* DA SOCIEDADE, DE ACORDO COM O QUE FICOU RESOLVIDO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO, HOMOLOGANDO-A CONSEQUENTEMENTE, É SENTENÇA, APELÁVEL PORTANTO. ART. 520, III, DO CÓD. DE PR. CIVIL. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. 27-9-1990. (Grifo nosso.)

5.3.8.2 Tribunais de Justiça

Como subsídio ao que debatemos neste trabalho, são a seguir colecionados pronunciamentos ementados pelos Tribunais de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP e do Estado do Paraná – TJPR.

- TJSP – EMPRESA COMERCIAL – APURAÇÃO DE HAVERES DO SÓCIO FALECIDO – OBSERVÂNCIA DO CONTRATO SOCIAL, OU PELO CONVENCIONADO, OU AINDA PELO DETERMINADO EM SENTENÇA – VERBAS REEMBOLSÁVEIS QUE DEVEM ATENDER O VALOR REAL DE MERCADO.

- TJSP – INVENTÁRIO – QUESTÃO DE ALTA INDAGAÇÃO – DESCARACTERIZAÇÃO – POLÊMICA EM TORNO DE LAUDO PERICIAL SOBRE APURAÇÃO DE HAVERES DE ESPÓLIO – QUESTÃO DE FATO FUNDADA EM TRABALHO TÉCNICO QUE, EM REGRA, NÃO PODE SER QUALIFICADO DE "ALTA INDAGAÇÃO" – INTELIGÊNCIA DO ART. 984 DO CPC.

- TJSP – EMPRESA COMERCIAL – COMPOSIÇÃO COM DOIS SÓCIOS – MORTE DE UM DELES QUE IMPLICA NA DISSOLUÇÃO DE PLENO DIREITO – FALTA DE ACORDO ENTRE AS PARTES – LIQUIDAÇÃO JUDICIAL DETERMINADA POR SENTENÇA. EMPRESA COMERCIAL – DISSOLUÇÃO – LIQUIDAÇÃO JUDICIAL QUE NÃO IMPLICA NO FECHAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL. EMPRESA COMERCIAL – DISSOLUÇÃO – APURAÇÃO DOS HAVERES DO SÓCIO FALECIDO A SER FEITA ATRAVÉS DE BALANÇO E INVENTÁRIO DOS BENS SOCIETÁRIOS.

- TJSP – EMPRESA POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – DISSOLUÇÃO – AÇÃO PROPOSTA POR SÓCIO EM FACE DE OUTRO, SEM ENVOLVER TERCEIROS – FALTA DE REGISTRO DO CONTRATO CELEBRADO E CONSUMADO NA JUNTA COMERCIAL QUE NÃO CONSTITUI OBSTÁCULO AO EXERCÍCIO DA DEMANDA SE COMPROVADA A AUSÊNCIA DA "*AFFECTIO SOCIETATIS*" – DISSOLUÇÃO QUE, TODAVIA, NÃO IMPLICA PERDA DO OBJETO DA EMPRESA – HIPÓTESE EM QUE CABERÁ AO SÓCIO REMANESCENTE, QUOTISTA MAJORITÁRIO, ADMITIR NOVO SÓCIO OU TOCAR O NEGÓCIO INDIVIDUALMENTE – NECESSIDADE DA APURAÇÃO DOS HAVERES DO AUTOR – AÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

- TJSP – SEPARAÇÃO CONSENSUAL – APURAÇÃO DE HAVERES QUE OS SEPARANDOS POSSUEM NAS EMPRESAS DAS QUAIS SÃO ACIONISTAS E QUOTISTA MEDIANTE PERÍCIA – ADMISSIBILIDADE – ANULAÇÃO DO PROCESSO A PARTIR DA SENTENÇA QUE HOMOLOGOU A PARTILHA, NEGANDO A PERÍCIA AVALIATÓRIA – NECESSIDADE DA PERÍCIA ANTE A POSSIBILIDADE DA OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO.

- TJSP – EMPRESA POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EXCLUSÃO DE SÓCIO – FATO QUE NÃO IMPLICA DISSOLUÇÃO DA EMPRESA – APURAÇÃO DOS HAVERES DO SÓCIO EXCLUÍDO COM BASE NO VALOR PATRIMONIAL DA EMPRESA, OU SEJA, COM A INCLUSÃO DE TODOS OS BENS – INTELIGÊNCIA DO ART. 335 DO CÓDIGO COMERCIAL.

- TJSP – RECURSO – APELAÇÃO – PRAZO – SUSPENSÃO NO PRIMEIRO DIA PELO OFERECIMENTO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS – LAPSO TEMPORAL INALTERADO – REINÍCIO DA CONTAGEM A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL APÓS A PUBLICAÇÃO DA DECISÃO SUSCITADA – PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE REPELIDA – EMPRESA COMERCIAL – RESPONSABILIDADE LIMITADA – DISSOLUÇÃO – APURAÇÃO DE HAVERES – REEMBOLSO DA QUANTIA CORRESPONDENTE AO CAPITAL DO SÓCIO RETIRANTE NA PROPORÇÃO DO ÚLTIMO BALANÇO APROVADO – INADMISSIBILIDADE – NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE CRITÉRIO QUE REFLITA A REAL POSIÇÃO ECONÔMICA DA EMPRESA – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

- **TJSP – EMPRESA CIVIL – EXCLUSÃO DE SÓCIO – DELIBERAÇÃO EXPRESSA DA MAIORIA POR DESAPARECIMENTO DA "AFFECTIO SOCIETATIS" – HIPÓTESE EM QUE SE OPERA "IPSO JURE" A DISSOLUÇÃO PARCIAL COM SIMULTÂNEA ALTERAÇÃO DO CONTRATO – DECISÃO QUE, AO DETERMINAR A APURAÇÃO DE HAVERES DO SÓCIO EXCLUÍDO, DECLARA TAMBÉM A EXTINÇÃO PARCIAL – ADMISSIBILIDADE COMO MERO PROVIMENTO DECLARATÓRIO – PRELIMINAR DE NULIDADE POR JULGAMENTO "ULTRA PETITA" AFASTADA LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO UNITÁRIO – CONTESTAÇÃO APRESENTADA POR UM DOS LITISCONSORTES – APROVEITAMENTO PELOS DEMAIS INADMISSÍVEL – HIPÓTESE EM QUE PODE NÃO HAVER PROFUNDA IDENTIDADE NO OBJETO DE DEFESA DOS CO-RÉUS – REVELIA DESTES DECRETADA NO SANEADOR – DECISÃO NÃO RECORRIDA NO MOMENTO OPORTUNO – PRECLUSÃO OPERADA – INAPLICABILIDADE DO ART. 320, I, DO CPC. EMPRESA CIVIL – EXCLUSÃO DE SÓCIO – APURAÇÃO DE HAVERES – REALIZAÇÃO ATRAVÉS DE ARBITRAMENTO – ADMISSIBILIDADE, ANTE A AUSÊNCIA DE REGISTROS E LIVROS CONTÁBEIS.**

- **TJSP – EMPRESA POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – DISSOLUÇÃO – LEGITIMIDADE "AD CAUSAM" DA EMPRESA EM AÇÕES DESSA NATUREZA – IRRELEVÂNCIA SE A DISSOLUÇÃO FOR TOTAL OU PARCIAL. EMPRESA POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – DISSOLUÇÃO PARCIAL – FATO EM QUE CONSISTE NA APURAÇÃO E PAGAMENTO DOS HAVERES DO SÓCIO RETIRANTE – EMPRESA QUE TEM CONDIÇÕES DE CONTINUAR OPERANDO.**

- **TJSP – EMPRESA COMERCIAL – DISSOLUÇÃO E APURAÇÃO DE HAVERES – PERÍCIAS – QUESITOS FORMULADOS SOBRE SIGILO BANCÁRIO – INDEFERIMENTO – INFORMAÇÕES QUE ENVOLVERÃO TERCEIROS QUE NÃO PARTICIPAM DA RELAÇÃO PROCESSUAL – INTELIGÊNCIA E APLICAÇÃO DO ART. 426, I DO CPC.**

- **TJPR – INVENTÁRIO – ARROLAMENTO – INCIDENTE DE APURAÇÃO DE HAVERES EM EMPRESA – FALTA DE PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – DESNECESSIDADE – EXISTÊNCIA DE APENAS UM INTERESSADO, ÚNICO HERDEIRO, PESSOA MAIOR E CAPAZ – PRELIMINAR DE NULIDADE AFASTADA – APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 993 E DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1.003 DO CPC. INVENTÁRIO – ARROLAMENTO – INCIDENTE DE APURAÇÃO DE HAVERES EM EMPRESA COMERCIAL – SENTENÇA BASEADA EM PROVAS PERICIAIS E LAUDOS IDÔNEOS – INEXISTÊNCIA DE OFENSA ÀS CLÁUSULAS CONTRATUAIS.**

5.4 RESULTADOS DA PESQUISA

Posto isto, tudo considerado, temos como resultado da pesquisa que a apuração de haveres em processos judiciais deve considerar o quanto segue:

- a. os haveres são apurados mediante a elaboração de balanço de determinação para a data do evento, como se dissolução total fosse, suportado por inventário físico e contábil, considerando a totalidade do acervo patrimonial;
- b. os critérios de apuração de haveres devem considerar a *universalidade* dos bens patrimoniais tangíveis e intangíveis existentes na data do evento, avaliados pelos respectivos *valores de mercado*, ou seja, devem ser avaliados a valores de saída;

- c. os eventos patrimoniais posteriores à data do evento não afetam a apuração de haveres;
- d. o reembolso da quota é responsabilidade da sociedade, à medida que o *sócio retirante* passa a ser *credor* da mesma e dá-se na forma preconizada no contrato, ou na forma fixada pela sentença;
- e. os haveres apurados sofrem atualização monetária desde a época do evento e são acrescidos de juros moratórios desde a citação.

A jurisprudência pesquisada que resultou nos resultados mencionados é unânime.

Entretanto, persiste questão de fundo, qual seja, como proceder à avaliação como se *dissolução total* se tratasse, quando a jurisprudência determina a inclusão do *goodwill* ou aviamento?

Dissolução total é liquidação; em procedimentos de liquidação não há que se falar em *goodwill* ou aviamento. O fundo de comércio, enquanto universalidade dos bens corpóreos e incorpóreos, no que se refere a estes se extingue. A sinergia dessa universalidade esvai-se, restando tão-somente aqueles ativos tangíveis ou corpóreos e mesmo alguns intangíveis passíveis de realização monetária, como, por exemplo, ponto comercial e marca.

O comando *como se dissolução total fosse* encaminha o perito em contabilidade para os procedimentos de elaboração do *balanço de liquidação*, ou seja, os componentes patrimoniais são avaliados por seus valores prováveis de realização. Não há futuro a ser considerado e, conseqüentemente, não haveria *goodwill* ou aviamento a ser mensurado. Entretanto, não é esse o sentido do comando jurisprudencial, já que determina a inclusão do *goodwill* ou aviamento.

Mensurar o *goodwill* pressupõe ou impõe olhar o futuro. Assim, da óptica jurídica, *data venia*, é contraditório o comando jurisprudencial sob exame, à medida que determina que a apuração de haveres se processe levando em conta a universalidade patrimonial, reconhecendo, inclusive, a patrimonialidade do *goodwill* e determinando, expressamente, sua inclusão na avaliação. Assim, a nosso ver, os

Tribunais pátrios haverão de reapreciar a contradição econômica em torno da questão.

Sob a óptica contábil, nenhuma constrição se vislumbra, pois, se a sociedade persiste no tempo, não obstante sua *dissolução parcial* em relação ao sócio retirante ou pré-morto, estamos diante de uma sociedade em marcha, em continuidade. Temos, portanto, a perspectiva do futuro, condição essencial que possibilita o desenvolvimento de procedimentos avaliatórios aplicáveis à mensuração da existência ou inexistência do *goodwill* ou aviamento.

A *Teoria da Avaliação Patrimonial e do Lucro* e até em alguns aspectos a própria doutrina jurídica dos comercialistas estudados proporcionam-nos o arcabouço teórico e operacional que possibilita aquilatar ou mensurar se determinada sociedade em marcha, em face da composição de seus elementos patrimoniais, tem capacidade de gerar lucros acima do que possa ser considerado normal na data-base da avaliação judicial.

O fenômeno em foco surge da tendência sinérgica na qual o valor do conjunto dos elementos patrimoniais pode superar a avaliação econômica individual desses mesmos elementos. Em suma, pode surgir o *goodwill* ou aviamento resultante da forma como o empresário organiza a exploração de sua atividade econômica que COELHO denomina de *sobrevalor*.¹⁴

Esse *sobrevalor*, sob a óptica contábil, somente pode ser objeto de mensuração, quando em continuidade a sociedade. É o que veremos no Capítulo 7.

¹⁴ Fábio Ulhoa COELHO, *Curso de direito comercial*, v. 1, p. 91.

CAPÍTULO 6 – PRINCÍPIOS CONTÁBEIS E BALANÇO DE DETERMINAÇÃO

Neste capítulo, são expostos os princípios contábeis que dão suporte à elaboração das demonstrações contábeis quando em marcha as sociedades, em contraponto às determinações judiciais que comandam as avaliações judiciais decorrentes de dissolução parcial de sociedades.

6.1 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

Todo o arcabouço norteador dos Princípios Fundamentais de Contabilidade vigentes está centrado na determinação de diretrizes quanto à avaliação dos ativos e passivos e reconhecimento das mutações patrimoniais, pressupondo a continuidade da sociedade.

As transações da entidade são registradas tempestiva e integralmente no momento de sua realização (*princípio da oportunidade*), pelos valores originais (*princípio do registro pelo valor original*), aceitando-se para determinados valores originais os efeitos da modificação do poder aquisitivo da moeda nacional (*princípio da atualização monetária*), reconhecendo-se as mutações patrimoniais (receitas e despesas) quando de sua ocorrência (*princípio da competência*) e adotando-se sempre o menor valor para os ativos e o maior para os passivos em face de várias alternativas valorativas equivalentes (*princípio da prudência*).

Portanto, as demonstrações contábeis de sociedade em continuidade de suas atividades refletem valores de entrada por força dos Princípios Fundamentais de Contabilidade; as transações são registradas pelos valores das épocas em que sucederam, sempre na senda de que referidos valores são objetivos, documentados.

6.2 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

Preliminarmente, cabe destacar que as Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas do Conselho Federal de Contabilidade determinam conduta profissional e procedimentos de natureza técnica a serem observados quando da realização de trabalhos contábeis, entre eles, os de natureza pericial contábil, sempre em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade,¹ sujeitando o profissional que não as observa às penalidades mencionadas nas alíneas *c*, *d* e *e*, do art. 27² do Decreto-lei nº 9295, de 27 de maio de 1946, e, ainda, em face do caso concreto, ao Código de Ética Profissional.

Como vimos no Capítulo 5, os pronunciamentos dos tribunais determinam que a apuração de haveres, decorrentes de dissolução parcial de sociedade, concretiza-se, avaliando-se os elementos patrimoniais pelos valores de mercado e na forma mais ampla possível, considerando-se, inclusive, o *goodwill* ou aviamento, enfim, o já mencionado *sobrevalor*.

Considerando que a dissolução parcial de sociedade é decisão judicial que visa preservar a continuidade societária, que provoca como consequência técnica avaliar entidade em funcionamento, como compatibilizar as diretrizes profissionais e técnicas com o comando judicial?

A resposta a essa indagação vamos encontrá-la na NBC-T-4 – DA AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, mais especificamente em seu *item 4.1.8, verbis*:

¹ Resolução CFC nº 750/93, de 29 de dezembro de 1993: “Art. 1º As Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecem regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados quando da realização dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560/83, de 28-10-1983, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.”

² “Art. 27. As penalidades aplicáveis por infração do exercício legal da profissão serão:
c) multa de R\$.... a R\$.... aos profissionais e de R\$.... a R\$.... às firmas, empresas, associações, companhias e empresas, quando se tratar de infração de dispositivos não mencionados nas alíneas precedentes ou para os quais não haja indicação de penalidade especial;
d) suspensão do exercício da profissão aos profissionais que dentro do âmbito de sua atuação, e no que se referir à parte técnica, forem responsáveis por qualquer falsidade de documentos que assinarem e pelas irregularidades de escrituração praticadas no sentido de fraudar as rendas públicas;
e) suspensão do exercício da profissão, pelo prazo de seis meses a um ano, ao profissional que demonstrar incapacidade técnica no desempenho de suas funções, a critério do Conselho Regional de Contabilidade, a que estiver sujeito, facultada, porém, ao interessado, a mais ampla defesa por si ou pelo Sindicato a que pertencer.”

“4.1.8 Quando, concretamente, a lei dispuser diferentemente desta norma, o profissional deve observar a ordem legal, em seu trabalho”.

As decisões judiciais são comandos a serem obedecidos pelos peritos em contabilidade e, à vista do dispositivo retro, superada está eventual ofensa aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade. Isto não quer dizer olvidar totalmente os Princípios e Normas de Contabilidade, muito pelo contrário.

Independente da Norma Contábil, desde longa data a legislação pátria já determinava procedimentos técnicos de contabilidade. Nesse sentido, vejamos o Código Comercial de 1850 (arts. 10 a 14) e o Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940 (arts. 129 a 136).

Como vimos, os comandos judiciais determinam que a avaliação dos elementos patrimoniais considere os valores de mercado, em substituição aos valores contábeis e seja reconhecido no processo avaliatório o *goodwill*, impropriamente denominado de *fundo de comércio* nos pronunciamentos judiciais. Entendemos ser impróprio utilizar a citada expressão que representa o todo para determinar a inclusão de uma parte do *fundo empresarial*,³ ou seja, o *goodwill*.

Da NBC-T-4 exsurtem dois comandos avaliatórios extremamente importantes nos trabalhos periciais: *valor de mercado* e *valor presente*.

Do item 4.1.6 consta:

“Valor de mercado é o preço a vista praticado, deduzido das despesas de realização e da margem de lucro. As avaliações feitas pelo valor de mercado devem ter como base transação mais recente, cotação em bolsa e outras evidências disponíveis e confiáveis.”

Valor presente, item 4.1.7 da Norma citada, é entendido como:

“Aquele que expressa o montante ajustado em forma do tempo a transcorrer entre as datas da operação e do vencimento, de crédito ou obrigação de financiamento ou de outra transação usual da entidade, mediante dedução

³ A expressão *fundo empresarial*, segundo Fábio Ulhoa COELHO, condiz mais com a realidade econômica atual do que a expressão *fundo de comércio*.

dos encargos financeiros respectivos, com base na taxa contratada ou na taxa média de encargos financeiros praticada pelo mercado."

Doutrinariamente, estamos diante de avaliação patrimonial a valores de saída, no caso, a valores de mercado.

6.3 AVALIAÇÃO PATRIMONIAL EM PROCESSOS JUDICIAIS

A descontinuidade é sempre lembrada nas obras e artigos técnicos de forma passageira. É apenas anunciada, sem grandes digressões. Pouca literatura há disponível. A ênfase doutrinária e literária está voltada para as sociedades em continuidade. São essas que têm o dever de informar, freqüentemente, os usuários da informação contábil e o fazem por meio de relatórios e demonstrações próprias.

Entretanto, deparamos com determinados usuários que demandam informações contábeis na descontinuidade total ou parcial, ou seja, na liquidação ou dissolução parcial societária.

São usuários dos laudos periciais contábeis de apuração de haveres os *magistrados* que determinam a apuração de haveres, e, conseqüentemente, terão que apreciar e homologá-los; são os *sócios dissidentes* e respectivos advogados, os quais, por meio de seus assistentes técnicos, se pronunciarão sobre os valores aí apurados consignados; são os *herdeiros* de sócios falecidos e respectivos advogados, interessados na parcela patrimonial que lhes cabe; são os *sócios remanescentes* e a *própria sociedade*, em face da viabilidade da continuação do negócio e do processo avaliatório pericial e suas implicações financeiras.

Reconhecemos que são tipos muito especiais de usuários, já que precisam de informação contábil em situações conflituosas ou tristes.

De qualquer modo, são usuários da informação contábil. Por isso, há que fornecê-la, de forma clara, correta e competente.

Como é óbvio, a informação contábil disponível nas sociedades em continuidade não permitem suprir as necessidades dos usuários mencionados. São

informações que levam em consideração a avaliação patrimonial a valores de entrada.

Por isso, é necessário proceder a ajustes técnicos e avaliatórios nas demonstrações contábeis usuais para refletirem com propriedade toda a real dimensão patrimonial. É o que abordaremos a seguir.

6.3.1 Avaliação dos itens monetários

São usualmente classificados como itens monetários as disponibilidades, os créditos e as obrigações, ou seja, valores a receber e a pagar liquidáveis com numerário.

Enquanto roteiro avaliatório, a NBC-T-4 é muito rica nos procedimentos técnicos a serem observados. A análise a seguir segue de perto os ensinamentos da citada norma.

- **Disponibilidades**

As disponibilidades em moeda corrente correspondem ao seu próprio valor na data-base da avaliação; as disponibilidades em moeda estrangeira são avaliadas pela taxa de câmbio (venda) correspondente, vigente na data da avaliação; as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas pelo valor original aplicado, acrescidas dos rendimentos proporcionais obtidos até a data-base; eventuais aplicações em ouro, como ativo financeiro, devem ser avaliadas por seu valor de mercado, considerando-se, em nosso entender, como redutor, as despesas de corretagem.

Alertamos para o fato de eventual saldo de caixa desproporcional ao existente em bancos. Tal saldo deve merecer análise aprofundada, visto que pode não representar efetivamente numerário.

Despesas, retiradas, vales e outros, por falta de comprovação idônea, permanecem na conta, o que ensejará ajustes no patrimônio líquido, ou, conforme o caso, em contas de ativo.

- **Créditos**

Os direitos, títulos de crédito e quaisquer outros créditos mercantis, financeiros e aqueles prefixados são avaliados a valor presente na data-base, considerando, ainda, conforme o caso, os ajustes relativos a atualização monetária, variação cambial (taxa de câmbio de venda) e outros ajustes contratuais, excluindo-se do cálculo a valor presente, por óbvio, os direitos ou títulos já vencidos na data da avaliação. Nessa hipótese, havendo avença de encargos por inadimplência, estes são calculados até a data-base, procedendo-se ao respectivo ajuste no patrimônio líquido.

Os créditos com sociedades coligadas, controladas ou de associadas originários de transações mercantis são avaliados pela forma anterior; os demais são ajustados conforme as condições avençadas. Nesse sentido, é relevante, preliminarmente, proceder à segregação dos créditos de natureza mercantil daqueles de natureza financeira, possibilitando avaliação adequada em função da natureza e origem dos créditos.

Investimentos temporários, por força do comando jurisprudencial, são avaliados por seu valor de mercado, ou, inexistindo cotação de mercado disponível ou de difícil obtenção, pelo custo de aquisição, acrescido de atualização monetária, juros e outros rendimentos auferidos, conforme a espécie da aplicação.

As provisões para perdas, ou riscos de crédito ou de liquidação duvidosa são consideradas pela análise concreta das perdas havidas. Por isso, é necessário, do ponto de vista pericial, examinar o comportamento do contas a receber após a data-base, a fim de constatar os créditos efetivamente não recebidos. Tal procedimento é plenamente operacionalizável, levando em conta que o trabalho pericial normalmente acontece algum tempo após a data-base.

Eventuais despesas antecipadas consignadas no ativo são baixadas e transferidas como ajuste redutor do patrimônio líquido, em função do tempo decorrido até a data-base da avaliação, já que é assumida no processo avaliatório a continuidade da sociedade.

- **Obrigações**

As obrigações com valor nominal prefixado e com prazo de pagamento após a data-base são ajustadas a valor presente. São excluídas do ajuste a valor presente, evidentemente, as vencidas. São consideradas pelo valor de face, acrescidas dos encargos de inadimplência já decorridos, provocando referido custo um ajuste redutor do patrimônio líquido.

As demais obrigações por vencer e respectivos encargos, conhecidos ou calculáveis, são consideradas pelo valor atualizado até a data da avaliação, enquanto aquelas em moeda estrangeira, considerando os encargos proporcionais até a data, são convertidas em valor da moeda corrente, à taxa de câmbio (compra) da data da avaliação.

- **Provisões correntes**

São examinadas as existentes e realizados os ajustes técnicos necessários a fim de que reflitam com propriedade as responsabilidades até a data-base. Nesse item, inscrevem-se as provisões para cobertura de férias, 13º salário e encargos previdenciários e do fundo de garantia por tempo de serviço correspondentes.

Efetuados todos os ajustes técnicos com efeitos no resultado econômico do período e apurando-se lucro tributável sobre esse valor, são calculadas e reconhecidas as provisões tributárias correspondentes, as quais são reportadas na demonstração de resultado do período e no correspondente balanço patrimonial.

Efetuados todos os ajustes avaliatórios e observando-se ganhos de capital, sobre esses ganhos são calculadas as respectivas provisões tributárias, que são reportadas no *balanço de determinação*.

6.3.2 Avaliação dos itens não monetários

São considerados itens não monetários os estoques e o permanente, composto pelos investimentos permanentes, imobilizado, diferido e resultados de exercícios futuros.

- **Estoques**

Os estoques, que compreendem produtos acabados e em elaboração, serviços em andamento, mercadorias, matérias-primas e outros materiais e componentes, são avaliados pelos respectivos valores de mercado, observado o comentário a seguir.

As mercadorias, os produtos acabados, os semi-acabados e os serviços em andamento são avaliados pelo preço de venda a vista e seu equivalente (semi-acabados e serviços em andamento), sancionados pelo mercado em transações realizadas próximas (antes ou após) à data-base, deduzido o valor das despesas de realização.

As matérias-primas e outros materiais e componentes são avaliados pelo valor de mercado de entrada vigente na data-base, já que referido valor corresponde ao valor de realização.

Os estoques obsoletos ou inservíveis são avaliados pelo valor líquido de realização e aqueles sem possibilidade de venda são baixados.

Os estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos são avaliados pelo valor de mercado vigente na data da avaliação, deduzido das despesas de realização e da margem de lucro.

Proceder à avaliação dos estoques de forma competente pressupõe trabalho pericial preliminar de qualificação dos estoques em *vendáveis*, *obsoletos* e *invendáveis*.

- **Investimentos permanentes**

As participações societárias em sociedades controladas e coligadas são avaliadas pelo respectivo valor de mercado do patrimônio líquido na data-base, procedendo-se a sua avaliação pelos mesmos preceitos expostos neste capítulo, para, em seguida, operar-se a integração das variações patrimoniais pelo método da equivalência patrimonial, tudo devidamente reportado no balanço de determinação.

Havendo provisões para perdas no valor dos investimentos, ou ágio registrados, referidos valores, em confronto com o valor investido e o obtido no processo avaliatório, serão eliminados ou ajustados até o limite da avaliação, acarretando ajustes na substância patrimonial da sociedade avalianda.

- **Imobilizado**

Como regra geral, os componentes do imobilizado são avaliados a preço de mercado, por força do ordenamento jurisprudencial.

A avaliação de determinados componentes deste grupo de ativo, em processo judiciais, requer a realização de perícia avaliatória de engenharia, já que os peritos engenheiros têm a competência legal e técnica para tal. Trata-se de área de conhecimento de domínio dos citados profissionais. Referidas avaliações, no caso de imóveis, levam em consideração, entre outros aspectos, a idade da construção, os materiais utilizados, a localização, o estado de conservação, os serviços públicos disponíveis no local, os quocientes de aproveitamento da área.

É o caso de terrenos urbanos, edifícios, imóveis em construção, estoque de imóveis para venda, propriedades rurais, plantações de culturas permanentes, instalações e maquinários industriais comerciais e rurais, e equipamentos eletrônicos, que são avaliados a valores de mercado.

O perito em contabilidade, ao elaborar seu laudo pericial contábil de apuração de haveres, louva-se nesses laudos avaliatórios de engenharia para proceder aos ajustes necessários de modo que reflitam os valores de mercado desses componentes do imobilizado. O ajuste técnico avaliatório corresponderá à diferença observada entre o valor de mercado e o valor contábil, líquido de depreciação.

Direitos de uso de linhas telefônicas e veículos são avaliados pelos valores de mercado da época do evento, valendo-se o perito em contabilidade de publicações próprias e de informações de sociedades especializadas.

- **Diferido**

Os componentes do ativo diferido, segundo a NBC-T-4

“são avaliados ao custo de aplicação, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base no período em que serão auferidos os benefícios deles decorrentes a partir do início da operação normal. A baixa do valor aplicado deve ser registrada quando cessarem os empreendimentos que integravam, ou restar comprovado que estes não produzirão resultados suficientes para amortizá-los”.

Assumindo-se que a dissolução parcial enseja a avaliação patrimonial como se em continuidade da sociedade, a regra geral é considerar os valores aplicados em ativos diferidos sem potencial de geração de resultados como ajuste do patrimônio líquido.

Entretanto, o tema, por envolver certa gama de investimentos, alguns gerando frutos, outros não, merece atenção pericial para que seja identificada a natureza dos recursos aplicados, especialmente aqueles relativos a pesquisa e desenvolvimento de processos ou produtos, que podem possuir valor econômico, ou seja, têm capacidade gerar lucros futuros. Nesse sentido, permanecem no ativo por aquele valor. A regra geral será: são ativos com capacidade de geração de lucros futuros, portanto, com valor econômico? Se positiva a resposta, permanecem no ativo, pelo respectivo valor econômico.

De qualquer modo, no caso de incerteza ou dificuldade em mensurar os benefícios futuros e respectivo valor, a baixa é o caminho, como determinado na norma.

Enquanto síntese do processo avaliatório do ativo, não podemos olvidar a lição de IUDÍCIBUS, *verbis*:

- “1. o ativo deve ser considerado à luz da sua propriedade e/ou à luz de sua posse e controle; normalmente as duas condições virão juntas;*
- 2. precisa estar incluído no ativo, em seu bojo, algum direito específico a benefícios futuros (por exemplo, a proteção à cobertura de sinistro,*

como direito em contraprestação ao prêmio de seguro pago pela empresa) ou, em sentido mais amplo, o elemento precisa apresentar uma potencialidade de serviços futuros (fluxos de caixa futuros) para a entidade;

3. *o direito precisa ser exclusivo da entidade; por exemplo, o direito de transportar a mercadoria da entidade por uma via expressa, embora benéfico, não é ativo, pois é geral, não sendo exclusivo da entidade".⁴*

- **Resultados de exercícios futuros**

Trata-se de item patrimonial em que são registrados lucros *ainda não ganhos*, como, por exemplo, aluguéis recebidos antecipadamente, sem qualquer cláusula que obrigue à respectiva devolução.

No trabalho pericial, é oportuno verificar as origens dos valores aí consignados e as respectivas condições contratuais. Qualquer hipótese de devolução encaminha esse item para o passivo, como se adiantamento de clientes fosse; em caso contrário, é recomendado considerá-lo no patrimônio líquido.

6.3.3 Contingências

As contingências passivas conhecidas, originárias de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, contratuais, comerciais ou operacionais e de pleitos administrativos e judiciais, são consideradas e avaliadas por seu valor estimado e consignadas no *balanço de determinação*, reduzindo o patrimônio líquido.

Esse procedimento avaliatório é baseado nas informações dos advogados da sociedade avalianda e nas possibilidades de êxito ou fracasso das demandas.

Não pode ser olvidada a existência de eventuais contingências ativas, aquelas nas quais a sociedade avalianda é autora. Da mesma forma, são avaliadas as possibilidades de êxito ou fracasso, consignando-se no *balanço de determinação*

⁴ Sérgio de IUDÍCIBUS, *Teoria da contabilidade*, p. 94.

o valor estimado dos direitos reclamados e o respectivo ajuste positivo no patrimônio líquido.

6.3.4 *Goodwill*

A avaliação do *goodwill não adquirido*, que a jurisprudência vem denominando de *fundo de comércio*, equivocadamente como já alertado em momento anterior, é tema de alta indagação doutrinária e operacional, tanto no mundo contábil quanto no jurídico a ser abordado no próximo capítulo.

Havendo *goodwill adquirido* registrado nos livros sob a forma de ágio, esse ativo será objeto de reavaliação, revendo-se sua concretude em termos de realização futura, ou seja, é preciso verificar na data-base da avaliação se as razões econômicas que ditaram seu valor de origem persistem ao tempo da avaliação judicial.

6.4 Balanço de determinação

O *balanço de determinação*, denominação cunhada por OSMIDA INOCENTE,⁵ tem por finalidade determinar o valor das quotas a ser reembolsado ao sócio desligado ou aos herdeiros do sócio pré-morto.

Pela elaboração dessa demonstração contábil, o perito em contabilidade busca a situação patrimonial da sociedade a valores de mercado em determinado momento da vida societária, caracterizado pela dissidência, exclusão ou morte de um dos sócios.

Como vimos em momento anterior, a jurisprudência pátria tem-se pronunciado, determinando que a apuração de haveres deve ser a mais ampla possível, mediante inventário físico e contábil de todos os elementos patrimoniais, apuração do valor real do ativo e passivo da sociedade a preços de mercado, inclusive, o *goodwill* ou aviamento.

⁵ Citado por Hernani ESTRELLA, *Apuração dos haveres de sócio*, p. 144.

O *balanço de determinação* será composto e organizado como vemos na Figura 3.

ATIVO

Disponibilidades

- Caixa e bancos (conforme saldos ajustados)
- Aplicações de liquidez imediata (valor aplicado mais rendimentos)
- Aplicações em ouro (valor de mercado menos despesas de corretagem)

Créditos

- Valores e títulos a receber a curto e longo prazo (valor de face trazido a valor presente, acrescido, se for o caso, da renda financeira contratada)
- Despesas antecipadas (pelo valor a apropriar, após a data do evento)
- Adiantamentos a fornecedores (reconhecer eventual ganho monetário)

Estoques

- Estoques vendáveis (preço de venda a vista, deduzido das despesas e da margem de lucro – se mercado organizado – para mercadorias, produtos acabados; produtos semi-elaborados e serviços em andamento: por preços a vista equivalentes ao estado de acabamento; matérias-primas e materiais e componentes: preço a vista de aquisição)
- Estoque de imóveis para venda (valor de realização, deduzido de despesas de corretagem)
- Estoques obsoletos (valor provável de liquidação)

Investimentos

- Ações de companhias abertas (cotação de Bolsa de Valores)
- Empresas controladas e coligadas (valor do patrimônio líquido a valores de mercado das sociedades controladas ou coligadas)

Imobilizado

- Imóveis (valor do laudo pericial de engenharia menos despesas de corretagem)
- Máquinas e equipamentos (laudo pericial de engenharia, se material)
- Móveis, utensílios, ferramentas, *softwares*, equipamentos de informática etc. (valor de mercado; considerada a sua materialidade: valor líquido contábil)
- Veículos e direitos de uso de linhas telefônicas (valor de mercado)

Diferido

- Despesas pré-operacionais, despesas com pesquisa e desenvolvimento de produtos (valor econômico provável)

Ativo intangível

- Marcas, patentes, ponto comercial, concessões etc. (cálculo pericial contábil)
- *Goodwill* (cálculo pericial contábil do *sobrevalor*)

PASSIVO

Obrigações

- Fornecedores de bens e serviços (valor de face trazido a valor presente)
- Adiantamento de clientes (reconhecer eventual perda monetária)
- Trabalhistas correntes (pelo valor original, com encargos até a data)
- Provisões trabalhistas correntes (valor original, com encargos até a data)
- Fiscais correntes (valor original, com encargos até a data)
- Financiamentos (principal e encargos até a data)
- Outras contas a pagar (valor original e/ou valor presente)

Provisões

- Provisões tributárias: ganhos de capital (cálculo pericial contábil)
- Contingências trabalhistas, tributárias, comerciais (cálculo pericial contábil)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (VALOR DA SOCIEDADE)

- (Ativo – Passivo)

Figura 3 Balanço de determinação

CAPÍTULO 7 – GOODWILL EM APURAÇÃO DE HAVERES: PROPOSIÇÃO

No campo jurídico, fala-se em *fundo de comércio*, com significado bem diferente do que seja *goodwill*. Eles são utilizados, muitas vezes, equivocadamente, como sinônimos, o que pode confundir o leitor menos avisado.

Fundo de comércio é tema jurídico vinculado ao estabelecimento empresarial (comercial, industrial ou agrícola) e relacionado com a proteção dos credores, tema que não faz parte do objeto deste trabalho. Neste capítulo, é abordado o *goodwill* ou aviamento enquanto parte ou parcela integrante do fundo de comércio. Buscamos apreender se a sociedade avalianda tem capacidade de gerar lucros acima do que pode ser considerado normal, ou como argumentam juristas ilustres, se a sociedade tem capacidade de gerar *sobrevalor*.

7.1 ALGUMAS DEFINIÇÕES

AUTUORI, citando Felipe dos Santos, diz:

“O fundo comercial, industrial, agrícola ou ainda individual é a soma dos elementos corpóreos e incorpóreos que o constituem, ou que se lhe agregaram, durante sua existência jurídica ou social, em certo local ou em determinado tempo. São elementos desse gênero: mercadorias, instalações, móveis e utensílios, direito de arrendamento total ou parcial, do respectivo local (imóveis ou simplesmente terras), freguesia, nome comercial, insígnia, marcas de fábrica ou de comércio, patentes de invenção, modelos de utilidades e o acervo de dívidas ativas e passivas, as plantações e benfeitorias do solo, passíveis de aproveitamento comercial, e tudo, enfim, o

que se incluir na universalidade de valores da propriedade comercial, industrial, agrícola e individual."¹

Assim posto, *fundo de comércio* significa o valor de toda a sociedade, incluindo o *goodwill*, ou aviamento.

O termo, no campo jurídico, semelhante a *goodwill* é o denominado *aviamento*.

Os comercialistas, entre eles, REQUIÃO² e F. MARTINS³ vinculam a expressão *fundo de comércio* à de *estabelecimento comercial*.

São os elementos corpóreos e incorpóreos criativamente empregados pelo comerciante no exercício de sua atividade mercantil para atrair clientes que constituem o fundo de comércio, o qual "*possui um valor patrimonial que é incorporado pelo comerciante e que pode ser realizado em dinheiro*",⁴ ou nas palavras de REQUIÃO "*é o instrumento da atividade do empresário*".⁵

F. MARTINS⁶ destaca como elementos incorpóreos do fundo de comércio ou estabelecimento comercial, a *propriedade comercial, nome comercial* (firma ou a denominação), *acessórios do nome comercial* (título do estabelecimento, expressões ou sinais de propaganda), *propriedade industrial* (patentes de invenção, patentes dos modelos de utilidade e dos desenhos e modelos industriais, garantias de uso das marcas de indústria, de comércio e de serviços) e a *propriedade imaterial* (aviamento e freguesia).

Por outro lado, o autor citado considera como elementos corpóreos os bens móveis (entre eles, as mercadorias em estoque) e os imóveis utilizados no exercício da atividade mercantil.

REQUIÃO tem entendimento diferente quanto a considerar os imóveis como elemento corpóreo do estabelecimento, assim se expressando:

¹ Luiz AUTUORI, *Fundo de comércio*, p. 30.

² Rubens REQUIÃO, *Curso de direito comercial*, v. 1, p. 197 ss.

³ Fran MARTINS, *Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio*, p. 325 ss.

⁴ *Ibidem*, p. 329.

⁵ Rubens REQUIÃO, *Ibidem*, p. 197.

⁶ Fran MARTINS, *Ibidem*, p. 332.

“Ora, se consideramos o estabelecimento, na sua unidade, uma coisa móvel, claro está, desde logo, que o elemento imóvel não o pode constituir. É preciso, e é de bom aviso aqui frisar, que não se deve confundir fundo de comércio com patrimônio. O fundo de comércio não constitui todo o patrimônio, mas é parte ou parcela do patrimônio do empresário. A empresa, que é o exercício da atividade organizada pelo empresário, conta com vários outros elementos patrimoniais, por este organizados, para a produção ou troca de bens ou serviços que não integram o estabelecimento comercial. O imóvel pode ser elemento da empresa, mas não o é do fundo de comércio.”⁷

COELHO amplia a noção de estabelecimento, denominando-o de *empresarial*, mais compatível, a nosso ver, com a realidade dos negócios da economia moderna.

Conceitua estabelecimento empresarial como:

“o conjunto de bens que o empresário reúne para exploração de sua atividade econômica. Compreende os bens indispensáveis ou úteis ao desenvolvimento da empresa, como mercadorias em estoque, máquinas, veículos, marca e outros sinais distintivos, tecnologia etc.”,⁸

acrescentando que,

“ao organizar o estabelecimento, o empresário agrega aos bens reunidos um sobrevalor. Isto é, enquanto esses bens permanecem articulados em função da empresa, o conjunto alcança, no mercado, um valor superior à simples soma de cada um deles em separado”.⁹

Com base nessa conceituação, o autor em foco chega, a nosso ver, à noção contábil de ***goodwill não adquirido***, verbis:

“O valor agregado ao estabelecimento é referido, no meio empresarial, pela locução inglesa goodwill of a trade, ou simplesmente goodwill. No meio jurídico, adota-se ora a expressão ‘fundo de comércio’ (derivada do francês

⁷ Rubens REQUIÃO, *op. cit.*, v. 1, p. 208.

⁸ Fábio Ulhoa COELHO, *Curso de direito comercial*, v. 1, p. 91.

⁹ *Ibidem*, p. 91.

*fonds de commerce, e cuja tradução mais ajustada seria, na verdade, 'fundos de comércio'), ora 'aviamento' (do italiano aviamento), para designar o sobrevalor nascido da atividade organizacional do empresário. Prefiro falar em 'fundo de empresa', tendo em vista que o mesmo fato econômico e suas repercussões jurídicas se verificam na organização de estabelecimento de qualquer atividade empresarial. Registro que não é correto tomar por sinônimos 'estabelecimento empresarial' e 'fundo de empresa'. Este é atributo daquele; não são, portanto, a mesma coisa. Precise-se: o estabelecimento empresarial é o conjunto de bens que o empresário reúne para explorar uma atividade econômica, e o fundo de empresa é o valor agregado ao referido conjunto, em razão da mesma atividade."*¹⁰

Continuando com COELHO, diz o eminente jurista existirem nove teorias diferentes quanto à natureza do estabelecimento, mas entende suficiente evidenciar três pontos essenciais:

"1º o estabelecimento empresarial não é sujeito de direito;

2º o estabelecimento empresarial é uma coisa;

3º o estabelecimento empresarial integra o patrimônio da empresa empresária",

e arremata com o seguinte trecho em destaque:

*"O estabelecimento empresarial não pode ser confundido com a empresa empresária (sujeito de direito), nem com a empresa (atividade econômica). Empresa é a atividade econômica desenvolvida no estabelecimento, e não se confunde com o complexo de bens nele reunidos. Assim, o estabelecimento empresarial pode ser alienado, onerado, arrestado ou penhorado, mas a empresa não."*¹¹

Integram, portanto, o estabelecimento os chamados elementos imateriais, tais como: patentes de invenção, de modelo de utilidade, registro de desenho

¹⁰ Ibidem, p. 93.

¹¹ Ibidem, p. 94-95.

industrial, marca registrada, nome empresarial, título de estabelecimento, ponto comercial.

COELHO, ao contrário de outros festejados juristas, não considera o *aviamento* como elemento incorpóreo do estabelecimento.

É de entendimento que o *aviamento* ou *fundo de empresa* (para o autor, palavras sinônimas) "*é um atributo da empresa, não um bem de propriedade do empresário*".¹²

Descarateriza, também a *clientela* como elemento imaterial do estabelecimento, à medida em que o empresário não é dono do conjunto de pessoas que a formam.

REQUIÃO tem posição mais conciliadora quanto ao posicionamento do *aviamento* e da *clientela*.

São suas as seguintes palavras:

*"Não tomamos posição radical nessa controvérsia. Pensamos que o aviamento, bem como a clientela, tanto podem ser considerados, cada um de per si, como elemento direto da empresa, ou como do estabelecimento comercial. Sabemos que a empresa é a atividade do empresário organizada para o fim de produção ou troca de bens ou serviços; e o estabelecimento é um dos elementos da empresa, precisamente o instrumento da atividade do empresário. Saber se o aviamento, como a clientela, se integram diretamente como elemento da empresa ou se constituem um elemento imaterial do fundo de comércio, não é questão de alta relevância."*¹³

Merecem respeito tais posicionamentos; todavia, não abordam questão fundamental, qual seja, a de que são esses atributos que proporcionam à sociedade avalianda determinados benefícios que se materializam em seu nível de rentabilidade. O nome, a marca, a clientela, a localização geram benefícios sob a forma de lucros diferenciados, que em qualquer processo avaliatório são sempre considerados.

¹² Fábio Ulhoa COELHO, *op. cit.*, v. 1, p. 96.

¹³ Rubens REQUIÃO, *op. cit.*, v. 1, p. 235-236.

É óbvio que o empresário não pode arvorar-se em dono de sua clientela, mas é ele que, racionalmente, dispõe os elementos constitutivos de seu negócio de modo a colher os benefícios que aquela lhe proporciona pelo consumo de seus produtos e serviços. Isto é o quanto basta para se considerar a patrimonialidade desses elementos, independente do debate quanto ao posicionamento da clientela e do aviamento.

Se tais elementos intangíveis têm o condão de gerar benefícios sob a forma de lucros acima do que pode ser considerado normal, são resultados econômicos pertencentes à sociedade avalianda, distribuíveis, portanto, aos titulares do capital.

REQUIÃO arremata seu entendimento, assim:

"Sendo um fato evidente que a empresa constitui uma atividade organizada contendo vários elementos, ou o estabelecimento comercial vários bens, o valor decorrente desse complexo, é maior do que a soma dos elementos isolados. Essa mais valia constitui, precisamente, o que o direito denomina de aviamento"; em síntese: "aviamento é a aptidão da empresa de produzir lucros, decorrente da qualidade e da melhor perfeição de sua organização".¹⁴

Entretanto, por óbvio, a atividade mercantil pressupõe a geração de lucros, senão a sociedade fenece. Na verdade, há que se qualificar ou diferenciar tal aptidão, pois qualquer investidor racional somente estará disposto a pagar determinada quantia pelo *goodwill* ou aviamento se este possuir aptidão de gerar lucros acima de outro empreendimento semelhante em termos de retorno sobre o investimento; em outras palavras, nenhum empreendedor estará disposto a desembolsar um **sobrevalor** para obter o mesmo fluxo de lucros futuros.

Como se viu no Capítulo 2, a taxa de juros é o mecanismo que permite a compra e venda de fluxos de renda futuros a valor presente.

Para o perito em contabilidade atuante nos meios forenses, como *perito judicial* nomeado por juizes, ou como *assistente técnico* indicado pelas partes, é de extrema relevância saber o significado preciso desses termos (fundo de comércio e

¹⁴ Ibidem, p. 236-237.

aviamento, que neste trabalho é assumido como *goodwill*), quando atua em processos judiciais em que são determinadas avaliações de sociedades, para efeito de apuração de haveres, a favor de sócios dissidentes ou excluídos, bem assim em favor de herdeiros de sócio falecido.

No que nos toca, os tratadistas contábeis, sem nenhum desmerecimento dos ilustres juristas, enfrentam o *goodwill* de forma bem mais ampla.

7.2 CLASSIFICAÇÃO DO GOODWILL

E. MARTINS, louvando-se em vários autores, apresenta várias classificações quanto à origem do *goodwill* assim:

- **Classificação de PATON e PATON, JR.** ¹⁵

“Goodwill comercial – Aquele que aparece em função dos seguintes fatores:

- a) serviços colaterais, como equipe cortês de vendedores, entregas convenientes, facilidade de crédito, dependências apropriadas para serviço de manutenção etc.;*
- b) qualidade do produto em relação ao preço;*
- c) atitude e hábito do consumidor como fruto de nome comercial e marca tornados proeminentes em função de propaganda persistente;*
- d) em casos especiais, a localização do estabelecimento e a qualidade e imagem do distribuidor.*

Goodwill industrial – *O que surge em função de altos salários, baixo turnover de empregados, oportunidades internas satisfatórias para acesso às posições hierárquicas superiores, serviço médico, sistema de segurança adequado etc., desde que tais fatores contribuam para a boa imagem da sociedade e também para a redução do custo unitário de produção (devido*

¹⁵ Eliseu MARTINS, *Contribuição ao estudo do ativo intangível*, p. 73-74.

à eficiência de uma força de trabalho operando nessas condições). Dessa forma, um valor (Goodwill) é adicionado à sociedade.

Goodwill financeiro – Aquele derivado da atitude de investidores, fontes de financiamento e de crédito (para capital em dinheiro, bens ou serviços). Existindo essas condições em caráter bastante favorável, possui a firma sólida situação para cumprir suas obrigações e manter sua imagem, ou, então, obter recursos financeiros que lhe permitam aquisições de matéria-prima ou mercadorias em melhores termos e preços.

Goodwill político – O obtido em função de boas relações com o Governo. Esse fator, segundo os autores citados, tem crescido em importância, o que parece ser verdade em muitos países. Reconhecem também a dificuldade de se efetuar essa própria classificação e admitem a quase impossibilidade prática de se atribuir o todo do Goodwill a cada um dos fatores que o provocam.”

• Classificação de CONYNGTON ¹⁶

Goodwill comercial – Aquele criado independentemente das pessoas proprietárias ou administradoras da sociedade, ou seja, o criado em função única e exclusivamente da firma como um todo. Abrangeria parte dos quatro grupos já citados anteriormente, englobando em cada um deles o que não recebeu influência pessoal dos proprietários ou gerentes.

Goodwill pessoal – Exatamente aquele que surge em função de uma ou várias pessoas que integram a sociedade, sendo ela(s) proprietária(s) ou administradora(s). Corresponde, mais ou menos, ao complemento do Goodwill comercial.

Goodwill profissional – O desenvolvido por uma classe profissional (normalmente liberal) que acaba por criar uma imagem que a distingue o suficiente dentro da sociedade, a fim de lhe proporcionar condições de alta remuneração. Cita o caso dos médicos, advogados (no princípio do século principalmente), contadores (em alguns países) etc.

¹⁶ Ibidem, p. 74-75.

Goodwill evanescente – O Goodwill que tem uma vida muito limitada, pois as circunstâncias que o suportam são de curta duração, como é caso característico de certos produtos que a moda cria; podem ser de qualquer natureza: jogos (como boliche, em alguns lugares, vestuário (botas, por exemplo), lugares públicos (boates) etc.

Goodwill de nome ou marca comercial – Aquele que independe do produto, pois concorrentes o fabricam com as mesmas características, e que só pode ser ocasionado pela imagem do nome da empresa que o produz ou da marca sob o qual é comercializado.”

Cita, ainda, CATLETT e OLSON,¹⁷ para os quais os fatores responsáveis pelo aparecimento do goodwill são:

- “administração superior;
- organização ou gerente de venda proeminente;
- fraqueza na administração do competidor;
- propaganda eficaz;
- processo secretos de fabricação;
- boas relações com os empregados;
- crédito proeminente como resultado de uma sólida reputação;
- excelente treinamento para os empregados;
- alta posição perante a comunidade conseguida através de ações filantrópicas e participação em atividades cívicas por parte dos administradores da sociedade;
- desenvolvimento desfavorável nas operações do competidor;
- associações favoráveis com outra sociedade;
- localização estratégica;
- descoberta de talentos ou recursos;

¹⁷ Ibidem, p. 75-76.

- condições favoráveis com relação ao impostos;
- legislação favorável.”

O *goodwill* não adquirido, enquanto valor econômico, não é reconhecido nos livros das sociedades; entretanto, quando adquirido, ele o é. Esse continua sendo um dos temas mais polêmicos no seio da Contabilidade.

7.3 ASPECTOS POLÊMICOS DA MENSURAÇÃO DO GOODWILL

Os adeptos da mensuração do ativo por seu valor econômico, ou seja, pelo valor do fluxo futuro de resultados, entendem que os ativos deveriam representar todo o potencial de geração de lucros.

Tal entendimento está calcado na mensuração dos ativos a valores de saída.

E. MARTINS, em 1972, já pontificava que *“em um Ativo definido em termos econômicos não existe, portanto, lugar para o ‘goodwill’.* Em uma Contabilidade fundamentada dessa forma o ‘goodwill’ simplesmente não existe”.¹⁸

A existência de *goodwill*, independente de ativos serem avaliados pelos seus valores econômicos, denotaria, simplesmente, os limites e as dificuldades de identificação de determinados potenciais dos ativos de difícil agregação aos mesmos. Seria uma dificuldade de natureza prática, não teórica.

A questão está na avaliação individual dos ativos e de toda a sociedade, o que vale dizer que a soma das partes não é igual ao todo, ao empreendimento.

A combinação de determinado conjunto de ativos, em uma atividade produtiva, gera uma dinâmica de resultados econômicos diferente daquela existente em cada um dos ativos considerados de per si.

Esse entendimento levou MONOBE, em 1986, a considerar a existência do que denominou *goodwill sinérgico*, concluindo que

¹⁸ Eliseu MARTINS, *op. cit.*, p. 82.

*“ocorrendo sinergia positiva, o valor da empresa seria sempre maior que a soma dos valores econômicos de todos os ativos utilizados, sem exceção. Assim, se o contador fosse onnisciente, o goodwill seria atribuível à sinergia da organização, um conceito muito mais útil para avaliação do comportamento da empresa e suas potencialidades”.*¹⁹

A literatura estrangeira sobre o tema *goodwill* vem de longa data.

BESTA (*Apud* HERMANN JR.) era de entendimento de que o *goodwill* ou aviamento poderia ser mensurado assim:

*“O valor do aviamento de um negócio singular ou de uma empresa no seu conjunto é essencialmente igual ao valor atual do excesso dos lucros que, na hipótese de uma administração normal, dirigida por energias físicas, de vontade e inteligência normais, comuns, possam ser esperados ou presumidos de capitais investidos efetivamente no negócio ou empresa, sobre os lucros médios que costumam produzir capitais empregados com igual segurança em outros negócios ou empresas similares ou análogos, mas em condições comuns, não privilegiadas.”*²⁰

Exemplos de contribuições significativas mais recentes podem ser encontrados em HENDRIKSEN e MOST.

HENDRIKSEN, considerando a complexidade de se mensurar o *goodwill*, à medida que falta-lhe, pelo menos, duas características, identificabilidade e separabilidade, entende ser possível enfocar referido ativo sob três dimensões:

1. avaliação de atitudes favoráveis em relação à sociedade;
2. valor presente descontado dos lucros futuros esperados acima do que pode ser considerado como retorno normal, exceto o *goodwill*; e,
3. conta mestra de avaliação - a diferença entre o valor de todo o negócio e o valor das avaliações específicas dos seus ativos tangíveis e intangíveis.²¹

¹⁹ Massanori MONOBE, *Contribuição à mensuração e contabilização do goodwill não adquirido*, p. 61.

²⁰ Frederico HERMANN JR, *Contabilidade superior: teoria econômica da contabilidade*, p. 179.

²¹ Eldon S. HENDRIKSEN, Michael F. VAN BREDA, *Accounting theory*, p. 640.

Relações comerciais vantajosas, boas relações com empregados e fornecedores são fatores de valorização do negócio:

*"Essas atitudes favoráveis podem dever-se a uma situação vantajosa, a uma reputação e nome excelentes, a privilégios de monopólio, à boa administração do negócio e outros fatores. Quando o preço de compra de um negócio em marcha excede o total da avaliação de todos os seus ativos individuais, exceto o goodwill, pode-se assumir que este excedente representa o pagamento destes atributos intangíveis específicos."*²²

Portanto, tais elementos intangíveis, podem, em tese, ser objeto de mensuração.

O enfoque mais comum no que se refere à natureza do goodwill é que *"ele representa o valor atual descontado dos ganhos futuros esperados (ou fluxos de caixa para os acionistas) que superem o que se poderia considerar como um retorno normal."*²³

Prossegue questionando que:

*"a suposição de que os ativos tangíveis somente podem oferecer uma taxa de retorno normal enquanto que outros fatores são responsáveis pelo excedente é pura ficção. Os ativos tangíveis podem ter valor em seus usos específicos por causa da competição imperfeita e mudanças da demanda dos produtos, bem como pela sua eficiente utilização. Todos os fatores interagem na produção dos produtos ou serviços finais e na obtenção de lucros para os acionistas. Qualquer tentativa de alocar uma porção do valor total da empresa na base da capitalização de ganhos superiores, é, assim, artificial."*²⁴

O terceiro enfoque foi tratado, pioneiramente, por CANNING,²⁵ que recomenda que o goodwill deveria ser registrado numa conta mestra de avaliação

²² Ibidem, p. 640.

²³ Ibidem, p. 640-641.

²⁴ Ibidem, p. 641.

²⁵ Ibidem, p. 641.

(*master valuation account*), na medida em que não é possível ratear o valor total da sociedade entre seus ativos específicos.

MOST apresenta três significados distintos para a palavra *goodwill* no universo contábil

"(1) uma construção teórica: o valor presente dos resultados futuros ou a renda líquida que exceder ao retorno normal sobre o investimento;

(2) uma observação empírica: o excesso do preço pago por um negócio sobre o justo valor de mercado dos ativos que o compõem excluído o goodwill; e

*(3) uma assertiva da técnica contábil: na consolidação das contas de um grupo, a parte do montante pago pela controladora para obter o controle que exceder a sua parcela dos ativos líquidos das subsidiárias".*²⁶

BEDFORD e BURTON (*Apud* MONOBE) acrescentam um quarto grupo como sendo aquele que:

*"acredita ser o goodwill uma resultante do fenômeno da sinergia. Portanto, o goodwill não é um ativo independente como um ativo tangível qualquer, que pode ser vendido ou trocado. Ao contrário, trata-se de um valor ligado a continuidade da empresa, representando o excesso do valor dos ativos combinados da mesma sobre a soma dos seus valores individuais".*²⁷

IUDÍCIBUS realça as dificuldades de se definir *goodwill*, assumindo que a menos pior foi aquela de KOHLER que definiu intangíveis assim: *"um ativo de capital que não tem existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que antecipadamente sua posse confere ao proprietário".*²⁸

Aponta as posições discordantes de HENDRIKSEN e MOST sobre *goodwill*.

Indica cinco características aceitas por HENDRIKSEN (indicando dentro do parênteses a posição de MOST), a saber:

"Vejam as características:

²⁶ Kenneth S. MOST, *Accounting theory*, p. 241.

²⁷ Massanori MONOBE, *op. cit.*, p. 57.

²⁸ Sérgio IUDÍCIBUS, *Teoria da contabilidade*, p. 176.

1. *Não são separáveis do valor da empresa como um todo (mas isto se aplica claramente apenas em alguns casos; o portador de contratos de alto valor e de direitos autorais teria pouca dificuldade para distingui-los do intangível do negócio).*
2. *Há um alto grau de incerteza relativo ao valor dos benefícios futuros a serem recebidos (isto se aplicaria também a muitos itens do imobilizado tangível e mesmo para algumas propriedades imobiliárias e para grande parte dos inventários).*
3. *Não se pode determinar o valor do ativo pela verificação da condição física, do custo de reposição ou de um valor corrente de mercado (ao comparar com ativos imobilizados tangíveis, a afirmativa é um truísmo; entretanto, alguns ativos fixos perdem valor independentemente de sua condição física. Se o goodwill ou um produto patenteável têm um custo de reposição ou valor de mercado, é uma questão de fato em cada caso.)*
4. *Quanto ao valor a ser derivado dos benefícios futuros esperados, é impossível determinar qual parte da receita deriva de um intangível, especificadamente. (É o mesmo critério criticado em 1; além disso, a inabilidade em atribuir receitas a ativos específicos aplica-se igualmente à maioria dos ativos tangíveis.)*
5. *Surgem de condições de concorrência imperfeita. (Desde que a concorrência imperfeita é a norma e não a exceção em uma economia moderna, não tem sentido a afirmação.)”²⁹*

Como podemos observar, a conceituação clara do goodwill é tarefa ainda incompleta.

Vejam-se, por exemplo, BESSIERE e COISPEAU que o definem assim:

“o goodwill é concebido como um superlucro que é conveniente capitalizar num certo período. Esse superlucro traduz a noção de ‘renda econômica’ de que a empresa dispõe devido à qualidade de seus produtos, de sua

²⁹ Sérgio IUDÍCIBUS, *op. cit.*, p. 181.

*administração, de sua rede de distribuição, de sua posição num mercado, de sua superioridade tecnológica, de sua notoriedade etc.”*³⁰

Ou, ainda, PÈNE: *“o goodwill ou sobrevalor corresponde pois ao excedente do rendimento econômico previsível sobre a rentabilidade exigida dos capitais investidos”*.³¹

E. MARTINS coloca claramente as dificuldades da Contabilidade em mensurar o *goodwill*, assim:

*“‘know-how’, propaganda eficiente, localização geográfica estratégica, habilidade administrativa fora dos padrões comuns, treinamento eficiente dos empregados, relações públicas favoráveis, legislação pública também favorável, condições monopolísticas etc. representam todos eles elementos que têm valor econômico. Estão dirigindo à entidade que os possui Resultados Econômicos que de outra forma não existiriam. Mas a Contabilidade, seguindo seus Princípios de Custo, Objetividade e Conservadorismo, tem preferido o seu não-reconhecimento.”*³²

Buscando uma síntese do pensamento de MARTINS por meio das características fundamentais do *goodwill* (agente de reconhecido valor econômico; falta de tangibilidade; ausência ou dificuldade de mensuração de custo; e inexistência de identificação individual), FERNANDES diz:

“Combinando tais elementos poder-se-ia formular a seguinte definição: goodwill é um ativo intangível que se forma naturalmente pela combinação dos ativos na atuação da empresa. Com esta definição haveria condições de se reconhecer a relação entre o goodwill e a operação da empresa e se estaria recusando sua definição como ‘fruto da subavaliação de ativos’ (master valuation account) e também a visão de goodwill como superlucros”.³³

³⁰ Véronique BESSIERE, Olivier COISPEAU, *L'évaluation des entreprises*, p. 120.

³¹ Didier PÈNE, *Évaluation et prise de contrôle de l'entreprise*, v.2, p. 113.

³² Eliseu MARTINS, *op. cit.*, p. 59.

³³ Francisco Carlos FERNANDES, *Goodwill*, p. 8.

EDWARDS e BELL,³⁴ considerando a problemática avaliatória do *goodwill*, entendem que podemos considerar duas abordagens: *goodwill objetivo* e *goodwill subjetivo*, em função de quem o convalida.

Entendem que *goodwill objetivo* pode ser considerado como a diferença entre o valor de mercado da sociedade e o valor de mercado de seus ativos específicos. Portanto, é o próprio mercado que reconhece esse *plus*.

Já o *goodwill subjetivo* surge da diferença entre o valor da sociedade a ela atribuído por seus administradores ou proprietários e o valor de mercado de seus ativos específicos. Surge, portanto, de uma avaliação individual, subjetiva, permeada das preferências e avaliação de risco personalizadas.

7.4 GOODWILL ADQUIRIDO E NÃO ADQUIRIDO

Apesar das controvérsias, há um aspecto em que encontramos consenso na maioria dos autores. Trata-se do *goodwill adquirido* e *não adquirido*, também denominado de *goodwill formado internamente*.

O *goodwill adquirido*, como a própria terminologia já indica, corresponde à parte do preço da alienação de determinado negócio, não identificada com os próprios ativos adquiridos, normalmente, materializado sob a figura de um ágio pago e registrado nos livros da sociedade adquirente.

O registro contábil do *goodwill adquirido* gera, por seu lado, toda a polêmica quanto ao não registro do *goodwill* formado internamente.

O *goodwill* formado internamente vai concretizando-se ao longo do tempo, por meio de diversas ações, cujos gastos, quando os há, são geralmente considerados como despesas do período, além do que os registros contábeis tradicionais obedecem ao "Princípio do custo como base de valor", olvidando o valor econômico dos ativos.

³⁴ Edgard O. EDWARDS, Philip W. BELL, *The theory and measurement of business income*, cap. 2.

A crítica contundente que se faz ao reconhecimento do *goodwill adquirido* e não do outro (formado internamente) é a que se refere às distorções quanto à comparação entre sociedades semelhantes, pois aquela que tem *goodwill* formado internamente estaria prejudicada em sua análise.

7.5 GOODWILL NEGATIVO OU BADWILL

Em momentos anteriores admitimos que o *goodwill* surge em função de que o valor da sociedade pode ser diferente da somatória dos valores econômicos de seus ativos individuais. Nesse diapasão, é plenamente justificável pensar na hipótese inversa, ou seja, a somatória dos valores dos ativos pode ser inferior ao valor de toda a sociedade.

Pode ser que determinadas linhas de produção ou segmentos operacionais, em termos econômicos, estejam contaminando o valor global, negativamente.

Assim, é importante identificar as razões objetivas dessa distorção, saneando ou encerrando a parte operacional causadora desses efeitos negativos no valor global do empreendimento. Pode ser mais vantajoso para os proprietários vender o empreendimento por partes.

Do ponto de vista contábil, estamos diante do surgimento de um deságio.

Em processos judiciais que envolvem apuração de haveres, *goodwill* negativo apurado em sociedade em marcha significa a inexistência de *goodwill*, mormente em sociedades deficitárias; tem como consequência o abandono do referido valor negativo, considerando o perito, no *balanço de determinação*, apenas os valores dos elementos patrimoniais a preços de mercado. Isto quer dizer que seria economicamente mais vantajoso liquidar a sociedade do que mantê-la em funcionamento.

7.6 FÓRMULAS DE CÁLCULO DO *GOODWILL*

Várias são as fórmulas de cálculo do *goodwill* que se utilizam dos lucros para o respectivo cálculo.

MONOBE³⁵ sintetizou-as da forma como passamos a reproduzir:

A primeira considera o lucro líquido e determinado fator multiplicativo para obtenção do *goodwill*:

$$G = (LL - RA - i.AT) . F,$$

onde:

G = valor do *goodwill*

LL = lucro líquido

RA = remuneração da administração

i = taxa de juros aplicável ao capital imobilizado em ativos tangíveis

AT = ativos tangíveis

F = fator multiplicativo para obtenção do *goodwill*

Como variante da anterior, temos a que leva em consideração os lucros líquidos médios dos últimos cinco anos, denominada Método de Nova Iorque:

$$G = (LLM - RA - i.AT) . F,$$

onde:

G = valor do *goodwill*

LLM = lucro líquido médio dos últimos cinco anos

RA = remuneração da administração

i = taxa de juros aplicável ao capital imobilizado em ativos tangíveis

AT = ativos tangíveis

F = fator multiplicativo para obtenção do *goodwill*

³⁵ Massanori MONOBE, *op. cit.*, p. 66-69.

A terceira fórmula, conhecida como de HATFIELD, introduz a visão do *goodwill* como resíduo em relação aos outros ativos:

$$G = [(LL - RA) / j] - AT,$$

onde:

G = valor do *goodwill*

LL = lucro líquido médio dos últimos cinco anos

RA = remuneração da administração

j = taxa de capitalização dos lucros

AT = ativos tangíveis

A quarta e última fórmula apura o valor atual dos *superlucros*, não incluindo quaisquer ativos intangíveis no cálculo, assim:

$$G = \sum_{t=1}^k \frac{(LL_t - RA - i.AT)}{(1+r)^t},$$

onde:

G = valor do *goodwill*

LL_t = lucro líquido no momento t, que seria decrescente, acarretando *superlucros* decrescentes

RA = remuneração da administração

i = taxa de juros aplicável ao capital imobilizado em ativos tangíveis

AT = ativos tangíveis

r = taxa de desconto atribuída aos *superlucros*

k = limite de duração dos *superlucros*

A avaliação do acervo patrimonial pelo valor econômico individual de cada um de seus componentes não faz desaparecer o denominado *goodwill* tradicional,

pelo contrário, nas palavras de MONOBE,³⁶ faz aflorar seu conteúdo mais expressivo, o *goodwill sinérgico* da sociedade.

Considerando que o valor mais próximo do valor econômico do ativo advém da aplicação de um método misto, utilizando-se de avaliações de ativos a valores de saída e custos de reposição, já que a sociedade atua tanto como compradora quanto como vendedora, MONOBE propõe a apuração do *goodwill* global, como a

"diferença entre os lucros líquidos projetados – um horizonte temporal de projeção muito utilizado é o de cinco anos – descontados pela taxa de remuneração de empreendimento de igual risco, que corresponderia ao custo de oportunidade do investimento".³⁷

O *goodwill* global, em termos algébricos é representado pelo proponente, assim:

$$G = \sum_{t=1}^n \frac{LLP_t}{(1+j)^t} - PL_{vc},$$

onde:

LLP_t = lucro líquido projetado para o período t futuro

j = taxa de desconto (custo de oportunidade) correspondente
à remuneração de empreendimento de igual risco

PL_{vc} = patrimônio líquido em valores correntes (excluído o *goodwill*)

Como vimos anteriormente, EDWARDS e BELL propõem o que denominaram de *goodwill objetivo e subjetivo*; no primeiro, consideram em seu cálculo o valor de mercado da sociedade e a avaliação individual dos ativos e, no segundo, consideram os ganhos futuros esperados, conforme a expectativa de seus administradores ou proprietários e o valor de mercado de cada um de seus ativos.

Assim, teríamos dois montantes prováveis para o mesmo *goodwill*, a saber:

$$GO = VME - \sum VMA_i,$$

onde:

³⁶ Ibidem, p. 170.

³⁷ Ibidem, p. 161.

GO = *goodwill* objetivo

VME = valor de mercado de toda a empresa

VMAi = valor de mercado do ativo Ai

E, para o *goodwill* subjetivo:

$$GS = VSE - \sum VMAi,$$

onde:

GS = *goodwill* subjetivo

VSE = valor subjetivo de toda a empresa (o valor estimado dos benefícios futuros de todos os ativos)

VMAi = valor de mercado do ativo Ai

FERNANDES, comentando o que propuseram EDWARDS e BELL, diz:

*“o valor da empresa e o valor de seus ativos individualmente ganha relevância total, e os resultados (lucros) futuros esperados são vistos como atributos dos ativos. A avaliação proposta por eles se aproxima muito mais do conceito de ativo para a Contabilidade e desvincula o goodwill dos lucros gerados no passado e do que seria uma taxa de lucratividade normal, muito embora, ao final das contas, exista uma grande relação entre o conceito econômico de ativo e a sua realização como resultado de um período”.*³⁸

Para BESSIERE e COISPEAU,

*“o fundamento de todos os métodos de avaliação do goodwill é a noção de rentabilidade dos ativos investidos na empresa. O superlucro, que será capitalizado em seguida, é calculado pela diferença entre a rentabilidade efetivamente obtida pela empresa e a rentabilidade ‘normal’ dos ativos”.*³⁹

Com base nessa afirmação, propõem:

$$SP = B - rA,$$

onde:

³⁸ Francisco Carlos FERNANDES, *op. cit.*, p. 18.

³⁹ Véronique BESSIERE, Olivier COISPEAU, *op. cit.*, p. 120

SP = superlucros

B = lucros efetivamente obtidos pela empresa

A = ativos envolvidos nas operações

r = taxa de remuneração normal dos ativos

E. MARTINS preconiza, diante das dificuldades de mensuração do valor econômico dos ativos (o valor presente dos fluxos de benefícios futuros desses ativos) e em face da subjetividade inerente, uma possibilidade intermediária de se utilizar na avaliação dos ativos, um procedimento misto, que consiste na mensuração do ativo total por seu valor econômico e seus respectivos componentes pelo custo corrente, designando a diferença entre um e outro, como "excesso sobre o valor corrente", ⁴⁰ adotando a seguinte fórmula, como consta em Monobe:⁴¹

$$G = \sum_{t=1}^n \frac{LLt}{(1+j)^t} - PL_{cc}$$

onde:

G = valor do *goodwill*

LLt = lucro líquido do período t

j = taxa de desconto (custo de oportunidade) correspondente
à remuneração do empreendimento de igual risco

PL_{cc} = patrimônio líquido a custos correntes

n = número de períodos utilizado para apuração do *goodwill*

Trata-se, como se pode constatar nas formulações, de cálculos com base nos lucros obtidos ou esperados.

Como se observou, ao longo desta seção, o consenso é ainda uma quimera. Muitas são as opiniões e, conseqüentemente, as fórmulas de mensuração. Embora, ao leitor possa parecer negativo, essa profusão de fórmulas e de entendimentos, demonstra, ao contrário, a riqueza técnica e científica do assunto.

⁴⁰ Eliseu MARTINS, *op. cit.*, p. 88.

⁴¹ Massanori MONOBE, *op. cit.*, p. 74.

7.7 PROPOSIÇÃO

Como já se disse alhures, o perito em contabilidade dificilmente tem acesso aos orçamentos ou projeções futuras.

Quando da época de realização do trabalho pericial de apuração de haveres, o futuro já será passado.

Os sucessos ou fracassos futuros, como já dito em momento anterior, não alcançam as quotas a serem reembolsadas. Portanto, só resta ao *expert* socorrer-se dos resultados econômicos históricos anteriores à data do evento, se a sociedade possuir escrituração mercantil devidamente formalizada.

A taxa de desconto ou custo de oportunidade semelhante à rentabilidade de empreendimento de igual risco é informação, na maioria dos casos, indisponível.

Todas as fórmulas de mensuração do *goodwill* têm seus méritos, mas, como os usuários dos laudos periciais contábeis de apuração de haveres são pessoas não afeitas a seus significados, temos de decodificá-las, a fim de que tornem inteligíveis e compatíveis com o conceito de *sobrevalor* preconizado pelos comercialistas.

Considerando que o patrimônio líquido consignado no *balanço de determinação*, antes da apuração do *goodwill*, já reflete o valor econômico de cada um dos elementos patrimoniais da sociedade avalianda na data base do evento, sancionado pelo mercado, para finalizar o processo avaliatório é necessário mensurar se o todo patrimonial é superior à somatória dos valores individuais daqueles elementos; em outras palavras, resta constatar a existência ou não do chamado efeito sinérgico, originário da combinação dos elementos patrimoniais entre si.

É o que propomos a seguir.

7.7.1 Premissas

Na construção do modelo proposto de mensuração do efeito sinérgico, é necessário assumir determinadas premissas e o fazemos mediante a formulação de perguntas.

Se o *goodwill* sinérgico é a capacidade que determinada sociedade possui de gerar lucros acima do normal, **o que pode ser entendido por lucro normal?**

Para nós, o Lucro Normal (*LN*) da sociedade avalianda corresponde ao rendimento (lucro) que o ativo operacional líquido a valores de mercado, não incluído o *goodwill*, pode gerar se aplicado a uma taxa de juros correspondente ao custo do capital próprio.

Assumimos, também, que o custo do capital próprio corresponde à taxa máxima de juros permitida por lei que os particulares podem ajustar em seus negócios; isso equivale a 12% (doze por cento) ao ano, conforme disposto no art. 1º, Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933.⁴²

Mais duas razões dão guarida à utilização da taxa de 12%. A primeira advém do próprio contrato social no qual os contratantes (sócios) ao disporem sobre a forma de apuração e pagamento dos haveres ajustam, normalmente, essa taxa aplicada sobre o valor do reembolso das quotas. A segunda decorre da própria sentença judicial que determina o pagamento dos haveres acrescidos dos juros contratuais ou dos legais. É, portanto, necessário excluir do cálculo do *goodwill* a remuneração do capital (haveres) garantida pelo contrato social e na sentença, evitando-se assim o denominado *bis in idem* que não encontra guarida no ordenamento jurídico pátrio.

⁴² Lei da Usura: "Art. 1º É vedado e será punido nos termos desta lei estipular, em quaisquer contratos, taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal (Código Civil, art. 1.062)." Código Civil: "Art. 1.062. A taxa dos juros moratórios, quando não convencionada (art. 1.962), será de seis por cento ao ano."

Para aquilatarmos se a sociedade avalianda gera lucro operacional acima do normal, é necessário indagar **o que pode ser entendido por lucro gerado pelas operações.**

Assumimos que o lucro gerado pelas operações (lucro operacional líquido) corresponde ao lucro líquido do exercício, excluídas as receitas e despesas financeiras, deduzido das provisões tributárias incidentes sobre referido lucro.

O lucro gerado pelos ativos não operacionais e os resultados de transações eventuais, ou comumente denominadas de não operacionais, exceto o saldo de correção monetária que por sua própria natureza tem caráter nitidamente operacional, são também excluídos do lucro operacional líquido.

O que pode ser entendido por lucro operacional líquido: **são os lucros operacionais líquidos históricos ajustados, ou os lucros operacionais líquidos futuros?**

Considerando que os insucessos ou sucessos da sociedade avalianda após a data do evento não alcançam as quotas do sócio retirante ou pré-morto, só resta considerar os lucros operacionais líquidos históricos ajustados do período imediatamente anterior ao evento; portanto, descartada a alternativa de lucros futuros projetados. Não se trata de mera compilação de dados históricos; há que equacioná-los mediante a utilização da técnica denominada "Correção Monetária Integral".

Os lucros operacionais líquidos históricos, ajustados como no item anterior são atualizados monetariamente para a época do evento; em seguida, apuramos o lucro médio do período escolhido, imediatamente anterior ao evento, especialmente se se tratar de sociedade com comportamento cíclico em termos de resultados econômicos.

Recomendamos, por outro lado, que a atualização monetária seja realizada mediante a utilização de indexadores aceitos pelos Tribunais, o que evita o surgimento de polêmicas.

Assim, assumimos que o lucro operacional líquido médio histórico ajustado (*LOLmha*), em moeda constante, é o lucro gerado pelas operações da sociedade. Assumimos também o lucro operacional líquido médio histórico ajustado afim de minimizar eventuais sazonalidades operacionais ou processos de crescimento acentuado que não se repetirão no futuro.

Conhecidos o lucro gerado pelas operações e o lucro normal, **como surge o lucro acima do normal?**

O lucro acima do normal corresponde à diferença entre o lucro operacional líquido médio histórico ajustado, em moeda constante, e o lucro normal. A diferença assim apurada poderá resultar em três situações distintas:

- **Lucro normal superior ao lucro operacional líquido médio histórico ajustado**

Essa situação evidencia a inexistência do efeito sinérgico; o ativo operacional líquido a valores de mercado aplicado à taxa correspondente ao custo do capital próprio gera lucro superior ao que advém das operações, conseqüentemente inexistente *goodwill*. Essa é uma situação típica de *badwill*, ou seja, é mais vantajoso liquidar a sociedade do que mantê-la em operação.

- **Lucro normal igual ao lucro operacional líquido médio histórico ajustado**

Trata-se de situação rara, mas possível; para efeito de mensuração do efeito sinérgico, deparamo-nos com uma situação neutra; não se configura a existência de *goodwill*, tampouco de *badwill*.

- **Lucro normal inferior ao lucro operacional líquido médio histórico ajustado**

Esta situação caracteriza a existência do efeito sinérgico, ou seja, a sociedade possui capacidade de gerar lucros acima do normal (*LAN*); portanto, possui *goodwill*.

A diferença positiva entre o lucro operacional líquido médio histórico ajustado e o lucro normal ($LOLmha - LN = LAN$) é assumida como uma renda

perpétua dividida pelo custo do capital próprio, obtendo-se assim a mensuração do *goodwill*.

Resta ainda abordar a questão das necessidades de caixa para futuros investimentos fixos e de capital de giro.

O modelo proposto releva essa questão não sem motivo. O *goodwill* considerado na avaliação reflete apenas o efeito sinérgico originário da combinação dos ativos na data-base. O ativo operacional líquido é tomado por seu valor de mercado; assim, é desnecessário qualquer ajuste sob o argumento de que o custo de reposição possa ser maior no futuro; valem o que o mercado sanciona na data do evento. O lucro operacional líquido adotado é o médio histórico que já embute a depreciação e amortização média do período anterior considerado.

Em face das determinações judiciais não há como considerar se a sociedade, após o evento, irá expandir-se ou regredir, ou seja, o futuro não pertence ao sócio retirante, tampouco aos herdeiros do sócio pré-morto.

Em decorrência de tudo quanto foi assumido, indagamos: **qual é o valor da sociedade avalianda?**

Considerando todas as premissas assumidas, delas resulta que o valor da sociedade corresponde ao patrimônio líquido a valores de mercado (*PL_{vm}*), acrescido do eventual *goodwill* (*G*) e este só existe quando o lucro considerado normal é inferior ao lucro operacional líquido médio.

Nas hipóteses em que o lucro normal é superior ou igual ao lucro operacional líquido médio histórico ajustado, o valor da sociedade corresponde, exclusivamente, ao patrimônio líquido a valores de mercado. Tal situação revela que a sociedade avalianda gera lucros e fluxos de caixa operacionais que não remuneraram o capital próprio.

7.7.2 Fórmulas propostas

As premissas assumidas podem ser operacionalizadas, adotando-se as fórmulas a seguir demonstradas:

- **Cálculo do lucro normal**

$$LN = AOL_{vm} \cdot i,$$

onde:

LN = lucro normal

AOL_{vm} = ativo operacional líquido a valores de mercado

i = custo do capital próprio

- **Cálculo do lucro operacional líquido médio histórico ajustado**

$$LOL = LL + (DF - RF - RANO +/- RNO) - PT$$

onde:

LOL = lucro operacional líquido

LL = lucro líquido

DF = despesas financeiras

RF = receitas financeiras

RANO = resultado ativos não operacionais

RNO = resultados não operacionais

PT = provisões tributárias sobre o lucro operacional

Esse cálculo deve ser repetido para cada um dos exercícios anteriores ao evento, adotados pelo perito.

Finalizados referidos cálculos, os lucros líquidos históricos ajustados são trazidos para moeda da época do evento e, em seguida, apuramos a média simples,

surgindo, então, o **Lucro operacional líquido médio histórico ajustado (LOL_{mha})**, em moeda constante.

- **Cálculo do lucro acima do normal**

$$LAN = LOL_{mha} - LN,$$

onde:

LAN = lucro acima do normal

LOL_{mha} = lucro operacional líquido médio histórico ajustado

LN = lucro normal

Apurada diferença positiva originária de o lucro operacional líquido médio histórico ajustado superior ao lucro normal, os cálculos prosseguem para o estágio subsequente; essa diferença positiva evidencia a existência do efeito sinérgico.

Apurada diferença negativa ou nula, fica evidenciada a inexistência do efeito sinérgico, portanto, a sociedade avalianda não possui capacidade de gerar lucros acima do normal e, conseqüentemente, inexistente *goodwill*.

- **Cálculo do *goodwill***

$$G = LAN / i,$$

onde:

G = *goodwill*

LAN = lucro acima do normal

i = custo do capital próprio

O valor do *goodwill* é consignado no *balanço de determinação*, tanto no ativo quanto no patrimônio líquido.

- **Cálculo do valor da sociedade**

$$VS = PL_{vm} + G$$

onde:

VS = valor da sociedade

PL_{vm} = patrimônio líquido a valores de mercado

G = *goodwill*

O valor assim apurado corresponde ao patrimônio líquido consignado no balanço de determinação, que serve de base para a apuração dos haveres do sócio retirante ou pré-morto.

7.7.3 Alguns comentários sobre a proposição

A proposição leva em conta que é necessário transmitir a seus usuários a visão de que o *goodwill* ou aviamento corresponde ao efeito sinérgico, ou seja, a avaliação do todo patrimonial pode ser superior à avaliação individual de cada um de seus componentes; corresponde esse efeito à capacidade que a sociedade possui de gerar lucros acima daquele considerado normal; tem, portanto, caráter do algo mais, do *plus*, do *sobrevalor*.

Introduz os usuários dos laudos periciais contábeis de apuração de haveres e os profissionais da perícia contábil na noção de que o Patrimônio Líquido pode ser entendido como se aplicação financeira fosse, à medida que propõe que o lucro normal resulta da aplicação de uma taxa de juros correspondente ao custo do capital próprio.

Leva em consideração fórmulas de fácil assimilação, sem descuidar do rigor técnico.

O modelo proposto alcança uma gama significativa de sociedades dissolvidas parcialmente por decisão judicial: aquelas com passivos financeiros

normais. A constatação da existência de passivo financeiro extremamente oneroso ou subsidiado coloca a necessidade de considerar tal fato na mensuração do *goodwill*, ajustando o lucro operacional líquido aos efeitos das despesas financeiras onerosas ou subsidiadas.

Outra limitação que merece ser lembrada é a relativa ao componente pessoal. Pode ser que o sócio retirante ou pré-morto era a pessoa-chave do negócio; entretanto, cabe observar que tal aspecto não faz parte do foco deste trabalho.

Por derradeiro, o modelo proposto não leva em consideração o efeito da falta de liquidez sobre o valor da sociedade mesmo porque, juridicamente, a dissolução societária parcial não pode ser entendida como uma transação de compra e venda; assim, o perito judicial contábil mensura o valor da sociedade não seu preço.

7.7.4 Testando o modelo

Alguns ensaios são a seguir oferecidos.

Como primeiro ensaio apresentamos o valor da sociedade sem qualquer ajuste avaliatório, a fim de servir como referência aos ensaios subseqüentes, como evidenciado na Figura 4.

O segundo ensaio considera dois ajustes avaliatórios; o ativo permanente operacional contábil sofre ajuste para refletir o valor de mercado apurado no laudo de engenharia; são apuradas e consideradas contingências; considera os efeitos tributários originários dos ganhos de capital líquidos, como ilustrado na Figura 5. Observamos que o valor total da sociedade aumenta; todavia, o valor do *goodwill* é reduzido

O terceiro considera todos os ajustes anteriores acrescidos de ajuste avaliatório no ativo circulante operacional, originário, por exemplo, de ganhos de

estocagem, como ilustrado na Figura 6, observando o mesmo efeito relatado no ensaio anterior.

O quarto ensaio mantém todos os ajustes anteriormente relatados, agora acrescentados daquele realizado no ativo não operacional que, por exemplo, pode referir-se à reavaliação de terreno para futuras instalações reportada no laudo de engenharia, como observamos na Figura 7. Notemos que essa alternativa não afeta o valor do *goodwill*; entretanto, aumenta o valor total da sociedade, por conta da reavaliação do ativo não operacional.

O quinto ensaio combina todos os efeitos anteriores, adicionando ajustes no passivo operacional (por exemplo: dívidas com fornecedores não registradas, assumindo-se que a contrapartida seja estoques, os quais foram considerados no inventário) e no passivo financeiro (por exemplo: variação cambial não registrada), como vemos na Figura 8. A combinação desses dois ajustes provoca um acréscimo no valor total da sociedade decorrente do aumento do valor do *goodwill* em valor superior ao aumento das obrigações.

Como podemos notar em todos os ensaios apresentados, foram mantidos fixos os valores contábeis e variados os valores de mercado em função das várias ocorrências relatadas.

A fim de evidenciar uma situação operacional diferente, no sexto ensaio modificamos os dados contábeis com o objetivo de demonstrar os efeitos numa situação de ativo operacional líquido negativo, mantendo o mesmo lucro operacional líquido, como disponível na Figura 9. Constatamos que a sociedade possui *goodwill*, à medida que financia sua atividade operacional com capital de terceiros, sem custo financeiro explícito. Reflete, por sua vez, uma situação operacional de giro rápido de seus estoques financiados por seus fornecedores.

Itens	Valor Contábil	Valor Mercado	Ajustes Avaliatórios	Ganhos/(-) Perdas
Patrimoniais				
Ativo circulante operacional	10.000	10.000	Cálculo contábil	0
Ativo permanente operacional	7.000	7.000	Laudo engenharia	0
(=) Ativo operacional total	17.000	17.000		0
(-) Passivo operacional	-8.000	-8.000	Cálculo contábil	0
(=) Ativo operacional líquido - AOL	9.000	9.000	Soma	0
Disponibilidades	5.496	5.496	Cálculo contábil	0
Ativo não operacional	5.000	5.000	Cálculo contábil	0
(-) Passivo financeiro	-6.000	-6.000	Cálculo contábil	0
(-) Contingências	0	0	Cálculo contábil	0
(=) Ativo não operacional líquido	4.496	4.496	Soma	0
(-) IR ganhos de capital (40%)	0	0	Ganhos de capital	0
Patrimônio líquido - VS	13.496	24.496	Lucro normal	
Patrimônio líquido contábil	13.496	13.496	AOL _{vm}	9.000
Ganhos de capital líquido	0	0	i	12%
Goodwill	0	11.000	LN = AOL _{vm} . i	1.080
Lucro operacional	4.000	4.000	Goodwill	
Receitas financeiras	310		LOL	2.400
Despesas financeiras	-900		LN	1.080
Resultado ativo não operacionais	250		LAN = LOL - LN	1.320
Resultados não operacionais	500		i	12,0%
Lucro antes IR	4.160	4.000	G = LAN / i	11.000
IR (40%)	-1.664	-1.600		
Lucro líquido	2.496	2.400		
Valor da sociedade		Mercado	Contábil	Individual
Valor do ativo operacional líquido a 12%		20.000	9.000	9.000
Ativo não operacional líquido		4.496	4.496	4.496
(-) IR ganhos de capital (40%)		0	0	0
Goodwill		0	0	11.000
Valor da sociedade		24.496	13.496	24.496
Diferença avaliatória			11.000	
Demonstração da diferença avaliatória				
Ganhos de capital líquido				0
Goodwill				11.000
Diferença				11.000

Figura 4 Valor da sociedade inclusive goodwill, sem ajustes avaliatórios

Itens	Valor Contábil	Valor Mercado	Ajustes Avaliatórios	Ganhos/(-) Perdas
Patrimoniais				
Ativo circulante operacional	10.000	10.000	Cálculo contábil	0
Ativo permanente operacional	7.000	12.000	Laudo engenharia	5.000
(=) Ativo operacional total	17.000	22.000		5.000
(-) Passivo operacional	-8.000	-8.000	Cálculo contábil	0
(=) Ativo operacional líquido - AOL	9.000	14.000	Soma	5.000
Disponibilidades	5.496	5.496	Cálculo contábil	0
Ativo não operacional	5.000	5.000	Cálculo contábil	0
(-) Passivo financeiro	-6.000	-6.000	Cálculo contábil	0
(-) Contingências	0	-1.000	Cálculo contábil	-1.000
(=) Ativo não operacional líquido	4.496	3.496	Soma	-1.000
(-) IR ganhos de capital (40%)	0	-1.600	Ganhos de capital	4.000
Patrimônio líquido - VS	13.496	21.896	Lucro normal	
Patrimônio líquido contábil	13.496	13.496	AOL _{vm}	14.000
Ganhos de capital líquido	0	2.400	i	12%
Goodwill	0	6.000	LN = AOL _{vm} . i	1.680
Lucro operacional	4.000	4.000	Goodwill	
Receitas financeiras	310		LOL	2.400
Despesas financeiras	-900		LN	1.680
Resultado ativo não operacionais	250		LAN = LOL - LN	720
Resultados não operacionais	500		i	12,0%
Lucro antes IR	4.160	4.000	G = LAN / i	6.000
IR (40%)	-1.664	-1.600		
Lucro líquido	2.496	2.400		
Valor da sociedade		Mercado	Contábil	Individual
Valor do ativo operacional líquido a 12%		20.000	9.000	14.000
Ativo não operacional líquido		3.496	4.496	3.496
(-) IR ganhos de capital (40%)		-1.600	0	-1.600
Goodwill		0	0	6.000
Valor da sociedade		21.896	13.496	21.896
Diferença avaliatória			8.400	
Demonstração da diferença avaliatória				
Ganhos de capital líquido				2.400
Goodwill				6.000
Diferença				8.400

Figura 5 Valor da sociedade inclusive goodwill, com ajustes avaliatórios no ativo permanente operacional e contingências

Itens Patrimoniais	Valor Contábil	Valor Mercado	Ajustes Avaliatórios	Ganhos/(-) Perdas
Ativo circulante operacional	10.000	11.000	Cálculo contábil	1.000
Ativo permanente operacional	7.000	12.000	Laudo engenharia	5.000
(=) Ativo operacional total	17.000	23.000		6.000
(-) Passivo operacional	-8.000	-8.000	Cálculo contábil	0
(=) Ativo operacional líquido - AOL	9.000	15.000	Soma	6.000
Disponibilidades	5.496	5.496	Cálculo contábil	0
Ativo não operacional	5.000	5.000	Cálculo contábil	0
(-) Passivo financeiro	-6.000	-6.000	Cálculo contábil	0
(-) Contingências	0	-1.000	Cálculo contábil	-1.000
(=) Ativo não operacional líquido	4.496	3.496	Soma	-1.000
(-) IR ganhos de capital (40%)	0	-2.000	Ganhos de capital	5.000
Patrimônio líquido - VS	13.496	21.496	Lucro normal	
Patrimônio líquido contábil	13.496	13.496	AOL _{vm}	15.000
Ganhos de capital líquido	0	3.000	i	12%
Goodwill	0	5.000	LN = AOL _{vm} . i	1.800
Lucro operacional	4.000	4.000	Goodwill	
Receitas financeiras	310		LOL	2.400
Despesas financeiras	-900		LN	1.800
Resultado ativo não operacionais	250		LAN = LOL - LN	600
Resultados não operacionais	500		i	12,0%
Lucro antes IR	4.160	4.000	G = LAN / i	5.000
IR (40%)	-1.664	-1.600		
Lucro líquido	2.496	2.400		
Valor da sociedade		Mercado	Contábil	Individual
Valor do ativo operacional líquido a 12%		20.000	9.000	15.000
Ativo não operacional líquido		3.496	4.496	3.496
(-) IR ganhos de capital (40%)		-2.000	0	-2.000
Goodwill		0	0	5.000
Valor da sociedade		21.496	13.496	21.496
Diferença avaliatória			8.000	
Demonstração da diferença avaliatória				
Ganhos de capital líquido				3.000
Goodwill				5.000
Diferença				8.000

Figura 6 Valor da sociedade inclusive goodwill, com ajustes avaliatórios no ativo circulante e permanente operacional e contingências

Itens	Valor Contábil	Valor Mercado	Ajustes Avaliatórios	Ganhos/(-) Perdas
Patrimoniais				
Ativo circulante operacional	10.000	11.000	Cálculo contábil	1.000
Ativo permanente operacional	7.000	12.000	Laudo engenharia	5.000
(=) Ativo operacional total	17.000	23.000		6.000
(-) Passivo operacional	-8.000	-8.000	Cálculo contábil	0
(=) Ativo operacional líquido - AOL	9.000	15.000	Soma	6.000
Disponibilidades	5.496	5.496	Cálculo contábil	0
Ativo não operacional	5.000	7.000	Cálculo contábil	2.000
(-) Passivo financeiro	-6.000	-6.000	Cálculo contábil	0
(-) Contingências	0	-1.000	Cálculo contábil	-1.000
(=) Ativo não operacional líquido	4.496	5.496	Soma	1.000
(-) IR ganhos capital (40%)	0	-2.800	Ganhos de capital	7.000
Patrimônio líquido - VS	13.496	22.696	Lucro normal	
Patrimônio líquido contábil	13.496	13.496	AOL _{vm}	15.000
Ganhos de capital líquido	0	4.200	i	12%
Goodwill	0	5.000	LN = AOL_{vm} . i	1.800

Lucro operacional	4.000	4.000
Receitas financeiras	310	
Despesas financeiras	-900	
Resultado ativo não operacionais	250	
Resultados não operacionais	500	
Lucro antes IR	4.160	4.000
IR (40%)	-1.664	-1.600
Lucro líquido	2.496	2.400

Goodwill

LOL	2.400
LN	1.800
LAN = LOL - LN	600
i	12,0%
G = LAN / i	5.000

Valor da sociedade	Mercado	Contábil	Individual
Valor do ativo operacional líquido a 12%	20.000	9.000	15.000
Ativo não operacional líquido	5.496	4.496	5.496
(-) IR ganhos de capital (40%)	-2.800	0	-2.800
Goodwill	0	0	5.000
Valor da sociedade	22.696	13.496	22.696
Diferença avaliatória		9.200	

Demonstração da diferença avaliatória	
Ganhos de capital líquido	4.200
Goodwill	5.000
Diferença	9.200

Figura 7 Valor da sociedade inclusive goodwill, com ajustes avaliatórios no ativo circulante e permanente operacional, ativo não operacional e contingências

Itens	Valor Contábil	Valor Mercado	Ajustes Avaliatórios	Ganhos/(-) Perdas
Patrimoniais				
Ativo circulante operacional	10.000	11.000	Cálculo contábil	1.000
Ativo permanente operacional	7.000	12.000	Laudo engenharia	5.000
(=) Ativo operacional total	17.000	23.000		6.000
(-) Passivo operacional	-8.000	-10.000	Cálculo contábil	-2.000
(=) Ativo operacional líquido – AOL	9.000	13.000	Soma	4.000
Disponibilidades	5.496	5.496	Cálculo contábil	0
Ativo não operacional	5.000	7.000	Cálculo contábil	2.000
(-) Passivo financeiro	-6.000	-7.000	Cálculo contábil	-1.000
(-) Contingências	0	-1.000	Cálculo contábil	-1.000
(=) Ativo não operacional líquido	4.496	4.496	Soma	0
(-) IR ganhos capital (40%)	0	-1.600	Ganhos de capital	4.000
Patrimônio líquido – VS	13.496	22.896	Lucro normal	
Patrimônio líquido contábil	13.496	13.496	AOL _{vm}	13.000
Ganhos de capital líquido	0	2.400	i	12%
Goodwill	0	7.000	LN = AOL_{vm} . i	1.560
Lucro operacional	4.000	4.000	Goodwill	
Receitas financeiras	310		LOL	2.400
Despesas financeiras	-900		LN	1.560
Resultado ativo não operacionais	250		LAN = LOL – LN	840
Resultados não operacionais	500		i	12,0%
Lucro antes IR	4.160	4.000	G = LAN / i	7.000
IR (40%)	-1.664	-1.600		
Lucro líquido	2.496	2.400		
Valor da sociedade		Mercado	Contábil	Individual
Valor do ativo operacional líquido a 12%		20.000	9.000	13.000
Ativo não operacional líquido		4.496	4.496	4.496
(-) IR ganhos de capital (40%)		-1.600	0	-1.600
Goodwill		0	0	7.000
Valor da sociedade		22.896	13.496	22.896
Diferença avaliatória			9.400	
Demonstração da diferença avaliatória				
Ganhos de capital líquido				2.400
Goodwill				7.000
Diferença				9.400

Figura 8 Valor da sociedade inclusive goodwill, com ajustes avaliatórios no ativo circulante, permanente e passivo operacional, ativo não operacional, passivo financeiro e contingências

Itens	Valor Contábil	Valor Mercado	Ajustes Avaliatórios	Ganhos/ (-) Perdas
Patrimoniais				
Ativo circulante operacional	5.000	5.000	Cálculo contábil	0
Ativo permanente operacional	5.000	7.000	Laudo engenharia	2.000
(=) Ativo operacional total	10.000	12.000		2.000
(-) Passivo operacional	-13.000	-13.000	Cálculo contábil	0
(=) Ativo operacional líquido - AOL	-3.000	-1.000	Soma	2.000
Disponibilidades	5.496	5.496	Cálculo contábil	0
Ativo não operacional	5.000	0	Cálculo contábil	-5.000
(-) Passivo financeiro	-6.000	-6.000	Cálculo contábil	0
(-) Contingências	0	-1.000	Cálculo contábil	-1.000
(=) Ativo não operacional líquido	4.496	-1.504	Soma	-6.000
(-) IR ganhos de capital (40%)	0	0	Ganhos de capital	-4.000
Patrimônio líquido - VS	13.496	30.496	Lucro normal	
Patrimônio líquido contábil	13.496	13.496	AOL _{vm}	-1.000
Ganhos de capital líquido	0	-4.000	i	12%
Goodwill	0	21.000	LN = AOL _{vm} . i	-120
Lucro operacional	4.000	4.000	Goodwill	
Receitas financeiras	310		LOL	2.400
Despesas financeiras	-900		LN	-120
Resultado ativo não operacionais	250		LAN = LOL - LN	2.520
Resultados não operacionais	500		i	12,0%
Lucro antes IR	4.160	4.000	G = LAN / i	21.000
IR (40%)	-1.664	-1.600		
Lucro líquido	2.496	2.400		
Valor da sociedade		Mercado	Contábil	Individual
Valor do ativo operacional líquido a 12%		20.000	-3.000	-1.000
Ativo não operacional líquido		-1.504	4.496	-1.504
(-) IR ganhos de capital (40%)		0	0	0
Goodwill		0	0	21.000
Valor da sociedade		18.496	1.496	18.496
Diferença avaliatória			17.000	
Demonstração da diferença avaliatória				
Ganhos de capital líquido				-4.000
Goodwill				21.000
Diferença				17.000

Figura 9 Valor da sociedade inclusive goodwill, com ativo líquido operacional negativo e ajustes avaliatórios no ativo permanente operacional e contingências

CAPÍTULO 8 – DIFICULDADES E LIMITES PERICIAIS

São de várias ordens as dificuldades enfrentadas pelos peritos em contabilidade, em função judicial, quando são nomeados pelos magistrados para apresentar laudo de *apuração de haveres* em processos de inventário ou de dissolução de sociedade. Aqueles, quando do rol de bens deixados pelo falecido constam quotas de sociedade limitada; estes, originários de dissidência societária ou por exclusão de sócios.

Podemos deparar com sociedades que, após o evento, permanecem em franca atividade; outras poderão ter paralisado os negócios. Há, até, casos em que são previstas, contratualmente, a dissolução e a liquidação da sociedade por morte de um dos sócios; entretanto, em vez de procederem à liquidação, os remanescentes resolvem continuar os negócios, gerando situação jurídica anômala.

Em alguns contratos sociais, é permitida a entrada dos herdeiros na sociedade; em outros, não se prevê tal possibilidade.

O contrato social, instrumento que regula a vida societária desse tipo de sociedade, contém, com muita freqüência, cláusula contratual para enfrentar situações de morte, ou dissidência de sócios; entretanto, normalmente, apenas determina seja elaborado balanço especial, sobre o qual serão apurados e pagos os haveres. Alguns avançam, definindo, a forma de pagamento aos herdeiros ou sócio dissidente.

Quando do evento, é comum os sócios remanescentes esquecerem essa obrigação societária, não elaborando as demonstrações contábeis para a data. Nunca vimos especificado, em contrato social, qualquer sanção que poderia ser aplicada aos responsáveis pelo não-cumprimento dessa regra contratual.

E, quando as elaboram, procuram, às vezes, minimizar os valores patrimoniais, de modo a reduzir os haveres a serem pagos, quando não esvaziam a

sociedade, transferindo os negócios e/ou tecnologia e mesmo bens para outra sociedade, reduzindo o valor das quotas do sócio falecido, dissidente ou excluído.

Em raríssimos casos, constatamos a transcrição do *balanço especial ou de determinação* nos livros contábeis, o que, a teor do art. 12, do Código Comercial, deveria, em nosso entender, ser procedimento obrigatório em todos os eventos.

Em tempos recentes, muitas das sociedades limitadas sequer têm livros contábeis devidamente escriturados, especialmente as Microempresas (ME), e os peritos ainda têm que enfrentar questionamentos sobre negócios não registrados, ou seja, sobre o que se popularizou como caixa dois.

Da mesma forma, não há planos ou previsões orçamentárias quanto às perspectivas futuras dos negócios, que poderiam auxiliar no desenvolvimento dos estudos e cálculo do *goodwill* não adquirido. E, ainda que existam, os sócios remanescentes, por óbvio, não têm interesse em exibí-los, dificultando o trabalho pericial.

Como podemos vislumbrar, é uma situação complexa, às vezes caótica, com a qual depara o perito em contabilidade, quando do desenvolvimento de trabalhos periciais de apuração de haveres.

Como enfrentar alguns de tais óbices é o que propomos discutir a seguir.

8.1 ALGUNS ASPECTOS OPERACIONAIS PERICIAIS

Assim posta, a avaliação de sociedades organizadas sob a forma jurídica de sociedade limitada contemplará a valorização de todos os ativos pertencentes ou gerados pelo empreendimento, ou seja, ativos tangíveis e intangíveis.

Como complemento às diretrizes avaliatórias descritas no Capítulo 6, para avaliar uma sociedade em marcha, ou em funcionamento, dissolvida parcialmente, por decisão judicial, é condição necessária conhecer a estrutura e a qualidade dos ativos e passivos que serão objeto de avaliação. Enquanto sociedade em marcha, é empreendimento preexistente, com determinadas características e qualidades, a

serem levadas em consideração pelo perito em contabilidade no processo avaliatório.

O meio jurídico aceito e merecedor de fé em Juízo é o de o *expert* valer-se dos livros mercantis devidamente escriturados e respectivo suporte documental, que possuam as formalidades legais exigidas.

Dai decorre já o primeiro óbice, quando não existem livros mercantis devidamente escriturados, ou, se existirem, não tenham sido elaboradas as demonstrações contábeis especiais para a data do evento: óbito, ou declaração de dissidência, ou exclusão.

A data-base da avaliação será sempre o dia do evento, nem antes e tampouco depois. Por isso, a necessidade de demonstrações contábeis especiais, ou, mais precisamente, o *balanço de determinação*.

Os herdeiros têm direito ao reembolso da parcela que lhes cabe da riqueza societária gerada e acumulada até o momento do evento, à medida que o sócio pré-morto contribuiu com seu capital e esforço intelectual e gerencial para a formação do patrimônio societário existente. Do mesmo modo, o sócio dissidente ou excluído.

Por isso, demonstrações contábeis anteriores ou posteriores ao evento não se prestam à apuração dos haveres, por não refletirem, adequadamente, a situação patrimonial perseguida.

Demonstrações contábeis posteriores não se coadunam com os pronunciamentos dos tribunais, pois os sucessos ou fracassos posteriores, bem como eventuais manipulações patrimoniais futuras, não alcançam o valor do reembolso da quota social. Mesmo as demonstrações contábeis para a data do evento podem e são objeto de questionamento judicial, como se viu no Capítulo 5 que tratou da jurisprudência pátria.

Permeando todo o processo de avaliação dos ativos, especialmente do ativo permanente, não pode ser olvidado pelo perito em contabilidade o exame comparativo das demonstrações contábeis especiais com as de períodos anteriores a fim de obter segurança quanto à inexistência de danosas transferências

patrimoniais levadas a termo pelos sócios remanescentes para esvaziar os haveres dos herdeiros, ou dos sócios dissidentes, ou excluídos.

Deparando-se com tais transferências, deverá noticiá-las em seu laudo, bem como anular seus efeitos na substância patrimonial da sociedade avalianda.

Atenção especial deve ser dada pelo perito em contabilidade à existência de contingências trabalhistas, tributárias ou mesmo comerciais. Deve desenvolver pesquisa junto à sociedade e seus advogados, inventariando ações judiciais em curso, na data do evento, contra a sociedade e respectivos valores demandados. Deve também inteirar-se de eventuais ações promovidas pela sociedade contra terceiros.

Demandas posteriores à data do evento devem ser consideradas apenas naquela parte que tenham vínculo ou origem anterior à data do evento.

Ponderadas as possibilidades de êxito ou derrota, deve o perito em contabilidade desenvolver procedimento avaliatório do evento, procedendo aos ajustes necessários na massa patrimonial.

8.2 AUSÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES ESPECIAIS DA DATA DO EVENTO

Como vimos até agora, os procedimentos técnico-periciais são possíveis de ser realizados, à medida que pressupõem a existência de demonstrações contábeis especiais para a data do evento.

Não existindo referidas demonstrações, o que fazer?

Nesse caso, compete ao perito em contabilidade elaborar as demonstrações contábeis especiais para a data do evento, que servirão de base para a apuração de haveres determinada pelo magistrado.

Para tanto, deve municiar-se de pelo menos dois balancetes mensais: o do mês anterior e o do mês do evento.

Partindo dos dados consignados no balancete do mês anterior à data do evento, adiciona a eles as transações realizadas até a data do evento; para as

despesas mensais, como, por exemplo, despesas de pessoal ou depreciação, considera os valores do mês do evento, proporcional aos dias decorridos, entre o primeiro dia do mês e o dia do evento. No que se refere às receitas e compras de insumos do mês, pode valer-se dos registros fiscais, considerando o acumulado do mês até a data do evento.

Outra fonte de exame muito útil é o livro razão, se ele registrar as transações diariamente, em especial, para a obtenção dos saldos dos ativos e passivos acumulados até a data do evento.

Já quanto ao valor contábil dos estoques na data do evento, conhecido o custo dos produtos ou das mercadorias vendidas do mês do evento, pode, considerando a proporcionalidade daquele custo, calcular o referido valor. O ideal será verificar se a sociedade tinha à época controle e inventário permanente e proceder aos levantamentos necessários.

Feitas as agregações das receitas e despesas do mês até o dia do evento aos valores acumulados e constantes do balancete do mês anterior, deve calcular os impostos e as contribuições incidentes sobre o resultado acumulado apurado, provisionando os respectivos valores.

Elaboradas as demonstrações financeiras especiais pelo Perito Contábil, os procedimentos avaliatórios periciais percorrem as mesmas trilhas indicadas anteriormente.

8.3 INEXISTÊNCIA DE LIVROS MERCANTIS ESCRITURADOS

O que suscita questão técnica mais delicada é a relativa à ausência ou inexistência de contabilidade regularmente processada, realidade fática que envolve um sem-número de sociedades, especialmente as denominadas microsociedades limitadas.

Em outras palavras, como avaliar uma sociedade, sem livros mercantis devidamente escriturados, cuja apuração de haveres mereça credibilidade judicial?

Que caminhos técnicos podem ser percorridos pelo perito em contabilidade a fim de compor os ativos e passivos da sociedade, que possibilitem oferecer apuração de haveres em determinado momento passado, não formalizados em livros?

Não podemos olvidar que os trabalhos periciais são sempre desenvolvidos em época posterior ao evento e, às vezes, muito tempo já se passou entre a data do evento e a realização do trabalho pericial contábil de apuração dos haveres. Pode até suceder que a sociedade já não exista de fato.

São situações para as quais não temos respostas ou procedimentos acabados. Podemos apenas alinhar algumas tentativas de resposta. Alguns caminhos podem ser explorados, entretanto, sem qualquer garantia de êxito.

O profissional deve compulsar o contrato social e as respectivas alterações, os documentos fiscais de compra e venda, as folhas de pagamento, os livros fiscais de entradas e saídas, a declaração de rendimentos da pessoa jurídica, as escrituras de venda e compra, entre outros, bem como proceder a inventário dos bens, direitos e obrigações, na data dos exames periciais, elaborando, em seguida, o balanço de determinação dos ativos e passivos inventariados, e apurando o patrimônio líquido, por diferença.

É claro que os bens inventariados deverão ser avaliados pelos mesmos procedimentos já anteriormente relatados, mas dentro das possibilidades das partes e considerando sua materialidade.

Muito embora esta seja, talvez, a única possibilidade técnica avaliatória para a ausência de livros escriturados, ela esbarra em dois aspectos importantes, um de natureza jurídica, outro de possibilidade prática:

- a. natureza jurídica: o *balanço de determinação* elaborado pelo perito em contabilidade, com base no inventário dos ativos e passivos, não representa a situação patrimonial na data do evento, mesmo porque os negócios da sociedade podem ter prosperado ou diminuído, entre aquela data e a dos levantamentos periciais;

- b. possibilidade prática: a técnica avaliatória depende, por outro lado, da continuidade dos negócios da sociedade e da existência de alguns livros e documentos que possam ser objeto de exame pericial.

O primeiro óbice poderá ser contornado, aceitando-se a apuração de haveres daí surgida como se fora por arbitramento, dispositivo jurídico contido no Código de Processo Civil (arts. 606 e 607), que, embora previsto para a fixação de valor em Execução de Sentença, poderia, em nosso entender, ser adaptado à espécie.

Para tanto, observada pelo *expert* tal situação, será o caso, mediante petição, submetido ao crivo do magistrado, que deliberará.

É pertinente que os haveres assim apurados devam ser levados para moeda de poder aquisitivo da data do evento, descontados das taxas de crescimento do setor econômico em que atua a sociedade avalianda, ou, na ausência destas, daquelas gerais da economia, excluindo-se, de forma indireta, prováveis variações patrimoniais havidas após a data do evento.

Se nenhum desses procedimentos for possível de ser adotado, só resta ao perito socorrer-se do contrato social e respectivas alterações, registradas no respectivo órgão de comércio, e das receitas consignadas na declaração de rendimentos da pessoa jurídica, calculando os haveres considerando a participação monetária do sócio no capital social da sociedade como sendo seus haveres, devidamente, atualizados para a data do evento, mesmo porque eventuais lucros auferidos ao longo de sua existência ou foram capitalizados ou distribuídos de fato. Isto se constatar que a sociedade ainda tem existência jurídica e de fato.

Ao contrário, se constatar que a sociedade ainda existe juridicamente, mas não de fato, e não conseguindo localizar qualquer tipo de ativo a ela pertencente, deve informar ao magistrado, por meio de seu laudo pericial contábil que os haveres do sócio inexistem.

CONCLUSÕES

A avaliação de sociedades em processos judiciais de dissolução societária parcial para efeito de apuração de haveres tem suporte nos Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes, adaptados a essa espécie avaliatória.

Como amplamente demonstrado ao longo do presente trabalho as possibilidades avaliatórias aplicáveis a sociedades em marcha envolvem conceitos, modelos e métodos avaliatórios variados. Uns compatíveis com a espécie pericial, outros não.

• SISTEMA CONCEITUAL CONTÁBIL DE APURAÇÃO DE HAVERES

O sistema ou modelo conceitual contábil compatível com a avaliação judicial de sociedades e respectiva apuração de haveres é composto dos seguintes elementos:

- 1º O acervo patrimonial é avaliado a preços de mercado, espécie da categoria contábil *valores de saída*, ou valores líquidos de realização.
- 2º A precificação dos elementos patrimoniais é realizada, considerando um processo de liquidação ordenada, ou seja, os preços adotados no processo avaliatório são aqueles que se obteria no mercado em condições operacionais normais.
- 3º Os elementos patrimoniais têm liquidez; podem ser transformados em numerário prontamente.
- 4º O *goodwill* corresponde à capacidade que determinada sociedade possui de gerar lucros acima do normal, como defendem os juristas compulsados; corresponde ao sobrevalor, ou efeito sinérgico defendido por MONOBE.

- 5º Lucro normal corresponde ao rendimento (lucro) que o ativo operacional líquido, a valores de mercado apurado e consignado no balanço de determinação, não incluído o *goodwill*, pode gerar se aplicado a uma taxa de juros *(i)* correspondente ao custo do capital próprio.
- 6º O custo do capital próprio corresponde, para fins de avaliação judicial, à taxa máxima de juros permitida por lei que os particulares podem ajustar em seus negócios; isso equivale a doze por cento ao ano, conforme legislação vigente.

• SISTEMA OPERACIONAL CONTÁBIL DE APURAÇÃO DE HAVERES

O sistema operacional que suporta o modelo conceitual materializa-se no **balanço de determinação** elaborado pelo perito em contabilidade, em função judicial, o qual é utilizado na determinação do montante dos haveres que cabe ao sócio retirante ou aos herdeiros do sócio pré-morto.

A elaboração do balanço de determinação envolve três estágios técnicos distintos.

O primeiro estágio corresponde aos ajustes técnicos realizados pelo perito judicial para tornar compatível as demonstrações contábeis da data do evento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade.

O segundo estágio refere-se aos ajustes avaliatórios realizados pelo perito judicial, de modo que sejam reconhecidos todos os efeitos originários das avaliações dos itens patrimoniais a valores de mercado, em confronto com os valores contábeis, considerando, inclusive, as provisões tributárias sobre os ganhos de capital porventura apurados.

Toda e qualquer variação patrimonial positiva reconhecida no processo avaliatório, é essencialmente ganho de capital e, por isso, sujeita à tributação federal vigente à época do evento; portanto, é de rigor a constituição de provisões compatíveis com o referido ganho. A não-constituição acarreta para a sociedade avalianda a assunção de todo o ônus tributário, beneficiando, indevidamente, o sócio retirante (dissidente ou excluído) ou os herdeiros do sócio pré-morto; os

haveres apurados são superavaliados, causando descapitalização indevida à sociedade e prejuízo aos sócios remanescentes.

O estágio derradeiro corresponde ao estudo da constatação ou não da existência do *goodwill*. A universalidade dos bens contempla todos os ativos tangíveis ou corpóreos e intangíveis ou incorpóreos. O *goodwill*, um dos ativos intangíveis, integra a universalidade dos bens; por isso, os pronunciamentos judiciais determinam sua inclusão no balanço de determinação.

O *goodwill*, entendido como a mensuração do efeito sinérgico, é calculado adotando-se a fórmula a seguir:

$$G = LAN / i,$$

onde:

G = *goodwill*

LAN = lucro acima do normal

i = custo do capital próprio

Finalizado o balanço de determinação, é chegado o momento de calcular o montante dos haveres devidos. Esse montante resulta da multiplicação do valor do patrimônio líquido consignado no balanço de determinação pelo percentual de participação do sócio retirante ou pré-morto no capital social da sociedade avalianda.

Ao montante dos haveres apurados são acrescidos eventuais créditos ainda não liquidados e deduzidos eventuais débitos de responsabilidade do sócio retirante ou pré-morto. Apurado o saldo líquido, procede-se à atualização monetária, desde o evento até a época do laudo, por indexadores aceitos pelos tribunais; em seguida, procede-se ao cálculo dos juros se já fixados na sentença ou acórdão.

• APURAÇÃO DE HAVERES EM SOCIEDADES SEM ESCRITURAÇÃO MERCANTIL

Procedimentos, métodos e técnicas de natureza pericial contábil de apuração de haveres propostos, quando inexistente escrituração mercantil e a sociedade avalianda permanece operando, são os que seguem:

- 1º Compulsar o contrato social e respectivas alterações, os documentos fiscais de compra e venda, folhas de pagamento, livros fiscais de entradas e saídas, extratos bancários, contratos de locação, contratos de *franshising*, certidões judiciais, declaração de rendimentos da pessoa jurídica, escrituras de venda e compra, entre outros.
- 2º Proceder a inventário dos bens, direitos e obrigações, na data dos exames periciais, elaborando, em seguida, o balanço de determinação dos ativos e passivos inventariados, apurando-se o patrimônio líquido, por diferença.
- 3º Os bens inventariados são avaliados pelos mesmos procedimentos já anteriormente relatados, mas dentro das possibilidades das partes e considerando sua materialidade.
- 4º Os haveres apurados são deflacionados, pelos indexadores aceitos pelos Tribunais, para moeda de poder aquisitivo da data do evento, descontadas as taxas de crescimento do setor econômico em que atua a sociedade avalianda, ou na ausência dessas, adotamos aquelas gerais da economia, excluindo-se, de forma indireta, prováveis variações patrimoniais havidas após a data do evento.

Por absoluta falta de elementos contábeis históricos fica prejudicado qualquer estudo relativo ao *goodwill* de sociedade sem escrituração mercantil.

Pode ser assim o sistema conceitual e operacional contábil de apuração de haveres em processos judiciais.

APÊNDICE

PROPOSTA DE MODELO DE LAUDO PERICIAL CONTÁBIL E ROTEIRO DE APURAÇÃO DE HAVERES

INTRODUÇÃO

O laudo pericial contábil de apuração de haveres deve conter determinadas características compatíveis com o conteúdo que lhe é peculiar.

Algumas são semelhantes às de outros tipos de laudo, como, por exemplo, a apresentação do laudo, as considerações introdutórias, ou preliminares, as considerações finais, ou conclusões técnicas, e o encerramento.

Aspectos diferentes de outros tipos de laudo são os relacionados com a apuração de haveres propriamente dita. Para tanto, é necessário apresentar esse conteúdo específico de forma ordenada e em conformidade com o processo avaliatório pericial judicial.

Resumindo esse tipo de laudo, temos que seu conteúdo pode ser assim ordenado:

1 Das considerações preliminares

1.1 Aspectos gerais

1.2 Diligências

1.3 Procedimentos técnicos adotados

1.4 Responsabilidade profissional

2 Da apuração de haveres

2.1 Ajustes técnicos

2.2 Ajustes avaliatórios

2.3 Balanço de determinação

2.4 Haveres apurados

3 Das respostas aos quesitos

3.1 Dos requerentes

3.2 Dos requeridos

4 Das considerações finais

5 Do encerramento

Havendo anexos e documentos, eles são juntados em seguida.

A seguir, são ordenados e comentados os vários tópicos do modelo de laudo pericial contábil de apuração de haveres proposto.

I – ENDEREÇAMENTO E APRESENTAÇÃO DO LAUDO

Todo e qualquer laudo pericial contábil judicial é sempre dirigido ao Juiz da Vara que nomeou o perito. A peça técnica é dirigida ao cargo e não à pessoa do juiz, mesmo porque este pode ser transferido, promovido ou aposentar-se.

É o que se denomina de endereçamento e apresentação do laudo à autoridade judiciária respectiva.

É necessário que do laudo constem a identificação e a categoria profissional do *expert*, o número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, o nome das partes, o tipo de ação e o número do processo.

É, por sua vez, necessário deixar espaço, em torno de 10 cm, entre o endereçamento e o início do texto, de modo a possibilitar ao magistrado apor seu despacho de ciência do laudo às partes.

A seguir, ilustração da página de endereçamento e apresentação do laudo, seguida do índice dos tópicos que o compõem.

**EXMO. SENHOR DR. JUIZ DE DIREITO DAª VARA
CÍVEL DO FORO DA.....**

(*NOME DO PERITO*), bacharel em Ciências
Contábeis registrado no CRC-..... sob o nº, Perito nomeado nos autos
do processo nº XXXX/YY – EXCLUSÃO DE SÓCIO¹ – em que são partes:

FULANO 1..... E OUTROS

Requerentes

e

BELTRANO 1..... E OUTRO

Requeridos

após ter cumprido as devidas diligências,
verificado e examinado o que era necessário e estava disponível,
procedimentos exigidos para o fiel cumprimento do honroso mandato,
apresenta o resultado de seu trabalho, consubstanciado no seguinte

L A U D O

P E R I C I A L

C O N T Á B I L

¹ Poderá ser "DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE".

ÍNDICE

Fls.

Apresentação

Índice

1. Das considerações preliminares

1.1 Aspectos gerais

1.2 Diligências

1.3 Procedimentos técnicos adotados

1.4 Responsabilidade profissional

2. Da apuração dos haveres

2.1 Ajustes técnicos

2.2 Ajustes avaliatórios

2.3 Balanço de determinação

2.4 Haveres apurados

3. Das respostas aos quesitos

3.1 Dos requerentes

3.2 Dos requeridos

4. Das considerações finais

5. Do encerramento

ANEXOS:

(Identificar, um a um, todos os anexos ou planilhas elaborados pelo perito para ilustrar ou suportar os valores e raciocínios técnicos desenvolvidos.)

DOCUMENTOS:

(Identificar, um a um, todos os documentos colhidos quando das diligências e utilizados para suportar os valores e raciocínios técnicos contidos no laudo e juntados.)

II – DO TÓPICO DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O primeiro tópico do conteúdo do laudo pericial contábil de apuração de haveres pode denominar-se **Das considerações preliminares, ou Da introdução**. É a parte introdutória, relativa ao relatório pericial.

Pode ser dividido em alguns subtópicos.

No primeiro subtópico, é descrito, sucintamente, o pedido formulado pelo proponente da ação constante da Inicial. Em seguida, são relatados os fatos descritos e sua contestação, aspectos fundamentais para a identificação da controvérsia levada a Juízo ou Tribunal Arbitral e, conseqüentemente, trazem-se à luz os contornos e limites do trabalho pericial. Leitura atenta dos autos do processo permite extrair os aspectos centrais da demanda.

Como segundo subtópico, são descritas as diligências realizadas pelo perito, os principais momentos do desenvolvimento do trabalho de campo, referenciando, inclusive, o respectivo termo, prova essencial de que o perito realizou a diligência e que requereu a exibição de determinados livros e documentos, destacando-se eventuais ocorrências que, porventura, tenham sucedido, tais como: (a) não-exibição de documentos; (b) ausência de escrituração contábil; (c) livros sem registro no órgão competente etc.

No terceiro subtópico, são descritos os principais procedimentos técnicos adotados pelo perito, bem como os exames efetuados para a solução das questões técnicas.

No último subtópico, são destacados alguns limites quanto à responsabilidade profissional do perito no desenvolvimento de seu trabalho técnico, reportando-se aos dispositivos das Normas Técnicas de Perícia Contábil e Funcionais do Perito que abordam essa questão.

Vejamos a ilustração.

1 DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1 Aspectos gerais

Fulano 1, Fulano 2 e Indústria de Produtos Técnicos XYZ Ltda. moveram a presente *Ação de Exclusão de Sócios*² perante *Beltrano 1 e Beltrano 2*, cujo objetivo perseguido foi o de obter a decretação da exclusão dos sócios em segundo lugar nominados, cumulada com a correspondente apuração dos haveres em favor dos sócios excluídos, ora Requeridos.

Os Requeridos oferecem a Contestação de fls. e seguintes.

Superadas as várias etapas processuais, o magistrado decide a lide, exarando a sentença de fls., assim:

"Ante o exposto, julgo procedente a ação e, em consequência, declaro excluídos da empresa INDÚSTRIA DE PRODUTOS TÉCNICOS XYZ LTDA. os sócios Beltrano 1 e Beltrano 2, devendo para tanto ser apurados seus haveres, na forma da lei."

As partes recorrem ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de (nome do Estado), tendo aquela Corte mantido a decisão de 1º grau, como se vê no V. Acórdão de fls. e seguintes.

Em cumprimento ao Acórdão, as partes requerem a nomeação de Perito para a elaboração da apuração dos haveres.

Assim, é determinada pelo MM. Juízo a realização de prova pericial contábil, como se vê às fls. Para tanto, é nomeado este Perito. As partes oferecem quesitos: fls. (Requerentes) e fls. (Requeridos) e indicam Assistentes Técnicos.

² Em se tratando de ação de dissolução de sociedade, é necessário adaptar este trecho.

1.2 Diligências

Após a organização e o planejamento do trabalho pericial, que foi suportado pela leitura dos autos e exame e verificação da documentação juntada, solicitou-se à Requerente XYZ, por meio de seu assistente técnico, que colocasse à disposição da Perícia livros e documentos que se especificou conforme *Termo de Requerimento de Exibição de Livros e Documentos*, anexo nº.....

Informado que os livros e documentos estavam à disposição, o signatário procedeu a várias diligências, tendo formalizado a realizada no dia, como se vê no respectivo *Termo de Diligência*, anexo nº.....

Os livros compulsados foram aqueles especificados no anexo nº.....

Constatada a existência de imóveis no acervo patrimonial da sociedade avalianda, requereu-se, como se vê na petição de fls., a nomeação de perito engenheiro³ para a oferta de laudo de avaliação dos referidos imóveis.

Nomeado perito engenheiro às fls. Quesitos e assistentes técnicos às fls. Laudo Oficial juntado às fls. e seguintes.

Laudo de engenharia concordante do assistente técnico dos requeridos juntado às fls. e seguintes. Laudo de engenharia parcialmente discordante do assistente técnico dos requerentes juntado às fls. e seguintes.

No que se refere ao desenvolvimento técnico do trabalho pericial contábil, a Perícia oferece, a seguir, a descrição dos principais procedimentos adotados.

1.3 Procedimentos técnicos adotados

O trabalho pericial contábil, tendo presente o inteiro teor da R. Sentença de fls., foi desenvolvido, em seus aspectos mais relevantes, assim:

³ Na maioria dos casos, a nomeação de perito engenheiro é concomitante à nomeação do perito em contabilidade, e é, portanto, desnecessário o contador solicitar a providência sugerida.

- a. leitura atenta de tudo o que consta dos autos;
- b. requisição da exibição de livros e documentos pertencentes à empresa avalianda;
- c. todos os procedimentos técnicos aplicados no desenvolvimento da apuração de haveres vão descritos em pormenor, na seção seguinte;
- d. por fim, todos os demais procedimentos técnicos necessários à apuração dos haveres e às respostas aos quesitos formulados e de elaboração do presente Laudo Pericial Contábil.

1.4 Responsabilidade profissional

No desenvolvimento dos trabalhos periciais, foram aplicados os princípios da investigação pericial e demais procedimentos, na extensão de sua viabilidade técnica em confronto com os controles das partes, bem como com documentos juntados aos autos e aqueles exibidos à Perícia quando das diligências, nos limites técnicos preconizados pela NBC T 13 – Normas de Perícia Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Outrossim, são inassumíveis responsabilidades sobre documentos controversos, se suscitados e sobre matéria jurídica, excluídas destas as implícitas para o exercício pleno da função profissional na elaboração deste Laudo Pericial Contábil, precipuamente estabelecidas em leis, códigos e regulamentos próprios, em especial as contidas na NBC P 2 – Normas Profissionais de Perito, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Posto isto, passa-se a seguir a oferecer a apuração de haveres determinada pelo MM. Juízo.

III – DO TÓPICO DA APURAÇÃO DOS HAVERES

Este é o tópico central do laudo pericial contábil de apuração de haveres.

O primeiro momento é o da verificação da existência ou não das demonstrações contábeis especiais. O **falecimento** de sócio componente de sociedade limitada ou **dissidência** societária neste mesmo tipo de sociedade, por força de cláusula contratual, obriga os sócios remanescentes a prepararem demonstrações contábeis para a data do evento. Todavia, nem sempre tal procedimento foi cumprido, o que, em sua ausência, leva o perito a proceder a sua preparação, em conformidade com Princípios Fundamentais de Contabilidade e respectivas Normas.

Dois são os níveis de ajustes desenvolvidos pelo perito em contabilidade: técnicos e avaliatórios. Aqueles refletem ajustes de natureza técnica, estes são originários do processo avaliatório.

Com base nas demonstrações contábeis disponíveis, o perito efetua os ajustes relativos ao cumprimento dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, operacionalizados por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade. Isto se faz necessário, pois nem sempre as demonstrações disponibilizadas ao perito resultam da aplicação correta das citadas Normas.

Por outro lado, ele deve também averiguar se as demonstrações contábeis refletem adequadamente a realidade físico-contábil patrimonial da sociedade avalianda, dando consistência aos saldos das contas, o que poderá ensejar determinados ajustes contábeis em decorrência de erros ou de ausência de escrituração de algumas operações.

Cuidado especial deve ter o perito a fim de evidenciar eventuais desvios patrimoniais perpetrados pelos sócios remanescentes. Para tanto, é importante desenvolver exame técnico comparativo das demonstrações contábeis anteriores às especiais, cotejando os níveis de receitas, das despesas, o

movimento das contas de ativo permanente, de financiamentos bancários e demais obrigações societárias.

Garantida a consistência dos valores patrimoniais consentâneos com as normas e procedimentos contábeis, é o momento de partir para os procedimentos avaliatórios propriamente ditos. Os ajustes avaliatórios vão refletir o reconhecimento da massa patrimonial a valores de mercado e seus reflexos tributários, tudo refletido no *balanço de determinação*.

Os ajustes avaliatórios seguem os procedimentos amplamente descritos no Capítulo 6.

Os itens monetários que envolvem disponibilidades, créditos e obrigações são avaliados como descrito na seção **6.3.1, Avaliação de itens monetários**.

Os itens não monetários, considerados como tais estoques, investimentos permanentes, imobilizado, diferido, resultados de exercícios futuros, são avaliados observando-se os procedimentos descritos em **6.3.2, Avaliação de itens não monetários**.

Na seqüência, são estimadas e calculadas as contingências de qualquer natureza conhecidas, como descrito na seção **6.3.3, Contingências**.

A constatação da existência de *goodwill*, ou seja, a capacidade que a sociedade avalianda possui de gerar lucros acima de determinado patamar considerado como normal para o tipo de sociedade que está sendo objeto da avaliação, ou de *sobrevalor*, como entendido pelos comercialistas, é evidenciada e calculada como proposto no **Capítulo 7, Avaliação do goodwill em apuração de haveres**.

Apurados ganhos de capital originários da diferença entre os valores de mercado e os valores contábeis, procede-se ao cálculo das provisões tributárias respectivas, obedecida a legislação vigente na data-base da avaliação.

Efetuados todos os ajustes originários do processo avaliatório, é chegado o momento de oferecer o balanço patrimonial da sociedade avalianda, ou seja,

o **balanço de determinação**, evidenciando todos os ajustes avaliatórios levados a efeito, destacando-se o valor apurado do patrimônio líquido da sociedade.

Constando dos autos do processo avaliações imobiliárias divergentes, por exemplo, o perito engenheiro apura determinado valor, enquanto os assistentes técnicos apuram valores divergentes, isso obriga o perito em contabilidade a oferecer **balanços de determinação diferenciados**, que contemplem os valores divergentes, já que não lhe compete optar por um deles. Isto é mister do magistrado.

É com base no patrimônio líquido consignado no *balanço de determinação* que se apuram os haveres, assim: o patrimônio líquido apurado é dividido pela totalidade das quotas representativas do capital social, obtendo-se o valor unitário de uma quota; em seguida, multiplica-se a quantidade de quotas pertencentes ao sócio dissidente, excluído ou pré-morto pelo valor unitário de cada quota, apurando-se os haveres devidos na data-base da avaliação.

Os **haveres** serão constituídos do valor apurado para as quotas de capital, adicionado de eventuais valores a receber a título de empréstimos concedidos ou de pró-labore a receber não liquidados até a data do evento, ou, ainda, subtraídos de valores que porventura tenham sido emprestados pela sociedade ao sócio, que não foram devolvidos até a data do evento.

Por derradeiro, os haveres são atualizados monetariamente, desde a data-base da avaliação até a época do laudo pericial contábil pelo indexador aceito pelo Poder Judiciário do lugar em que a sociedade avalianda tem sua sede. Havendo já definição quanto aos juros, estes são calculados pela taxa fixada em sentença sobre os haveres atualizados e na forma determinada.

A seguir, apresentamos ilustração dessa parte do laudo pericial contábil.

2 DA APURAÇÃO DOS HAVERES

Para cumprir a determinação do MM. Juízo, e em face da ausência das demonstrações financeiras para a data de (*data do evento*), foi necessário que a Perícia desenvolvesse diversos procedimentos técnicos e avaliatórios, que são a seguir relatados.

2.1 Ajustes técnicos

Compulsados os livros e documentos contábeis da Requerente XYZ, onde estão consignadas as operações da empresa até (*mês anterior*) e (*mês do evento*), a Perícia constatou que as contas patrimoniais e de resultado apresentavam os saldos devedores e credores constantes dos balancetes que ora se oferece, sob a forma dos documentos nºs ... e ..., cujos valores foram transcritos para o anexo nº

Feito o exame dos saldos das contas aí consignados, constatou-se que determinados procedimentos técnicos contábeis somente eram realizados ao final do exercício social, como é o caso da correção monetária de balanço, entre outros, o que ensejou ajustes técnicos para a data-base do evento.

Constatou-se ainda que alguns saldos exigiam ajustes para melhor refletirem a situação de cada um deles, naquela data, o que foi feito.

Com referência ao resultado econômico do mês de (*mês do evento*), até o dia (*dia do evento*), adotou-se como critério técnico reconhecer, proporcionalmente, as receitas e as despesas mensais, considerando% para o mês em referência; no que se refere ao custo de vendas, adotou-se o percentual sobre a receita líquida do exercício social encerrado em (*ano do evento*).

Outros ajustes técnicos decorreram do Princípio Contábil da Competência de Exercícios, como é o caso, por exemplo, das Provisões para Férias, 13º Salário e respectivos encargos trabalhistas e da Contribuição Social e Provisão para Imposto de Renda sobre o Lucro apurado até (*dia do evento*)

Todos os procedimentos técnicos desenvolvidos pela Perícia estão demonstrados nos seguintes anexos:

- Anexo nº

Correção monetária de balanço: ativo permanente.

- Anexo nº

Despesas de depreciação mensal.

- Anexo nº

Correção monetária de balanço: patrimônio líquido.

- Anexo nº

Valores nominais do BTNf utilizados na correção monetária de balanço.

- Anexo nº

Demonstração do cálculo da provisão para devedores duvidosos.

- Anexo nº

Demonstração e cálculo das provisões para férias, 13º salário e respectivos encargos, tendo por base a folha de pagamento de (*mês do evento*), doc. nº...

- Anexo nº

Ajustes nas contas de aplicações financeiras.

- Anexo nº

Corresponde ao balancete de (*dia do evento*), incluídos todos os ajustes técnicos efetuados.

Efetuados todos os ajustes técnicos necessários retro-relatados, finalmente, houve condições técnicas de elaborar as demonstrações financeiras em conformidade com as normas técnicas e a boa técnica contábil para a data de (*dia do evento*), como evidenciado no anexo nº ... e aqui apresentado na forma resumida a saber:

BALANÇO PATRIMONIAL EM (DATA-BASE)

ATIVO	
CIRCULANTE	\$
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	\$
PERMANENTE	\$
TOTAL	\$
PASSIVO	
CIRCULANTE	\$
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	\$
PENDENTE	\$
PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL	\$
TOTAL	\$

Posto isto, do ponto de vista técnico, é sobre esse balanço patrimonial que serão desenvolvidos todos os ajustes e procedimentos avaliatórios, com o objetivo de se obter o valor real e justo do patrimônio líquido da **sociedade XYZ**, mediante *balanço de determinação*, que vão a seguir relatados.

2.2 Ajustes avaliatórios

Tomando-se as demonstrações financeiras especiais de (*dia do evento*), devidamente corrigidas pelos ajustes técnicos relatados no tópico anterior, é necessário, para se obter o valor justo do patrimônio líquido real, levar em consideração as avaliações de engenharia dos imóveis, valores de mercado de outros itens patrimoniais, bem como outros ajustes avaliatórios relativos a perdas e ganhos monetários, bem assim o que se refere ao *goodwill*.

Assim, a Perícia desenvolveu os seguintes ajustes avaliatórios:

- Anexo nº

Ajustes avaliatórios relativos aos imóveis (edifícios e terrenos) pertencentes à sociedade avalianda originários da confrontação dos valores apurados e consignados no laudo pericial oferecido pelo perito engenheiro, com os valores contábeis apurados pela Perícia Contábil.

Cabe observar que não se considerou cerca de m² de área construída, pois, embora avaliada, trata-se de construções realizadas após a data de (*dia do evento*); portanto, fora dos haveres dos sócios excluídos.

- Anexo nº

Neste anexo, está demonstrada a avaliação e o respectivo ajuste avaliatório dos direitos de uso de linhas telefônicas comerciais pertencentes à sociedade avalianda.

As fontes de consulta utilizadas foram as informações colhidas junto à Bolsa de Telefones e ao Jornal da cidade de – documentos nºs ... a ... – e as contas telefônicas entregues à Perícia, documento nº...

- Anexo nº

São especificados os ajustes avaliatórios dos veículos pertencentes à sociedade.

Os critérios de avaliação levaram em consideração os preços de mercado divulgados pelo Jornal, edição de (*dia do evento, ou o mais próximo*), documento nº...

Para os caminhões (*marca*), por ausência de cotação de mercado, utilizou-se o próprio valor de venda praticado pela sociedade avalianda, trazido para a data-base, deduzindo-se a parcela de depreciação, esta calculada até o dia (*data do evento*). A documentação comprobatória das vendas realizadas vai juntada sob a forma dos documentos nºs ... a ...

- Anexo nº

Neste anexo, são relacionados os compromissos com fornecedores na data de (*data do evento*), cujos valores foram utilizados no anexo nº ... para efeito de cálculo dos ganhos monetários neste item patrimonial.

- Anexo nº

São evidenciados os ganhos monetários mensurados pelo indexador descrito no anexo nº ..., confrontando-se o poder aquisitivo da moeda nas datas de vencimento dos compromissos com fornecedores com aquele do dia (*data do evento*). Procedeu-se como descrito por se desconhecer o custo financeiro embutido.

- Anexo nº

Neste anexo, são relacionadas as duplicatas a receber de clientes na data de (*data do evento*), cujos valores foram utilizados no anexo nº ... para efeito de cálculo das perdas monetárias neste item patrimonial.

- Anexo nº

São evidenciadas as perdas monetárias mensuradas pelo indexador descrito no anexo nº ..., confrontando-se o poder aquisitivo da moeda nas datas de vencimento das duplicatas a receber de clientes com aquele do dia (*data do evento*). Procedeu-se como descrito, por não ter sido informado pela sociedade avalianda qual o custo financeiro embutido nas operações a prazo.

- Anexo nº

São demonstrados os ganhos de estocagem de matérias-primas, embalagens e produtos acabados, confrontando-se a valorização dos estoques conforme listagens de inventário da empresa avalianda com o valor estimado dos estoques finais em (*data do evento*). A sociedade não teve condições de informar os preços de mercado para reposição das matérias-primas e embalagens. Os produtos acabados foram valorizados por seu preço de venda, deduzido das despesas inerentes e margem de lucro.

- Anexo nº

São apresentadas as demonstrações financeiras da XYZ dos exercícios sociais (*datas das demonstrações*), a valores nominais, conforme documentos nºs ... a ...

- Anexo nº

Neste anexo, são evidenciados os elementos patrimoniais dos exercícios sociais de (*datas das demonstrações*), em moeda constante, tendo-se utilizado como elemento homogeneizador a evolução dos índices oficiais de correção monetária de balanço especificados no anexo nº

- Anexo nº

São apresentados os indexadores oficiais utilizados pela sociedade avalianda para cálculo da correção monetária de balanço, os quais foram utilizados para equalizar o poder aquisitivo dos valores patrimoniais declarados nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais de a, para moeda constante de 31 de dezembro de

- Anexo nº

Este anexo é todo dedicado ao estudo da constatação da existência ou não do *goodwill*, que a sentença denominou de fundo de comércio.

Para o efeito, partindo-se dos lucros operacionais líquidos, em moeda constante, apurados no anexo nº ..., procedeu-se ao cálculo do lucro operacional líquido médio histórico observado nos exercícios sociais anteriores de a

Considerou-se como lucro normal o resultado da multiplicação do ativo operacional líquido, a valores de mercado, consignado no balanço de determinação, pela taxa de ...%. Referida taxa corresponde à taxa de juros fixada no contrato social para efeito de reembolso aos sócios e é assumida como o custo do capital próprio. Compulsados o contrato social e alterações posteriores, constatou-se a taxa de ... % ao ano.⁴

⁴ O perito, se for omissor o contrato, observará o quanto decidido na Sentença ou Acórdão.

O lucro operacional líquido médio histórico, em moeda constante, foi deduzido do lucro normal, surgindo um *sobrevalor* correspondente a \$.....

Considerando que a sociedade avalianda tem prazo indeterminado de duração e permanece em atividade, adotou-se a fórmula financeira da perpetuidade, tendo por numerador o "*sobrevalor*" no importe de \$..... e como denominador a taxa ...x% correspondente ao custo do capital próprio.

Cabe observar que o lucro operacional líquido consigna apenas os resultados originários das operações, excluídos, portanto, os resultados gerados pelos ativos não operacionais e os não operacionais e seus efeitos tributários, que, por sua própria natureza, resultam de transações eventuais ou não repetitivas.

As fórmulas adotadas nos cálculos de mensuração do valor da sociedade foram as que seguem:

- **Valor da sociedade**

$$VS = PL_{vm} + G,$$

onde:

VS = valor da sociedade

PL_{vm} = patrimônio líquido a valores de mercado, na data-base

G = *goodwill*

- **Cálculo do *goodwill***

$$G = LAN / i,$$

onde:

G = *goodwill*

LAN = lucro acima do normal

i = custo do capital próprio

Com referência a eventuais contingências, a Perícia nada provisionou, pois a Requerente XYZ, por meio de seu advogado, documento nº ..., declarou inexistirem.

As provisões tributárias relativas aos ganhos de capital observados foram calculadas pela legislação vigente na data-base da apuração dos haveres e incluídas no balanço de determinação.

2.3 Balanço de determinação

Feitos todos os ajustes avaliatórios retrocomentados, procedeu-se à elaboração do *balanço de determinação*, como demonstrado no anexo nº ..., que se apresenta, a seguir, de forma resumida.

BALANÇO DE DETERMINAÇÃO EM (*data-base*)
CONFORME LAUDO DO PERITO JUDICIAL DE ENGENHARIA

ATIVO

CIRCULANTE	\$
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	\$
PERMANENTE	\$
GOODWILL OU AVIAMENTO	\$
TOTAL	\$

PASSIVO

CIRCULANTE	\$
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	\$
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	\$
TOTAL	\$

Como se observou, há controvérsia avaliatória dos imóveis suscitada pelo assistente técnico de engenharia indicado pelos requerentes, consignada no laudo parcialmente divergente que ofereceu.

Considerando os valores apresentados pelo assistente técnico indicado pelos requerentes, elaborou-se o anexo nº, onde estão consignados os efeitos da referida avaliação parcialmente divergente.

Em face da divergência retro-relatada, com base no anexo nº, procedeu-se à elaboração de *balanço de determinação*, considerando referido efeito na massa patrimonial, o qual está materializado no anexo nº e aqui resumidamente, a saber:

**BALANÇO DE DETERMINAÇÃO EM (*data-base*)
PELO LAUDO DE ENGENHARIA DO ASSISTENTE TÉCNICO**

ATIVO

CIRCULANTE	\$
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	\$
PERMANENTE	\$
GOODWILL OU AVIAMENTO	\$
TOTAL	\$

PASSIVO

CIRCULANTE	\$
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	\$
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	\$
TOTAL	\$

Feito o confronto do ***Patrimônio Líquido*** apurado nas duas situações retroapresentadas, temos, em moeda da época (*data-base*) uma diferença de \$....., equivalente, em moeda de (*mês do laudo*), a cerca de \$.....

2.4 Haveres apurados

Considerando todos os ajustes técnicos e avaliatórios retro-relatados, os haveres de cada um dos sócios excluídos foram calculados nos anexos nºs ... e ..., os quais são a seguir explicitados.

Para tal efeito, considerou-se a participação societária no capital social da sociedade avalianda constante da Alteração do contrato social de (*data da alteração*), assim:

COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

SÓCIOS	QUOTAS	% PARTICIPAÇÃO
Fulano 1	xx.xxx	x%
Beltrano 1	xx.xxx	x%
Fulano 2	xx.xxx	x%
Beltrano 2	xx.xxx	x%
TOTAIS	xxx.xxx	100,00%

Como se viu na sentença de fls., os sócios excluídos foram os Srs. **Beltrano 1 e Beltrano 2**, que são os requeridos na presente demanda.

Assim, os haveres dos sócios excluídos, como demonstrado nos anexos citados, tudo submetido ao alto discernimento do MM. Juízo, montam a:

REQUERIDO BELTRANO 1 – Anexo nº

- **Se considerado o Laudo de Engenharia do Sr. Perito Judicial**

Em moeda da época (*data-base*) \$.....

equivalente em moeda de (*data do laudo*) a \$.....

(*por extenso*)

- **Se considerado o Laudo do Sr. Assistente Técnico**

Em moeda da época (*data-base*) \$.....

equivalente em moeda de (*data do laudo*) a \$.....

(*por extenso*)

REQUERIDO Beltrano 2 – Anexo nº

- **Se considerado o Laudo de Engenharia do Sr. Perito Judicial**

Em moeda da época (*data-base*) \$.....

equivalente em moeda de (*data do laudo*) a \$.....

(*por extenso*)

- **Se considerado o Laudo do Sr. Assistente Técnico**

Em moeda da época (*data-base*) \$.....

equivalente em moeda de (*data do laudo*) a \$.....

(*por extenso*)

Posto isto, a seguir são oferecidas respostas aos quesitos formulados pelas Partes, pela ordem de juntada.

IV – DO TÓPICO RELATIVO ÀS RESPOSTAS AOS QUESITOS

É possível o perito em contabilidade deparar com quesitos em processo judicial que envolva apuração de haveres. Trata-se das perguntas de natureza técnica formuladas pelo magistrado ou pelas partes.

As respostas são, por óbvio, orientadas pela própria indagação formulada; entretanto, muitas das perguntas poderão ser respondidas, reportando-se o perito a determinados conteúdos do tópico anterior, evitando repetições desnecessárias.

Quando se deparar com quesitos de conteúdo semelhante, responderá àquele primeiro formulado e, em seguida, ao responder ao outro, reportar-se-á ao já respondido.

Cuidado especial deve ter o profissional quanto a eventuais quesitos indeferidos cuja resposta será prejudicada exatamente por ter sido indeferido.

Quesitos formulados sobre matéria fora do objeto do que se debate nos autos do processo têm, por óbvio, sua resposta prejudicada, mesmo porque a prova pericial contábil é sempre específica, limitada, adstrita.

É da boa técnica pericial transcrever o texto do quesito tal qual foi formulado, inclusive com eventual erro de ortografia⁵ e, em seguida, oferecer o texto da resposta.

A seguir, ilustração de quesitos formulados e respectivas respostas.

⁵ Não pode o perito modificar o texto proposto, o que poderá ensejar crítica de quem formulou, no sentido de que possa ter alterado seu significado.

3 DAS RESPOSTAS AOS QUESITOS

3.1 Dos Requerentes – Fis.

1. Considerando-se as demonstrações financeiras do mês anterior à propositura da ação e os resultados contábeis subseqüentes até a data do laudo, assim como aplicando-se a taxa de desconto efetiva produzida da própria empresa, qual é seu valor?

RESPOSTA:

O Patrimônio Líquido da Requerente XYZ, conforme balanço de determinação, no dia (*data do evento*), data-base da apuração dos haveres dos sócios excluídos, observados todos os ajustes técnicos e avaliatórios relatados na seção anterior deste laudo, corresponde a:

- **Se considerado o Laudo de Engenharia do Sr. Perito Judicial**

\$....., como demonstrado no anexo nº ..., equivalente a
\$....., em moeda da época do laudo.

- **Se considerado o Laudo do Sr. Assistente Técnico**

\$....., como demonstrado no anexo nº ..., equivalente a
\$....., em moeda da época do laudo.

3.2 Dos Requeridos – Fls.

1. Pede-se ao Sr. Perito Judicial verificar se os livros e assentamentos contábeis da sociedade em discussão – XYZ INDÚSTRIA DE PRODUTOS TÉCNICOS LTDA. –, estão revestidos de todas as suas características intrínsecas e extrínsecas, de modo a representar com propriedade todas as suas respectivas operações sociais.

RESPOSTA:

Os livros e os documentos contábeis da época da exclusão dos Requeridos, exibidos e compulsados pela Perícia, estavam revestidos das formalidades legais extrínsecas e intrínsecas, sendo, portanto, merecedores de fé em juízo.

Os livros compulsados foram aqueles especificados no anexo nº ...

3.2 Dos Requeridos – Fls.

2. Qual a participação social dos Réus, na empresa periciada?

RESPOSTA:

Compulsada a Alteração do Contrato Social de (*data da alteração*), constatou a Perícia que os sócios excluídos tinham a seguinte participação no capital social:

Beltrano 1	x%
------------	----

Beltrano 2	y%
------------	----

3.2 Dos Requeridos – Fls.

3. Contabilmente, qual o valor do patrimônio líquido da sociedade XYZ Indústria de Produtos Ltda., na data do desligamento dos Réus?

RESPOSTA:

Como demonstrado no anexo nº ..., o valor do patrimônio líquido contábil, observados todos os ajustes técnicos, no dia (*data do evento*), corresponde a \$.....

3.2 Dos Requeridos – Fls.

4. Informe o Sr. Perito, discriminadamente, os bens que compõem o Ativo Permanente da Sociedade periciada, nominando seus valores contábeis, e também reais e de mercado, para a época da apuração dos haveres dos Réus.

RESPOSTA:

A Perícia pede vênia para se reportar aos anexos nºs ..., ..., ..., ..., ... e ... e ao tópico anterior onde o aqui requerido foi especificado.

3.2 Dos Requeridos – Fls.

5. Quantifique o Sr. Perito o valor do estabelecimento Autor, na data do desligamento dos Réus, nele compreendidos todos os valores materiais e imateriais que formam o conjunto das atividades do estabelecimento, com valores reais e de mercado.

RESPOSTA:

A Perícia pede vênia para se reportar à resposta oferecida ao quesito de nº, da série dos Requerentes.

3.2 Dos Requeridos – Fls.

6. Com base na apuração do quesito anterior, qual o valor do quinhão social dos Réus, à época de seus desligamentos?

RESPOSTA:

Como demonstrado na seção anterior do Laudo, os valores dos haveres apurados, para cada um dos sócios excluídos, são os que seguem:

REQUERIDO BELTRANO 1 – Anexo nº ...

- **Pelo Laudo de Engenharia do Sr. Perito Judicial**

Em moeda da época (*data-base*) \$.....

equivalente em moeda de (*data do laudo*) a \$.....

(*por extenso*)

- **Pelo Laudo de Engenharia do Sr. Assistente Técnico**

Em moeda da época (*data-base*) \$.....

equivalente em moeda de (*data do laudo*) a \$.....

(*por extenso*)

REQUERIDO BELTRANO 2 – Anexo nº ...**• Pelo Laudo de Engenharia do Sr. Perito Judicial**

Em moeda da época (*data-base*) \$.....

equivalente em moeda de (*data do laudo*) a \$.....

(*por extenso*)

• Pelo Laudo de Engenharia do Sr. Assistente Técnico

Em moeda da época (*data-base*) \$.....

equivalente em moeda de (*data do laudo*) a \$.....

(*por extenso*)

V – DO TÓPICO RELATIVO ÀS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminadas as respostas aos quesitos porventura formulados, é chegado o momento de resumir e concluir a matéria técnica submetida ao perito em contabilidade.

O *expert* desenvolve exposição resumida da matéria fática observada, suas conclusões e, circunstancialmente, comentários técnicos de questões surgidas no decorrer do trabalho pericial relacionadas com o objeto da perícia e dentro de seus limites que não tenham sido objeto de quesitos.

A seguir, ilustração deste tópico.

4 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo a tudo o que foi oferecido, a Perícia entende ser oportuno alguns comentários técnicos finais. Assim, temos:

- a. Pelo que se observou ao longo do desenvolvimento dos trabalhos periciais, a **Requerente XYZ** é uma sociedade bem administrada e sólida, com *performance* destacada e crescente no mercado em que atua.
- b. Os dados colhidos e os cálculos levados a termo pela Perícia evidenciaram o valor da sociedade avalianda, na data-base, no seguinte patamar:
 - **Se considerado o Laudo de Engenharia do Sr. Perito Judicial**
\$....., como demonstrado no anexo nº ..., equivalente a cerca de \$....., em moeda da época do laudo.
 - **Se considerado o Laudo de Engenharia do Sr. Assistente técnico**
\$....., como demonstrado no anexo nº ..., equivalente a cerca de \$....., em moeda da época do laudo.
- c. A controvérsia que envolve os laudos periciais de engenharia a ser enfrentada pelo Magistrado está situada na diferença de valores quanto à avaliação do acervo imobiliário pertencente à sociedade. A divergência de valores entre o laudo pericial do perito engenheiro e aquele oferecido pelo assistente técnico dos requerentes provoca uma **diferença para**, no valor da sociedade, em cerca de \$....., a preços de (*data do laudo*).
- d. Os haveres apurados a favor dos sócios excluídos, considerando as duas alternativas quanto ao valor dos imóveis, tudo submetido ao alto discernimento do MM. Juízo, correspondem aos seguintes valores:

REQUERIDO BELTRANO 1 – Anexo nº

- **Pelo Laudo de Engenharia do Sr. Perito Judicial**

Em moeda da época (*data-base*) \$.....

equivalente em moeda de (*data do laudo*) a \$.....

(*por extenso*)

- **Pelo Laudo de Engenharia do Sr. Assistente Técnico**

Em moeda da época (*data-base*) \$.....

equivalente em moeda de (*data do laudo*) a \$.....

(*por extenso*)

REQUERIDO BELTRANO 2 – Anexo nº

- **Pelo Laudo de Engenharia do Sr. Perito Judicial**

Em moeda da época (*data-base*) \$.....

equivalente em moeda de (*data do laudo*) a \$.....

(*por extenso*)

- **Pelo Laudo de Engenharia do Sr. Assistente Técnico**

Em moeda da época (*data-base*) \$.....

equivalente em moeda de (*data do laudo*) a \$.....

(*por extenso*)

É opinião da Perícia que o MM. Juízo encontrará no Laudo e respectivos anexos e documentos elementos capazes de oferecer certeza à matéria fática objeto da lide.

VI – DO TÓPICO RELATIVO AO ENCERRAMENTO

Este tópico do laudo pericial contábil de apuração de haveres, como o próprio já indica, corresponde ao encerramento do trabalho pericial, no qual o perito dá por encerrado o laudo, indicando a quantidade de folhas, anexos e documentos que o compõem.

É aqui que o perito assume a autoria do trabalho pericial, datando e assinando o laudo pericial contábil de apuração de haveres.

Em seguida, são juntados os anexos e documentos, aqueles elaborados pelo perito, estes colhidos quando das diligências, enfim, todos aqueles elementos de suporte aos procedimentos técnicos desenvolvidos e às respostas aos quesitos.

A seguir, a respectiva ilustração.

5 DO ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a responder ou a considerar, encerra-se o presente Laudo Pericial Contábil, processado em (*por extenso*) folhas, (*por extenso*) anexos e (*por extenso*) documentos, que englobam o resultado dos trabalhos desenvolvidos, tudo para atender à Apuração de Haveres determinada pelo MM. Juízo e às indagações formuladas pelas Partes.

Esta última folha vai datada e assinada, enquanto as demais, os anexos e os documentos vão rubricados.

(*Nome da cidade*), de de

(*Nome do Perito*)
Perito Judicial

VII – ALGUNS COMENTÁRIOS ADICIONAIS

O modelo e o roteiro que acabam de ser oferecidos são plenamente adequados ao trabalho desenvolvido pelo perito em contabilidade, quando nomeado em processo judicial que requeira apuração de haveres.

Quando estiver na função de assistente técnico indicado pela parte tem o dever funcional de oferecer ***parecer pericial contábil*** sobre o conteúdo do laudo apresentado pelo perito judicial.

A título indicativo, o conteúdo do parecer pericial contábil pode ser ordenado assim:

1 Do resumo do laudo oficial

Neste tópico, o assistente técnico apresenta, em resumo, os aspectos fundamentais contidos no laudo oficial oferecido pelo perito judicial.

2 Dos comentários ao laudo oficial

O assistente técnico oferece seus comentários sobre a peça técnica, realçando os aspectos positivos em favor de quem o indicou e minimizando eventuais aspectos negativos.

É também o momento de oferecer comentários concordantes, críticos, divergentes, apontando erros ou equívocos observados, procedimentos inadequados e inconsistências técnicas à luz da boa técnica contábil e da jurisprudência.

A crítica deve ser rigorosa, tanto no plano técnico quanto no teórico, buscando preservar a ética que deve permear sua elaboração sem perder a elegância, ou seja, o que se critica é o resultado do trabalho consubstanciado no laudo, não quem o elaborou.

3 Do parecer pericial

O assistente técnico oferece sua opinião sobre o conteúdo do laudo pericial contábil de apuração de haveres, concordando ou discordando, tudo devidamente justificado.

Nos mesmos moldes que no laudo, o parecer pericial contábil conterà endereçamento, índice e encerramento; é, portanto, desnecessário discorrer, novamente, sobre tais itens.

Pode também instruir seu parecer com anexos e documentos que entender necessários a justificar sua opinião.

BIBLIOGRAFIA

- AAKER, David A. *Marcas: brand equity gerenciando o valor da marca*. São Paulo : Negócio, 1998.
- ABRÃO, Nelson. *Sociedade por quotas de responsabilidade limitada*. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 1980.
- ALBERTO, Valder Luiz Palombo. *Perícia contábil*. São Paulo : Atlas, 1996.
- ALLA, Jean. *L'évaluation de l'entreprise: de la théorie à la pratique*. Paris : Editions Cujas, 1978.
- AUTUORI, Luiz. *Fundo de comércio*. 3. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1969.
- BERNHOEFT, Renato, CASTANHEIRA, Joaquim. *Manual de sobrevivência para sócios e herdeiros*. São Paulo : Nobel, 1995.
- BESSIERE, Véronique, COISPEAU, Olivier. *L'évaluation des entreprises*. Ontário, Canadá : Séfi, 1992.
- BLACKMAN, I. I. *The valuation of privately-held bussiness: state of art techniques for buyers, sellers and advisers*. Chicago : Probus, 1986.
- BRASIL. *Código comercial*. 9. ed. São Paulo : Saraiva, 1951.
- BRASIL. *Código de processo civil*. Org. dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 11. ed. São Paulo : Saraiva, 1996.
- BRASIL. *Consolidação das leis do trabalho*. Org. Juarez de Oliveira. 18. ed. São Paulo : Saraiva, 1994.
- BRASIL. *Lei de falências*. Org. dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 12. ed. São Paulo : Saraiva, 1996.
- BRASIL. *Lei das sociedades por ações*. 6. ed. São Paulo : Atlas, 1978.

- BULGARELLI, Waldirio, *Fusões, incorporações e cisões de sociedades*. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1996.
- _____. *O novo direito empresarial*. Rio de Janeiro : Renovar, 1999.
- _____. *Sociedades comerciais: sociedades civis e sociedades cooperativas: empresas e estabelecimento comercial*. 6. ed. São Paulo : Atlas, 1996.
- _____. et al. *Reforma da lei das sociedades por ações*. São Paulo : Pioneira, 1998.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 1999. v. 1.
- _____. *Curso de direito comercial*. São Paulo : Saraiva, 1999. v. 2.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Os princípios fundamentais de contabilidade, as normas brasileiras de contabilidade e o código de ética profissional do contabilista*. 26. ed. São Paulo : CRC-SP, 1999.
- COPELAND, Thomas E., WESTON, J. Fred. *Financial theory and corporate policy*. 3. ed. New York : Addison-Wesley, 1992.
- COPELAND, Tom, KOLLER, T., MURRIN, J. *Valuation: measuring and managing the value of companies*. 2. ed. New York : John Wiley, 1994.
- CORDONIZ, L. M. *Avaliação de empresas em contexto inflacionário com base no fluxo de caixa descontado*. Dissertação (Mestrado). São Paulo : FGV-SP, 1988.
- CORNELL, Bradford. *Corporate valuation: tools for effective appraisal and decision making*. New York : Richard D. Irwin, 1993.
- CORTESE, Antonio Carlos et al. *Patrimônio e sucessão: como garantir os herdeiros e os negócios*. São Paulo : Maltese, 1993.
- COSTA, Magnus Amaral da. Contribuição à teoria contábil do lucro: classificação dos lucros e a técnica de ajustamento pelo valor atual dos benefícios futuros. *Enfoque – Reflexão Contábil*, Revista de Contabilidade da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, v. 4, nº. 4, 1992.

- DAMODARAN, Aswath. *Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo*. Rio de Janeiro : Qualitymark, 1997.
- EDWARDS, Edgar O., BELL, Philip W. *The theory and measurement of business income*. Los Angeles : University of California Press, 1964.
- EHRBAR, Al. *EVA: valor econômico agregado: a verdadeira chave para a criação de riqueza*. Rio de Janeiro : Qualitymark, 1999.
- EID JUNIOR, William. *A redução do risco das carteiras de investimento através da diversificação aleatória: estudo de caso na Bovespa*. Dissertação (Mestrado). São Paulo : EAESP-FGV, 1991.
- ESTRELLA, Hernani. *Apuração dos haveres de sócio*. Rio de Janeiro : José Konfino, 1960.
- _____. *Curso de direito comercial*. Rio de Janeiro : José Konfino, 1973.
- FABRETTI, Láudio Camargo. *Código tributário comentado*. São Paulo : Saraiva, 1998.
- FALCINI, Primo. *Avaliação econômica de empresas: técnica e prática*. São Paulo : Atlas, 1992.
- FERNANDES, Francisco Carlos. *Goodwill*. São Paulo : FEA-USP, 1995.
- FISHER, Irving. *A teoria do juro: determinada pela impaciência por gastar renda e pela oportunidade de investi-la*. São Paulo : Abril Cultural, 1984.
- FRANCIS, Jack Clark. *Investments: analysis and management*. 4. ed. New York : McGraw-Hill, 1986.
- FREZATTI, Fábio. *Contribuição para o estudo da complementaridade do lucro e do fluxo de caixa na gestão de negócios no ambiente empresarial brasileiro*. Tese (Doutoramento). São Paulo : FEA-USP, 1996.
- _____. *Gestão do fluxo de caixa diário: como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio*. São Paulo : Atlas, 1999.

- ____. *Valor da empresa: avaliação de ativos pela abordagem do resultado econômico residual. Caderno de Estudos – Fipecafi*. São Paulo, nº 19, set./dez. 1998.
- HARRINGTON, D. R. *Modern portfolio theory, the capital asset pricing model and arbitrage pricing theory: a user's guide*. 2. ed. Englewood Cliffs : Prentice Hall, 1987.
- HENDRIKSEN, Eldon S. *Accounting theory*. 3. ed. Homewood, Illinois : Richard D. Irwin, 1977.
- ____, VAN BREDA, Michael F. *Accounting theory*. 5. ed. Homewood, Illinois : Richard D. Irwin, 1992.
- HERMANN JR., Frederico. *Contabilidade superior: teoria econômica da contabilidade*. 8. ed. São Paulo : Atlas, 1970.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 5. ed. São Paulo : Atlas, 1988.
- ____, MARION, José Carlos. *Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação*. São Paulo : Atlas, 1999.
- ____. *Teoria da contabilidade*. 4. ed. São Paulo : Atlas, 1995.
- JAEDICKE, Robert Keith, SPROUSE, Robert T. *Fluxos contábeis: rendas, fundos e capital*. São Paulo : Atlas, 1972.
- JOHNSON, H. Thomas, KAPLAN, Robert S. *Relevance lost: the rise and fall of management accounting*. Boston : Harvard Business School Press, 1991.
- KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo : Abril Cultural, 1983.
- KANITZ, Stephen Charles. *Como prever falências*. São Paulo : McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- KASSAI, José Roberto et al. *Retorno de investimento: uma abordagem matemática e contábil do lucro empresarial*. São Paulo : Atlas, 1999.

- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação*. São Paulo : Abril Cultural, 1983.
- KINGSTON, J.P.R., McQUILLAN, P. E. *Valuations of business: a practical guide*. 3 ed. Don mills : Cch Canadian, 1986.
- LEITE, Helio de Paula. *Introdução à administração financeira*. São Paulo : Atlas, 1989.
- LODI, João Bosco. *A empresa familiar*. 4. ed. São Paulo : Pioneira, 1993.
- _____. *Sucessão e conflito na empresa familiar*. São Paulo : Pioneira, 1987.
- LOPES DE SÁ, Antonio. *Perícia contábil*. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1997.
- LORIE, James H., HAMILTON, Mary T. *The stock market: theories and evidence*. Homewood, Illinois : Richard D. Irwin, 1973.
- L'UNION EUROPÉENNE DES EXPERTS-COMPTABLES ÉCONOMIQUES E FINANCIERS. *L'évaluation des entreprises et parts d'entreprises: règles formulées par la comissão spéciale U.E.C*. Paris : Dunod, 1961.
- MARTINS, Eliseu. *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. Tese (Doutoramento). São Paulo : FEA-USP, 1972.
- MARTINS, Fran. *Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio*. 23. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1999.
- MONOBE, Massanori. *Contribuição à mensuração e contabilização do goodwill não adquirido*. Tese (Doutoramento). São Paulo : FEA-USP, 1986.
- MOST, Kenneth S. *Accounting theory*. Columbus : Grid, 1977.
- NEIVA, Raimundo Alelaf. *Valor de mercado da empresa*. São Paulo : Atlas, 1992.
- ORNELAS, Martinho Mauricio Gomes de. *Avaliação de empresas em processos judiciais: alguns limites e dificuldades*. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Contabilidade*. Fortaleza, out.1996.
- _____. *Perícia contábil*. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1995.

- _____. *Perícia contábil em falência e concordatas. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade*. Salvador, out. 1992.
- _____. *Teoria dos portfolios*. São Paulo : FEA-USP, 1995.
- PEREIRA, Guilherme Döring Cunha. *Alienação do poder de controle acionário*. São Paulo : Saraiva, 1995.
- PORTER, Michael E. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro : Campus, 1992.
- PRISCO PARAÍSO, Anna Luiza Gayoso e Almendra. *O direito de retirada na sociedade anônima*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1985.
- QUILICI, Frediano. *Leituras em administração contábil e financeira*. Rio de Janeiro : FGV, 1974.
- REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. 22. ed. São Paulo : Saraiva, 1995.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo : Abril Cultural, 1982.
- ROBINSON, Joan V. *Ensaio sobre a teoria do crescimento econômico*. São Paulo : Abril Cultural, 1983.
- SÁ, Geraldo Tosta de. *Investimentos no mercado de capitais*. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico/Bolsa de Valores, 1979.
- SANT'ANNA, Rubens. *Direito societário: estudos sobre a sociedade por quotas de responsabilidade limitada e a sociedade anônima*. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 1988.
- SANVICENTE, Antônio Zoratto. *Administração financeira*. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1997.
- SECURATO, José Roberto. *Decisões financeiras em condições de risco*. São Paulo : Atlas, 1993.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo : Cortez, 2000.

- SHARPE, William F., ALEXANDER, Gordon J. *Investments*. 4. ed. Englewood Cliffs : Prentice Hall, 1990.
- SINGER, Paul. *Curso de introdução à economia política*. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1978.
- SLYWOTZKY, Adrian J., MORRISON, David J. *A estratégia focada no lucro – profit zone: desvendando os segredos da lucratividade*. Rio de Janeiro : Campus, 1998.
- SOLOMON, Ezra. *Teoria da administração financeira*. 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1977.
- SOUZA, Alceu, CLEMENTE, Ademir. *Decisões financeiras e análise de investimentos*. São Paulo : Atlas, 1995.
- SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. 4. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.
- VENTURA, Raúl. *Dissolução e liquidação de sociedades: comentários ao código das sociedades comerciais (portuguesas)*. Coimbra : Almedina, 1993.
- WALD, Arnoldo. *Direito das sucessões*. 11. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1997.